

REVISTA

N.º 11-12, 2021 & 2022

COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE

Ada Cristina Machado Silveira
Alexandre Dinis Zavale
Elias Djive
Dércio Tsanzana
Fabrício Silveira
Francisco Ngoenha
Isaiás Carlos Fuel
Maria Helena Weber
Lazaro Mabunda

Presidente

Ernesto C. Nhanale

Conselho Editorial

Ernesto Nhanale (CEC/Escola Superior de Jornalismo)
Luca Bussotti (Programa de Pós-Graduação em Sociologia
e Centro de Estudos Avançados da Universidade
Federal de Pernambuco, Professor Associado Visitante)
Leonilda Sanveca (Universidade Pedagógica de Maputo)
Mário Fonseca (CEC/Universidade Eduardo Mondlane)
António Eduardo Namburete (Universidade Eduardo Mondlane)
Isaías Carlos Fuel (Editor do CEC/Escola Superior de Jornalismo)

Endereço da Redação

Rua Sociedade dos Estudos, n.º 112, Maputo, Moçambique
www.cec.org.mz
Email: info@cec.org.mz

Revista Comunicação & Sociedade, n.º 11-12, 2021 & 2022.
Edição em atraso produzida e publicada em Junho de 2023; ISSN: 2519-7339

Paginação

Jaime Conjo

ÍNDICE

PREFÁCIO	6
Marshall McLuhan e a ecologia midiática do Youtube	9
MAURÍCIO CORRÊA FABRÍCIO SILVEIRA	
Comunicação e negação da pandemia de COVID-19 no Brasil	22
MARIA HELENA WEBER	
Jovens urbanos e Internet em Moçambique: despolitizados ou portadores de “novas” formas de participação política?	58
DÉRCIO TSANDZANA	
Consórcios intermunicipais entre Gondola, Chimoio e Manica: uma proposta para o desenvolvimento municipal	84
ALEXANDRE DINIS ZAVALA NÁDIA ATALIA ZAVALA	
Midia e representação do conflito em Cabo-Delgado pela TVM e TV Miramar	112
ISAÍAS CARLOS FUEL, PH.D. LÁZARO MABUNDA	
Midiatização de Ciência: Perspectivas sobre a abordagem de ciência na cobertura telejornalística no Brasil e em Moçambique	133
ULYSSES DO NASCIMENTO VARELA ADA CRISTINA MACHADO SILVEIRA	
Mediatização e Educação ambiental em sociedades contemporâneas	171

ELIAS GILBERTO FILIMONE DJIVE
FRANCISCO PEDRO NGUENHA

**Experiências do audiovisual em rapale-sede: Uma reflexão barberiana em
articulação com as preposições de orozco** 204

ISAIAS CARLOS FUEL

**Um olhar atual sobre Moçambique a partir das memórias e lembranças
buscadas no Kuxa Kanema pela e na TVM** 229

FULGÊNCIO FRANCISCO MUCHISSE

PREFÁCIO

O Centro de estudos Interdisciplinares de comunicação (CEC) lança a 11a e 12a edição da Revista Comunicação & Sociedade. Esta edição conta com textos de pesquisadores moçambicanos e estrangeiros focando nas práticas socioculturais de produção e consumo dos media, pois, se acredita que este é o lugar onde as estruturas sociais e os processos simbólicos são tocados e afectados. É, exactamente, o lugar de interseção de sistemas como forças produtivas e construtivas, que a partir da subjetividade são capazes de se apropriar, negociar ou resistir ao sistema.

A revista apresenta reflexões sobre as seguintes temáticas: Estudos da Comunicação e política/pública; Comunicação e Género; estudos de Produção mediática. Estas temáticas oferecem contribuições riquíssimas, pois, através de pesquisas empíricas explora: a comunicação pública; a construção do imaginário moçambicano através do cinema e dos audiovisuais; e por fim, as questões ambientais que têm assolado Moçambique e o Brasil.

O primeiro artigo é da autoria do Professor Doutor Fabrício Silveira e Doutor, Maurício Corrêa. O artigo centra-se na revisão de alguns conceitos presentes no clássico livro de Marshall McLuhan (1964-1995) intitulado “*Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*”. Neste processo, o artigo discorre sobre a constituição do *YouTube* enquanto ambiente mediático onde se produzem e se reproduzem lógicas e padrões comunicacionais distintos, em agenciamentos cruzados e paradoxais, isto com o objectivo de compreender o modo como o YouTube se apropria de lógicas midiáticas que lhe são anteriores.

O segundo artigo é da professora doutora Maria Helena Weber. Este artigo apresenta o embate entre acções e discursos científicos, políticos e mediáticos relacionados à Pandemia de Covid-19, no Brasil, dando primazia ao interesse público e a responsabilidade do governo Federal no período de 2020 a 2022. Discute, ainda, os

conceitos de verdade, autoridade, visibilidade e relacionados ao poder das instituições científicas, políticas e midiáticas, entendidas como essenciais à proteção da população.

O terceiro artigo é do doutor Dércio Tsandzana. Este artigo busca compreender a participação dos jovens, moçambicanos, na actividade política através das ferramentas digitais, uma realidade que é descrita uma aparente perda de interesse dos jovens em acções políticas formais como eleições ou participação em partidos políticos. É neste cenário que artigo aponta que os espaços de participação política em Moçambique encontram-se obstruídos por conta da submissão histórica na qual os jovens foram imperados ao longo dos anos, razão pela qual socorrem-se das ferramentas digitais da Internet como alternativa viável e segura.

O quarto artigo é do professor doutor Alexandre Dinis Zavale. Este aborda a importância das relações intermunicipais para uma gestão compartilhada em prol do desenvolvimento dos municípios partindo da aplicação de consórcios. Discute em profundidade a necessidade da participação activa dos municípios e dos munícipes na gestão compartilhada de consórcios, pois, abre espaço para que todos os envolvidos sejam conhecedores da realidade destes e possam compartilhar na sua gestão.

O quinto artigo é do Doutor Isaías Carlos Fuel e Licenciado Lazaro Mabunda. O estudo analisa a representação do conflito militar em Cabo-Delgado, Moçambique. Analisando 19 reportagens da TVM e TV Miramar, a pesquisa parte da ideia de que os meios de comunicação usam várias formas linguísticas e discursivas para reportar a realidade social, um processo que é influenciado pela ideologia do proprietário e do contexto político, económico e cultural.

O sexto artigo é professor doutor Ulysses do Nascimento Varela e a professora titular Ada Cristina Machado Silveira. Este artigo aborda o fenômeno da midiatização de ciência a partir da comparação da cobertura telejornalística de duas realidades (Brasil e Moçambique). O estudo analisa seis edições de dois telejornais envolvendo as queimadas

na Amazônia e a cobertura do ciclone Idai em 2019.

O sétimo artigo é do Doutor Elias Djive e Doutor Francisco Ngoenha. A pesquisa reflete em torno do conceito de mediatização enquanto realidade contemporânea que se constitui pelas evoluções das tecnologias de comunicação e informação nas suas diversas formas de interação com a sociedade. Para a materialização deste processo, o artigo se socorre dos pensadores Muniz Sodré, com o seu conceito de *bios mediático*, Stig Hjarvard (2015, 2012), António Fausto Neto (2012), Manuel Castells, com suas discussões sobre *sociedade em rede*, Luís Martino (2014), André Lemos (2013).

O oitavo artigo é do Doutor Isaias Carlos Fuel, da Escola Superior de Jornalismo, Moçambique. O artigo explora os significados construídos pelos audiovisuais de prevenção e combate as uniões prematuras veiculados na comunidade de Rapale-Sede, província de Nampula. A pesquisa é suportada pela teoria barberiana, que destaca a análise estrutural e dinâmicas de produção, e composição textual para estudar o audiovisual, em articulação com as preposições de Orozco, que focam na análise axiológica.

O nono artigo é do Doutor Fulgêncio Francisco Muchisse. Busca entender questões sobre comunicação, onde as memórias e as lembranças se atualizam dentro de um imaginário social, a partir do cinejornal (*Kuxa Kanema*), num contexto dos primeiros anos da independência de Moçambique. O artigo aponta que há um olhar para a reapropriação, a resignificação e a reconstrução de memórias a partir de um olhar atual sobre Moçambique.

ISAIAS CARLOS FUEL
ALEXANDRE DINIS ZAVALÉ

MAURÍCIO CORRÊA*
FABRÍCIO SILVEIRA**

MARSHALL MCLUHAN E A ECOLOGIA MIDIÁTICA DO YOUTUBE

RESUMO: O texto revisa alguns conceitos presentes em Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem, livro clássico de Marshall McLuhan ([1964] 1995), com o objetivo de compreender o modo como o YouTube se apropria de lógicas midiáticas que lhe são anteriores. Aborda a noção de que os meios de comunicação são extensões do corpo humano, de que o conteúdo de um meio é definido conforme os meios que o precederam e de que os meios exercem, entre si, codeterminações mútuas. Discorre sobre a constituição do YouTube enquanto ambiente midiático onde se produzem e se reproduzem lógicas e padrões comunicacionais distintos, em agenciamentos cruzados e paradoxais. Conclui que o arcabouço conceitual mcluhaniano se mantém atual e instigante, abrindo caminhos para pensarmos a natureza e o impacto social do YouTube, bem como para compreendermos que sua “mensagem” ainda está para ser examinada mais detalhadamente.

Palavras-chave: Marshall McLuhan; meios de comunicação; meios como extensões do homem; YouTube.

ABSTRACT: The text reviews some concepts present in Understanding Media: the extensions of man, a classic book by Marshall McLuhan ([1964] 1995), in order to understand how YouTube appropriates media logics that precede it. It addresses the notion that the media are extensions of the human body, that the content of a medium is defined according to the media that preceded it and that the media

* Doutor em Comunicação, Unisinos

** Doutor em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

exert, among themselves, mutual co-determinations. It discusses the constitution of YouTube as a media environment where distinct communicational logics and patterns are produced and reproduced, in crossed and paradoxical arrangements. It concludes that the McLuhanian conceptual framework remains current and exciting, opening ways to think about the nature and social impact of YouTube, as well as to understand that its “message” is yet to be examined in more detail.

Keywords: Marshall McLuhan; media; means as extensions of man; YouTube.

INTRODUÇÃO

O canadense Herbert Marshall McLuhan se tornou conhecido em razão das enigmáticas expressões que popularizou. “*O meio é a mensagem*” é apenas uma delas. Há inúmeras outras. “*Seus ‘oneliners’, aforismos curtos e mordazes, trouxeram insights desconcertantes e formulações complexas sobre temas então incipientes, mas que se tornariam centrais na agenda de pesquisa em Comunicação quarenta anos mais tarde*” (Braga, 2012). A originalidade do autor, ainda hoje, consiste em propor uma teoria dos meios de comunicação dando ênfase às formas mediais em detrimento dos conteúdos por ventura veiculados. McLuhan (1995) aborda não apenas a natureza dos meios, mas especialmente os efeitos que produzem sobre o psiquismo humano, o ambiente social e as outras tecnologias que lhe são contemporâneas, com as quais compõe uma ecologia de desdobramentos técnicos e relações multideterminadas.

O surgimento da internet e, mais precisamente, das plataformas da Web 2.0 tem causado mudanças significativas nos demais meios de comunicação devido ao seu caráter hipermidiático. O YouTube, por exemplo, é uma plataforma que engloba tanto conteúdos produzidos pelos meios de comunicação tradicionais como conteúdos gerados por usuários. Essa característica o torna um objeto relevante para o estudo do impacto das tecnologias mais recentes sobre as anteriores.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO EXTENSÕES DO HOMEM

A ideia de que os meios de comunicação se configuram como extensões do corpo humano é a tese central de *Understanding Media: the extensions of man*, obra publicada originalmente na primeira metade da década de 1960 e traduzida no Brasil pela editora Cultrix (McLuhan, 1995). Embora seja difícil estabelecer um núcleo temático para cada capítulo desse texto clássico de McLuhan (1995), considerando que os conceitos são desenvolvidos e retomados, em diversos momentos, no decorrer de todo o trabalho, pode-se destacar alguns aspectos importantes dentro de seu sistema conceitual que são apresentados na primeira parte do texto, quais sejam: a ideia de que “o meio é a mensagem”; a distinção entre meios “quentes” e “frios”; a suposição da tecnologia como extensão ou auto-amputação do corpo humano; a liberação de energia a partir da hibridização dos meios; os meios como tradutores da experiência sensorial em informação; o efeito narcotizante dos meios de comunicação de massa, sua capacidade de incidir sobre os sentidos, dentre outros. Na segunda parte do texto, o autor discorre sobre a natureza de diferentes tecnologias surgidas ao longo da história da humanidade e seus efeitos sobre os sentidos, sobre os outros meios ou tecnologias, sobre o psiquismo individual e a organização social.

Para McLuhan (1995), cada meio de comunicação amplia ou prolonga um determinado órgão, sentido ou função do corpo humano. Assim, o telefone seria uma extensão do ouvido e da voz, o rádio uma extensão do sistema nervoso central, a televisão uma extensão do tato, o livro uma extensão da visão e a fotografia uma extensão de nosso próprio ser. McLuhan (1995: 63) explica que “qualquer invenção ou tecnologia é uma ampliação ou auto-amputação de nosso corpo, e essa extensão exige novas relações e equilíbrios entre os demais órgãos [...]”. Se, por exemplo, o som for intensificado, o tato, o paladar e a visão serão imediatamente afetados.

Uma distinção elementar observada no referido trabalho de McLuhan (1995) diz respeito à divisão entre os meios mecânicos e os meios elétricos. As tecnologias elétricas seriam um prolongamento do sistema nervoso central, incluindo o cérebro, enquanto as tecnologias anteriores seriam extensões de alguma outra parte do corpo (exceto a fala). Entre os meios de comunicação “mecânicos” mais conhecidos atualmente podem ser mencionados o alfabeto fonético, a imprensa (livro, jornal, revista, estórias em quadrinhos), a fotografia e o cinema. Já os meios elétricos ou da “era elétrica” são representados pelo telefone, o rádio e a televisão. É evidente que a categorização proposta à época pelo autor hoje precisaria ser revista, dada a obsolescência de alguns meios, a proliferação e a evolução de outros. E as mídias, ele sustenta, precisam ser examinadas *circunstancial e relacionalmente*.

McLuhan (1995) também diferencia os meios de comunicação entre quentes e frios. Os meios quentes, como a imprensa e algumas tecnologias subsequentes, são compreendidos como fragmentários, não profundos, e orientados no sentido do consumo e não da produção. Também apresentam como característica a capacidade de ampliar um único sentido, como a visão, no caso do jornal, e a audição, no caso do rádio. Os meios frios implicam num maior envolvimento sensorial ou participação do usuário: “um meio frio – palavra falada, manuscrito ou TV – dá muito mais margem ao ouvinte ou usuário do que um meio quente. Se um meio é de alta definição, sua participação é baixa. Se um meio é de baixa definição, sua participação é alta” (McLuhan, 1995: 358). Segundo o autor, o telefone proporcionaria uma imagem auditiva fraca, o que requer o uso de outros sentidos. A televisão, por sua vez, promove uma “total envolvimento sensorial”, pelo fato de a imagem da televisão apresentar baixa intensidade e pouca definição.

A imagem da TV exige que, a cada instante, “fechemos” os espaços da trama por meio de uma participação convulsiva e sensorial que é profundamente cinética e tátil, porque a tatilidade é a inter-relação dos sentidos, mais do que o contato isolado da pele e do objeto (McLuhan, 1995: 352).

Nota-se que, para McLuhan (1995), a noção de participação nos meios está vinculada, em certa medida, ao esforço sensorial implicado na experiência de consumo (entendida como recepção e uso da mídia, entendida como “trabalho cognitivo”). Não é preciso mencionar que, desde a publicação original, os meios elétricos passaram por mudanças substanciais no que se refere à qualidade do som e da imagem e que a ideia de meios quentes e frios, tão propalada, deve ser repensada, dadas as alterações nos contextos sóciohistóricos em que as mídias hoje se vêem apanhadas.

O CONTEÚDO DE UM MEIO É SEMPRE OUTRO MEIO

Outra das proposições centrais de *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem* é a de que o conteúdo de um meio é sempre outro meio. Desse modo, o conteúdo da televisão seria o cinema; o conteúdo de um filme, um romance, uma peça de teatro ou uma ópera; o conteúdo da imprensa, o pronunciamento literário; e o conteúdo do livro, a fala. O termo conteúdo é usado entre aspas em alguns trechos do livro para salientar que o conteúdo não se refere aos tópicos apresentados por um meio, mas ao ambiente no qual dada tecnologia midiática emergiu (McLuhan, 1995).

Na introdução à terceira edição da obra em inglês, McLuhan (1995: 11-12) esclarece que

“O meio é a mensagem” significa, em termos da era eletrônica, que já se criou um ambiente totalmente novo. O “conteúdo” deste novo ambiente é o velho ambiente mecanizado da era industrial. O novo ambiente reprocessa o velho tão radicalmente quanto a TV está reprocessando o cinema. Pois o “conteúdo” da TV é o cinema. A televisão é ambiental e imperceptível como todos os ambientes. Nós apenas temos consciência do “conteúdo”, ou seja, do velho ambiente.

De acordo com Barichello e Carvalho (2013), o meio mcluhaniano não é apenas o suporte técnico ou canal neutro, invisível, através do qual são transmitidas as mensagens da mídia. Como o autor deixa claro em suas obras tardias, o meio é o ambiente que afeta, tensiona e sugere significados e sentidos. Ao afirmar que “o meio é a mensagem”, McLuhan propõe que o meio, com suas características técnicas, materiais e disposicionais (“infraestruturais”, poderíamos também dizê-lo), provoca efeitos tão ou mais significativos do que aqueles eventualmente ocasionados pelo conteúdo das mensagens veiculadas. Nesse sentido, a ideia de meio traz em si um caráter cultural- contextual que se contrapõe a qualquer tentativa de filiação compulsória do autor a uma linha teórica excessivamente determinista.

A ideia de que o meio é a mensagem é relevante para evitar a tendência de se definir o conteúdo dos meios apenas em termos de assimilação de assuntos, formatos e conteúdos (enquanto mensagens substantivas). A noção de ambiente é igualmente pertinente para caracterizar as mudanças que se processam em nível individual e coletivo a partir da introdução de uma dada tecnologia na sociedade. A expressão sugere que cada tecnologia constrói o campo de significados no qual está inserida, gerando um novo “ambiente” mental, experiencial e material (Braga, 2012). Na passagem acima, McLuhan (1995) também menciona o aspecto do “embotamento” causado por um novo meio, capaz de tornar seus efeitos imperceptíveis até que ele seja superado por outra tecnologia que lhe venha suceder. Nesse sentido, um meio só poderia ser apreendido em sua totalidade subsequentemente.

Ao abordar a censura governamental sobre a imprensa e o cinema, McLuhan (1995: 343) observa que “as restrições são sempre dirigidas para o ‘conteúdo’ – que é sempre outro meio. [...] Assim, os efeitos do rádio são perfeitamente independentes de sua programação”. Já em outro trecho do trabalho, sobre a censura à televisão, McLuhan (1995: 353) reforça a constatação anterior ao afirmar que, “tivessem esses censores de perceber que em todos os casos, ‘o meio é a mensagem’, ou seja, a fonte básica dos efeitos, e certamente propugnariam pela supressão de todos os meios assim entendidos, em lugar de procurar

controlar o seu conteúdo”. O autor deixa claro nos dois trechos que a “mensagem” ou os efeitos de um meio não provém de seu conteúdo, mas das próprias tecnologias ou meios de comunicação – *em si mesmos*, diríamos.

Outra ideia que perpassa o trabalho do autor é de que os meios não agem isoladamente. “À exceção da luz, todos os meios andam aos pares, um atuando como “conteúdo” do outro, de modo a obscurecer a atuação de ambos” (McLuhan, 1995: 71). De acordo com McLuhan (1995), com o surgimento do sonoro, o rádio modificou a forma das estórias noticiosas e da imagem filmica. A televisão, por sua vez, causou mudanças radicais na programação do rádio e no formato das radionovelas. Os exemplos demonstram a capacidade de influência mútua dos meios, o que resultaria em uma espécie de hibridização ou interpenetração de um meio em outro. McLuhan (1995) observa, ainda, que as empresas são “alfabetizadas” em relação à linguagem dos seus próprios meios e, por isso, são surpreendidas pelas mudanças que se processam a partir dos cruzamentos ou de hibridizações intermediais que possam ocorrer (ou melhor: que *devem* ocorrer, como esperado, segundo os vetores teleológicos que presidem a evolução das mídias).

O YOUTUBE COMO UM MEIO HÍBRIDO

O *YouTube* foi lançado como um site de compartilhamento de vídeos por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, ex-funcionários do site de comércio on-line PayPal, em junho 2005. Em um contexto onde concorrentes buscavam eliminar as barreiras técnicas para o compartilhamento de vídeos na internet, o *YouTube* surgiu com uma interface simples e integrada, que permitia aos usuários transferir, publicar e assistir vídeos em streaming sem a necessidade de conhecimento técnico aprofundado e dentro das restrições tecnológicas dos navegadores e da largura de banda disponíveis na época. O site foi adquirido pela empresa Google, em outubro de 2006, por 1,65 bilhão de dólares (Burgess e Green, 2009a).

Um aspecto apontado na literatura é a presença concomitante, na plataforma, de conteúdos gerados por usuários (ou conteúdo amador) e conteúdos gerados por profissionais. Os colaboradores do *YouTube* compreendem desde grandes produtores de mídia e detentores de direitos autorais, como canais de televisão, empresas esportivas e grandes anunciantes, a pequenas e médias empresas que buscam meios mais baratos de distribuição ou alternativas aos veículos de comunicação de massa, instituições culturais, artistas, ativistas, fãs letrados de mídia, leigos e produtores amadores de conteúdo (Burgess e Green, 2009b).

Para Paiva (2009), o encontro do passado e presente das imagens e a conexão digital de imaginários e temporalidades distintas por meio do *YouTube* configuram uma nova usina de práticas simbólicas e modalidades de produção de sentido. A plataforma permite que as primeiras gerações informadas pelos meios de comunicação tradicionais se reencontrem com as atuais gerações conectadas às hipermídias. As eras do rádio, da televisão e do cinema se fundem impondo vigor e efervescência ao cenário cultural midiaticizado contemporâneo.

Ao longo de *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem* uma das ideias recorrentes é a de que os meios provocam mudanças não só nos indivíduos e na sociedade, como também nos meios anteriores (McLuhan, 1995). Um caso que parece ilustrativo da incidência de uma nova tecnologia sobre as precedentes foi o fim da MTV Brasil, no dia 30 de setembro de 2013, depois de 20 anos no ar. A Music Television, franquia de um canal norte-americano com versões em alguns países, se consolidou como uma experiência única no território brasileiro, influenciando o mercado fonográfico, as produtoras de audiovisual independentes, o comportamento jovem, a estética da televisão e até mesmo o cinema nacional (Muanis, 2014).

Em entrevista concedida para a TV Folha, antes do término da transmissão do canal, alguns dos ex-VJs da MTV Brasil mencionaram possíveis razões que teriam contribuído para o fim da emissora. Para Sabrina Parlatore, “[...] o advento da internet deve ter atrapalhado

bastante porque o DNA da MTV é a música, o videoclipe, e hoje o que mais se vê no YouTube é videoclipe”. Já Didi Wagner observou que “[...] no momento atual, existe um crescimento da TV a cabo. Não tô sentindo crise nenhuma na TV a cabo”. Astrid Fontenelle, por sua vez, acreditava que “[...] o que talvez tenha sido o ‘erro’ da MTV Brasil foi não ter conciliado essas linguagens. O nosso desafio [era] como a gente se encaixar na internet” (Saudades..., [2013?]). Nos três depoimentos, escolhidos aqui pela força representativa que têm, a influência de outros meios, como a TV a cabo, a internet e o YouTube, é apresentada como uma hipótese para explicar o encerramento da franquia no país.

A opinião de Sabrina Parlatore é digna de nota, uma vez que identifica como uma das possíveis causas para a crise que acarretou o fim da MTV Brasil a presença do videoclipe – um dos mais importantes produtos da extinta emissora – no rol de formatos prediletos para o YouTube. De acordo com Lima *et al.* (2015), o modelo de negócios da televisão aberta brasileira é, desde seus primórdios, baseado na publicidade. Os comerciais de trinta segundos, nos intervalos da programação, eram responsáveis pelo financiamento dos custos de produção dos programas e pela geração de lucro para as emissoras. O modelo foi estabelecido, no entanto, em um momento de menor concorrência entre as emissoras, que competiam principalmente entre si. No contexto atual, além da disputa pela audiência com os canais abertos concorrentes, a televisão enfrenta a adesão crescente aos canais de TV por assinatura, aos conteúdos em áudio e vídeo disponíveis de forma gratuita na internet, aos canais de conteúdos gerados por usuários no *YouTube* e aos serviços de conteúdo on-demand que estão se popularizando no Brasil. Desse modo, quando a atenção do público é transferida para outros meios de comunicação, como os vídeos no *YouTube*, os prejuízos econômicos para as emissoras podem ser irreversíveis.

Além de abranger diferentes conteúdos, linguagens e formatos, o *YouTube* produz e reproduz determinadas lógicas e padrões. Braga (2015) estabelece uma distinção entre as lógicas da mídia e as lógicas da midiatização. As lógicas midiáticas seriam aquelas vinculadas ao

campo dos media (empresa/profissões) e ao conceito tecnológico mais imediatamente conformado pelo aparato. Já as lógicas da midiaticização podem ser chamadas de lógicas tentativas ou processos experimentais e tendem a gerar, através do desenvolvimento e seleção, futuras lógicas interacionais disponíveis à sociedade. Dito de outro modo, as lógicas midiáticas ou da mídia se referem a práticas provenientes dos meios de comunicação (instituições e tecnologias), enquanto as lógicas da midiaticização surgem da apropriação/transformação das lógicas midiáticas, bem como dos processos de experimentação realizados pela sociedade.

Nesse sentido, pode-se considerar que ambas as lógicas perpassam o *YouTube*. A plataforma apresenta conteúdos que reproduzem ou emulam as lógicas da mídia e das tecnologias anteriores, como a televisão, o cinema e o rádio, ao mesmo tempo em que abre espaço para experimentações as mais variadas. É o caso, por exemplo, de algumas práticas identificadas por Montañó (2017), que podem ser pensadas quase como gêneros específicos da plataforma decorrentes da repetição e apropriação dos usuários, como os memes, os “tutoriais”, os vlogs, as webséries, os programas de humor e de outros conteúdos em formatos curtos, além dos vídeos com propósito de experimentação audiovisual, dentre outros.

Os processos de experimentação audiovisual em curso no *YouTube* só se tornaram possíveis porque a empresa fornece uma estrutura que proporciona aos usuários relativa autonomia e liberdade na produção de conteúdos. O *YouTube* não só funciona como um repositório, como também dá visibilidade aos vídeos publicados e remunera os criadores de conteúdos. Enquanto o cinema, a imprensa, o rádio, a TV e as histórias em quadrinhos são “[...] formas de arte que dependem de equipes completas e de hierarquias de capacidade empenhadas em ação corporada” (McLuhan, 1995: 328), o *YouTube* é um meio de comunicação no qual todo o processo de produção e distribuição pode ser realizado por uma única pessoa.

Sob a perspectiva de McLuhan (1995) – tal como aqui revisamos –, o *YouTube* pode ser visto como um meio frio, na medida em que

oferece diversas possibilidades de participação. Os usuários podem inscrever-se nos canais de interesse; receber alertas sobre as últimas atualizações; visualizar, comentar, avaliar, compartilhar e salvar os vídeos publicados; bem como criar o próprio canal para a publicação de conteúdo. Apenas para mencionar algumas possibilidades bastante conhecidas de interação. Diferentemente dos meios mencionados por McLuhan (1995), em que a participação se dá pelo envolvimento sensorial e, de certo modo, simbólico, a plataforma proporciona outras formas (ou meios) de engajar o usuário.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

O arcabouço teórico de McLuhan (1995) dá elementos para pensarmos a natureza do *YouTube* e seu impacto no ambiente midiático atual. O conhecimento sobre os efeitos psíquicos e sociais da plataforma exige, no entanto, um olhar apurado, contínuo e mais aproximado do fenômeno. Embora o quadro teórico do presente ensaio tenha sido uma única obra de McLuhan (1995), pode-se afirmar que os conceitos formulados pelo autor são pertinentes para a compreensão do *YouTube* como um meio cujo “conteúdo” é composto, em certa medida, pelos meios que o antecederam, mas cuja mensagem ainda não se deixou apreender completamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barichello, Eugenia Mariano da Rocha; Carvalho, Luciana Menezes (2013). Mídias sociais digitais a partir da ideia mcluhaniana de medium-ambiência. *MATRIZES*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 235-246, jan./jun. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i1p235-246>. Acesso em: 28 jun. 2022.

Braga, Adriana (2012). *McLuhan entre conceitos e aforismos*. Alceu, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 48-55, jan./jun. Disponível em: [http://revistaalceu-acervo.com.puc-](http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Artigo%204_24.pdf)

[rio.br/media/Artigo%204_24.pdf](http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Artigo%204_24.pdf). Acesso em: 10 jul. 2021.

Braga, José Luiz (2015). *Lógicas da mídia, lógicas da midiaticização?* In: Fausto Neto, Antônio; Anselmino, Natalia Raimondo; Gindin, Irene Lis (ed.). *Relatos de*

Investigaciones sobre Mediatizaciones. Rosario: UNR Editora, 2015. p. 15-32. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2133/4965>. Acesso em: 31 jul. 2021.

Burgess, Jean; Green, Joshua (2009a). *A importância do YouTube*. In: BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. *YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. São Paulo: Aleph, 2009a. p. 17-33.

Burgess, Jean; Green, Joshua (2009b). *Prefácio*. In: Burgess, Jean; Green, Joshua. *YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. São Paulo: Aleph, p. 13-15.

Lima, Felipe Souza de et al. (2015). *Panorama dos modelos de negócios emergentes da TV digital aberta*. *Revista GEMInIS*, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 183-196. Disponível em:

<https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/246>. Acesso em: 1 ago. 2021.

McLuhan, Marshall (1995). *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*.

São Paulo: Cultrix, 10a edição.

Montaño, Sonia (2017). *A construção do usuário na cultura audiovisual do YouTube*. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, maio/ago. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2017.2.25256>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Muanis, Felipe (2014). *MTV Brasil e o ocaso do fluxo*. *Novos Olhares*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 59-69, 2014. Disponível em: [https://doi.org/10.11606/issn.2238-](https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2014.90203)

[7714.no.2014.90203](https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2014.90203). Acesso em: 1 ago. 2021.

Paiva, Cláudio Cardoso de (2009). *YouTube: artes, invenções e paródias da vida cotidiana. Um estudo de hipermídia, cultura audiovisual e tecnológica*.

In: Nunes Filho, Pedro (Org.). *Mídias Digitais & Interatividade*. João Pessoa: Ed. UFPB, p. 285-304.

Saudades da MTV Brasil? Reunimos ex-vjs do canal. [S. l.: s. n.], [2013?]. 1 vídeo (4:55 min). Publicado pelo canal Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WS6EiyFX6Wc>. Acesso em: 1 ago. 2021.

MARIA HELENA WEBER*

COMUNICAÇÃO E NEGAÇÃO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar o embate entre ações e discursos científicos, políticos e midiáticos relacionados à Pandemia de Covid-19, no Brasil, considerando a primazia do interesse público e a responsabilidade do governo federal no período de 2020 a 2022). O texto aborda os conceitos verdade, autoridade, visibilidade e relacionados ao poder das instituições científicas, políticas e midiáticas, entendidas como essenciais à proteção da população. As premissas que orientam a análise são as seguintes: a verdade é inerente ao discurso científico; a autoridade de um governo democrático deve estar voltada à segurança da população, e que a responsabilidade da imprensa está na visibilidade e difusão de informações geradas no âmbito da ciência e da política, bem como no exercício de suas próprias dinâmicas de mediação visando o interesse público e a gravidade da pandemia.

Palavras-chave: Comunicação Pública. Pandemia Covid-19. Governo Brasileiro. Discurso Midiático. Discurso Científico. Discurso Político.

ABSTRACT: The aim of this article is to present the clash between scientific, political, and media actions and discourses related to the Covid-19 Pandemic in Brazil (2020-2022), considering the primacy of the public interest and the government federal's responsibility . The text addresses the concepts of truth, authority, visibility related to the power of scientific, political and media institutions, understood here as essential to protect the population. The premises for this analysis are: the truth is inherent to scientific discourse; the authority of

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

a democratic government must be focused on the population's safety; the media's responsibility is the visibility and the spread of information produced within science and politics, as well as in the exercise of its own dynamics of mediation focused on the public interest and the severity of the pandemic.

Keyword: Public Communication. Pandemic Covid-19. Brazilian Government. Media Discourse. Scientific Discourse. Political Discourse.

Maria Helena Weber

“... a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer. (...) Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.” (Achille Mbembe, 2018)

INTRODUÇÃO

Desde 2019, a vida no mundo se tornou mais vulnerável e exposta à mortandade causada pelo coronavírus (SARS-Cov-2) que impôs a pandemia de Covid-19 e ainda desafia cientistas, profissionais da saúde, governantes, o mercado e as mídias. O avanço da tecnologia farmacológica e as descobertas científicas foram insuficientes para decifrar e controlar o vírus e suas variantes que mataram milhares de pessoas entre 2020 e 2023. A velocidade do contágio e as medidas de prevenção exigiram procedimentos comuns a todos os países e o mundo ficou menor e, apenas aparentemente, mais solidário.

A humanidade foi surpreendida pela incapacidade da tecnologia e da ciência de encontrarem uma solução rápida e eficaz, assim como o investimento dos países ricos se mostrou insuficiente, e as diferenças de classes, posicionamentos culturais e religiosos foram expostos e associados à falta de cuidados e às mortes. Através da pandemia foi possível acionar o poder e a necessidade da comunicação, em todas suas dimensões e que apesar de todas as diferenças a humanidade deveria

ser preservada. Algo como a “terra-pátria” definida por Morin e Kern (1995:42) quando salientam que “ao antigo substrato bio-antropológico que constitui a unidade da espécie humana acrescenta-se agora um tecido comunicacional, civilizacional, cultural, econômico, tecnológico, intelectual, ideológico” e que “nos aparece como humanidade.”

Diante do desconhecimento sobre o controle da pandemia de COVID-19 ficou evidente a necessidade da comunicação pública e do debate público, indispensáveis à governança democrática considerando a primazia do interesse público. Nesse sentido, os conceitos verdade, autoridade, informação tornaram-se axiais aos discursos proferidos por instituições científicas, políticas e midiáticas, que detêm o poder de informar e amparar a população, mas nem tudo ocorreu com esta precisão ética. Esse texto apresenta e analisa discursos e ações dessas instituições no Brasil, durante a pandemia, considerando as seguintes premissas: que a verdade é inerente ao discurso científico; que a autoridade de um governo democrático deve estar voltada à segurança da população, e que, nesse acontecimento, a responsabilidade da imprensa estava na visibilidade e difusão de informações geradas no âmbito da ciência e da política, bem como no exercício de suas próprias dinâmicas de mediação visando o interesse público diante da gravidade da pandemia. A pandemia de Covid-19 assolou a terra e exigiu medidas sanitárias assim como procedimentos comunicacionais e informações estratégicas formuladas e combinadas entre diferentes poderes: do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário); das mídias (meios convencionais, redes digitais e imprensa), e da ciência (organizações, universidades e cientistas). Ao Estado coube a coordenação de ações de prevenção, atendimento e cuidados da população; da ciência, a formulação de diagnósticos, orientações e medicamentos, e das mídias, a visibilidade e a difusão de informações sobre a compreensão a pandemia, medicamentos e modos de proteção. Relacionar a pandemia de Covid-19 à democracia brasileira, através das lentes da comunicação política é objetivo desse texto que considera o confronto insólito causado pelo próprio governo com a imprensa e a ciência, através dos discursos do então presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), assim como

as contraditórias ações sanitárias capazes de provocar insegurança, medo e deixar a população à deriva. Seus discursos e ações interferiram diretamente nos sistemas de saúde, na vacinação e, conseqüentemente, no controle do avanço da doença e das mortes.

Para essa análise são combinados conceitos que importam para a metodologia de recuperação de contextos e fatos, ações e discursos e que servem à montagem dessa contribuição. O eixo teórico é constituído a partir da definição de que a Pandemia de Covid-19 se constitui como uma ‘trama acontecimental’ (Carnielli, 2021), porquanto é formada por inúmeros acontecimentos sanitários, políticos, econômicos, culturais em diferentes espaços do mundo e em diferentes temporalidades, mas que têm no vírus, o elemento comum. O texto aborda também a comunicação pública normativa à comunicação das instituições democráticas (Esteves, 2011; Weber, 2017); o discurso político entre a verdade e a mentira (Arendt, 2007; Foucault, 1996) e a referência à ‘biopolítica’ de Foucault, 2008) que analisa o poder do Estado sobre o corpo.

A apresentação desse artigo obedece à sequência de textos adaptados ao espaço determinado, especificamente, o medo e a morte; a trama acontecimental; o tratamento da epidemia no Brasil; o embate entre as instituições do Estado e o discurso presidencial e a ocorrência da comunicação pública no âmbito da imprensa, da sociedade e da imprensa. É sob esta perspectiva, que tem cabimento a análise sobre comunicação, política, medo e a negação da pandemia de COVID-19, no Brasil.

O CONTÁGIO POLÍTICO DO MEDO

A epidemia de Covid-19 amedrontou o planeta e minou a desejada segurança atribuída ao desenvolvimento da ciência e à tecnologia. As dúvidas chegaram junto com o vírus e os procedimentos quanto à prevenção e proteção, porque nem sempre os discursos da ciência e dos governantes coincidiram, em meio a pressões do mercado. Em cada uma

destas dimensões havia a defesa de verdades ideológicas, esotéricas e morais que ampliaram a desinformação e geraram perigosas fake news.

No Brasil, no auge da pandemia (2020 a 2022) a verdade sobre prevenção, procedimentos e medicação foi disputada, entre o governo e a ciência, mesmo diante de acelerado contágio e o risco de vida presentes.. Duvidar da gravidade da pandemia ou da eficácia dos procedimentos de proteção é duvidar da ciência, mesmo que a mídia, em todo o mundo, tenha se empenhado em colocar o jornalismo a serviço de pautas buscando a verdade e a ciência. No entanto, o poder da ciência foi colocado em dúvida, nos discursos proferidos por governantes, como pelo então presidente Donald Trump (EUA) e Jair Bolsonaro (Brasil). A irresponsabilidade discursiva incidiu sobre as atitudes de milhões de pessoas que atribuíram veracidade às declarações. Concomitantemente às dúvidas e ao medo da morte por Covid-19, estes governantes difundiram, também, a insegurança sobre sua capacidade de proteger a nação.

O medo da morte está na natureza humana e sobre a finitude da vida, se debruçam a psicologia, filosofia, antropologia, teologia, somadas a explicações míticas e religiosas. Associado ao medo da morte está o medo das doenças, do envelhecimento que alimentam o crescimento das indústrias da estética, farmacologia e da medicina. O medo é estratégico ao exercício de poder e associado a processos de dominação, tanto em regimes autoritários quanto nas democracias; tanto nas relações familiares, pessoais quanto religiosas. Por outro lado, existe o medo de quem governa. O medo político do poder que teme o poder dos governados, “o medo da desobediência, da revolta, da perda de prestígio e do lugar de poder”, afirma Chauí (1987: 58) que completa:

Paixão triste, o medo é e sempre será paixão, jamais transformando-se em ação do corpo e da alma. Sua origem e seus efeitos fazem com que não seja paixão isolada, mas articulada a outras formando um verdadeiro sistema do medo, determinando a maneira de sentir, viver e pensar dos que a ele estão submetidos.

Embora nascido durante a experiência imaginativa da irremediável contingência dos acontecimentos, não é ele próprio fruto da contingência ou do acaso, mas determinado por causas necessárias que, ignoradas, não cessam de alimentá-lo (Chauí, 1987:56)

O medo provocado pelos poderosos está associado à busca de aprovação e obediência. Sobre um vírus, a autoridade é a ciência, mas quando governantes e religiosos assumem posição contrária e disputam esta autoridade, talvez estejam amedrontados entre a incapacidade de proteger seus cidadãos e a pressão do mercado. Assim o medo se instala no cidadão, na medida em que a gravidade da doença oscila entre os discursos familiares, políticos e religiosos e a circulação de (des) informação nas redes sociais das quais participa.

Com medo da morte e do futuro e em dúvida diante de diferentes verdades científicas e políticas, as pessoas foram submetidas à insegurança. De acordo com Michel Foucault, quando demonstra que o poder sobre o corpo ocorre pela moral e os discursos determinados, historicamente, por governos. Trata-se de um tipo de “governamentalidade” que, historicamente definiu doenças, comportamentos e a sexualidade, estabelecendo, assim, controles, vigilância e estigmas. É a evidência da biopolítica (Foucault, 1988), quando o governo e a política controlam e administram a vida e a morte, através de dispositivos de poder que conformam legalmente e discursivamente o corpo dos governados, bem como as doenças a partir de concepções ideológicas. O autor afirma:

Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte. Talvez seja assim que se explique esta desqualificação da morte, marcada pelo desuso dos rituais que a acompanhavam, (...) Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais “privado” (Foucault, 1988:130)

Um vírus de dimensões microscópicas colocou em risco a tecnologia, o poderio militar, a produção da indústria farmacêutica, as pesquisas científicas e o funcionamento do mercado, além de evidenciar a fome, o desemprego, diferenças de classes e o poder da comunicação. A existência da pandemia acionou o medo em cada habitante do planeta e de governantes.

Há uma “ordem do discurso” (Foucault, 1996), onde é possível detectar a disputa por poder e verdade haja vista que as sociedades possuem “regimes de verdade” que determinam o funcionamento das instituições e criam regras e denominações sobre comportamentos, doenças e definem verdades. Nessa perspectiva, a pandemia de Covid-19 foi, também, adaptada a crenças e dúvidas sobre a origem do vírus e sobre os modos de prevenção e a vacinação. A desinformação contribuiu para a expansão do contágio considerando a falta de unidade e as contradições entre os discursos científicos, políticos, religiosos, econômicos. Esse processo ocorreu mesmo sendo as instituições científicas responsáveis pela verdade sobre os aspectos biológicos e sanitários inerentes, sem a ideologia e crenças populares que mobilizavam outras “verdades”. Assim, o medo do contágio e da morte esteve associado às dúvidas e incertezas dos jogos de poder e a circulação de (des)informação. Afinal, em quem acreditar: na ciência, no presidente, ou na comunidade religiosa?

A preocupação com os limites da vida e da morte parecem não caber na contemporaneidade e no modo de viver onde as soluções parecem restritas ao espaço das mídias digitais e tudo pode ser glamourizado na forma de pseudos afetos, felicidade maquiada e narrativas previamente formatadas. Zygmunt Baumann (2008) analisa a “liquidez desta era” sendo que em uma de suas obras, o “medo líquido” (2008) identifica o medo e a apropriação da morte, através do “estratagema da banalização” da morte e, conseqüentemente, do medo. Baumann (2008: 56) afirma que “há duas formas de se chegar a isso. Uma delas é a *desconstrução* da morte. A outra é sua *banalização*.” As duas formas foram estratégicas para o discurso negacionista sobre a pandemia enquanto a iminência da morte desequilibrava certezas

sobre o mundo desenvolvido. A *construção* e a *banalização* da morte ocorreram em discursos de autoridades políticas e religiosas que, provavelmente, viram no enfrentamento à pandemia, probabilidades de que a força de suas ações (governo) e crenças (religião e culturas) diminuísse. A negação do governo brasileiro à recomendação da ciência permitiu que esse não fosse responsabilizado por ações relacionadas a políticas públicas de saúde e à proteção constitucional dos cidadãos. As afirmações científicas também confrontaram crenças culturais sobre a prevenção de doenças e o uso de vacinas, assim como a religião foi usada no sentido de que poderes divinos protegeriam mais do que recomendações científicas.

Durante a pandemia, em estreito vínculo se configura a disputa entre a realidade, a verdade e mentira associadas à ciência e à política. Arendt (2007: 289) em reflexão sobre o “conflito entre verdade e política” contrapõe a verdade à opinião “equacionada com a ilusão; e foi esse degradamento da opinião o que conferiu ao conflito sua pungência política; pois é a opinião e não a verdade, que pertence à classe dos pré-requisitos indispensáveis a todo poder”. A autora ressalta, ainda, que “toda pretensão, na esfera dos assuntos humanos, a uma verdade absoluta, cuja validade não requeira apoio do lado da opinião, atinge na raiz mesma toda a política e todos os governos”.

A visibilidade do mundo mostrou tensões e disputas de poder entre o capitalismo, a tecnologia, o mercado e a sociedade. Mesmo em tempos de pandemia, as empresas fizeram uso da propaganda para mostrar seu investimento e os cuidados adotados, ressaltando a sua função social e abrindo espaço para uma espécie de populismo mercadológico. As tecnologias, ao mesmo tempo em que foram utilizadas em toda a sua eficácia contra o isolamento social, também mostraram o abismo entre classes sociais sem acesso a dispositivos que mediarão o ensino, por exemplo, assim como contribuíram para ampliar mentiras, preconceitos e a desinformação que geraram o medo.

A TRAMA ACONTECIMENTAL

A pandemia de Covid-19 é um acontecimento público internacional com ações e consequências próprias à cultura de cada país, mas dotado de práticas, repertórios e narrativas similares sobre a disseminação, tratamento, controle e negação do vírus que acionou conceitos e instituições no âmbito da biologia, saúde pública, tecnologia, política, economia, religião e das comunicações. Nessa direção, a pandemia pode ser entendida na complexidade de uma ‘trama acontecimental’ (Carnielli, 2021), urdida por um eixo político-comunicacional e formada por diferentes eventos, governos, instituições e processos responsáveis pelo controle ou disseminação do vírus Covid-19, através da circulação de informações vitais. Centenas de acontecimentos públicos em todo o mundo voltados ao reconhecimento, contágio, cuidados, vacinas e mortes formaram, teoricamente, essa trama acontecimental determinada por problemas e desafios comuns, embora com as diferenças políticas, geográficas e culturais, em muitos acontecimentos combinados, e outros isolados constituíram a a pandemia que pode ser entendida na complexidade dessa ‘trama acontecimental’ como define Carnielli (2021: 118), independentemente de localização geográfica, regime político, ou sistema econômico. O eixo político-comunicacional da trama estava situado na Organização Mundial da Saúde (OMS) e desencadeou eventos, programas, ações governamentais e científicas, assim como ações comunicacionais. A trama adquiriu força e foi sendo desenvolvida entre confrontos e acordos sobre as melhores decisões relacionadas ao contágio, à cura e contra a mortandade sem necessariamente considerar a paridade racional entre os interesses públicos e privados identificados nas decisões políticas, econômicas e sanitárias, específicas a cada país.

Configurada como um acontecimento público planetário, a pandemia de Covid-19 foi tão biológica quanto comunicacional. Essa primeira grande pandemia do século XXI extrapolou a configuração biológica e sanitária e demonstrou as complexidades próprias do jogo político, do poder do capitalismo, das culturas e da comunicação.

Como acontecimento público, a pandemia mobilizou o estado, mídias e a sociedade, desequilibrando rotinas, desafiando a ciência e exigindo operações estratégicas de comunicação sobre a identificação e sintomas da doença; ações de prevenção individuais e coletivas; funcionamento hospitalar; tratamento médico e investimento no processo de vacinação.

O maligno SARS-CoV-2 lembrou que nenhum país é suficientemente poderoso para controlar, sozinho, a morte causada por pandemias, mesmo com autossuficiência financeira. A OMS acredita que podem ter morrido em todo o mundo mais de 6,8 milhões de pessoas e 675 milhões de casos da doença de 2019 a janeiro de 2023². No Brasil, os registros apontam cerca de 700 mil mortes e mais de 36 milhões de casos. Para além dos registros, a posição do Brasil é um exemplo sinistro do enfrentamento da COVID, já que a governança esperada para proteger o país estabeleceu um embate com as autoridades científicas e com a mídia, a respeito de suas próprias concepções a respeito da doença, causando insegurança no país.

A pandemia se instalou no planeta e afrontou a humanidade num momento de grandes crises: o jogo entre democracia, autoritarismos e a submissão da democracia ao capitalismo; a crise econômica instaurada entre o lucro, a empregabilidade; a preocupação mundial com o meio ambiente e a crescente crise de valores com a relativização da verdade, da ética e o investimento ao hedonismo. A pandemia mostrou a humanidade amedrontada, colocada à deriva, mesmo com a mobilização que colocou as mesmas demandas para diferentes sistemas políticos e econômicos igualmente incapazes de responder.

Mesmo com o desenvolvimento tecnológico avançado no campo da biologia e da saúde pública que possibilitaram a produção e disseminação de vacinas, ainda não foi possível interromper o ciclo de letalidade do vírus. O contágio mostrou-se tão veloz quanto os

² Fontes: Our World In Data, The New York Times, Universidade Johns Hopkins, Wikipédia (<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>). Atualizado em 28 de fevereiro de 2023.

deslocamentos, transportes e a difusão de informações que desvelaram um mundo vulnerável e sem fronteiras políticas ou econômicas que detivesse o contágio. A pandemia desarranjou brutalmente as relações internacionais, a ordem científica, a ordem midiática e a sociabilidade, ao expor questões raciais, de gênero, classe e culturas associadas à política, ao mercado e ao preconceito. As decisões para salvar essa humanidade exigiram acordos para além das ideologias e interesses do mercado visando ações preventivas de combate efetivo a Covid-19, especialmente: estrutura física e equipamento hospitalar adequado; protocolos sanitários com isolamento e o uso de máscara; notificações, estatística sobre internações e ocorrência de mortes; qualificação de profissionais da saúde e na descoberta das vacinas, a sua comercialização e logística de aplicação.

Emerge desta 'trama acontecimental' – combinação de fatos e acontecimentos configurados como a Pandemia Covid-19 -, um complexo mapa de preservação da vida, no qual a informação tornou-se o mais importante dispositivo na medida em que a expansão ou recrudescimento do contágio dependiam de mídias, comunicados, discursos e da publicidade. A comunicação tornou-se instrumento vital realizando a mediação entre a doença e a sociedade; entre os discursos científicos e políticos. O reconhecimento do outro infectado, as imagens de correria aos hospitais, a necessidade de informações sobre medicação e atendimento indicavam a importância de governantes na orientação dos governados.

Os processos de contágio, proteção e combate ao vírus Covid-19, ao mesmo tempo em que obrigou os países a estabelecerem protocolos sanitários comuns, trouxeram à tona interesses políticos e econômicos capazes de alterar ações em benefício da vida. Foi possível avaliar o grau de importância que os governantes deram à vida de seus governados, também através de suas performances discursivas onde os limites entre a verdade e a mentira foram borrados. A acessível tecnologia midiática - que abrange tanto as mídias convencionais (rádio, televisão, jornais) quanto as mídias digitais -, determinam novos protocolos de comunicação e novas sociabilidades -, contribuiu tanto

para a credibilidade do discurso científico (especialmente através da imprensa), quanto para a difusão do negacionismo sobre a pandemia.

NO BRASIL, A LÓGICA PERVERSA

No Brasil, a ‘trama acontecimental’ que configura a pandemia de Covid-19 foi forjada nos embates éticos, jurídicos políticos, econômicos, comunicacionais com o protagonismo da presidência da república, cujas ações e discursos quebraram a unidade das informações e ampliaram o contágio e a morte, em direção oposta às recomendações da OMS e da ciência. As orientações científicas convergiam e alertavam governos, instituições e a população mundial indicando a prevenção e a proteção, através de máscaras, resguardos, *lockdown*, isolamento, tratamentos e o uso das vacinas. No Brasil, entretanto, a ciência foi colocada sob suspeição conforme o discurso negacionista do presidente Jair Bolsonaro, que submeteu os órgãos governamentais de saúde a suas decisões; criou uma crise político-sanitária com governadores e uma crise institucional entre os três poderes da república (Executivo, Legislativo e Judiciário), sempre a partir da sua particular compreensão sobre a epidemia, contágio e efeitos.

A ordem republicana brasileira foi desestabilizada devido à sobreposição de interesses privados sobre interesses públicos. O avanço do vírus não impediu disputas políticas e econômicas sobre a eficácia de ações e remédios, bem como distorções estatísticas. As políticas públicas e a burocracia governamental, trouxeram à tona problemas de logística, de recursos, de controle e descaso. A administração direta da pandemia dependia, evidentemente, do Ministério da Saúde e ali começava a disputa entre as exigências presidenciais e as ações voltadas à saúde pública; entre os interesses dos governantes de 26 estados brasileiros e de cerca de 215 milhões de brasileiros. Um dos indicadores deste processo é que durante o primeiro ano da pandemia (2020/2021) o governo Bolsonaro mudou quatro vezes seus ministros da saúde, especificamente, Luiz Mandetta (20/11/2018 a 1/1/2019), Nelson Teich

(16 e 17/04/2020) , Eduardo Pazuello (15/5/2020 a 14/3/2021) e desde 23/03/2021, até a escolha do de Marcelo Queiroga (2021-2022).

Sob o embate entre a ciência, a política e a imprensa, a vida dos brasileiros foi ameaçada e a proteção constitucional não foi executada. Ao contrário, a proteção ao interesse público como princípio democrático foi substituída pela defesa de interesses privados e definições particulares sobre a pandemia e a Covid-19. O Brasil foi palco de um exercício de poder relacionado ao deslocamento de verdades e mentiras, totais ou parciais, que colocaram sob suspeita as ações governamentais.

Ao adotar e difundir soluções e prescrições particulares, o governo Bolsonaro contrariou a ordem internacional científica, as recomendações de prevenção e as medidas sanitárias capazes de proteger vidas. O descontrole sobre a prevenção ficou evidente, mas hospitais de todo o país mantidos pelo SUS - Sistema Único de Saúde, criado em 1990, ofereceram acesso e atendimento gratuito a todos cidadãos. O SUS é internacionalmente conhecido por chegar a todos os recantos do Brasil e ter uma rede de vacinação eficaz. Como afirmam Baumgarten e Weber (2021), o SUS tão criticado pelo governo federal, provavelmente tenha salvado o país de uma catástrofe ainda maior. As autoras ressaltam a necessidade de políticas de comunicação para a saúde pública, conforme ficou evidente na pandemia de Covid-19:

Uma política de informação em saúde pressupõe dois eixos básicos e necessariamente integrados: 1) produção e sistematização de informações, possibilitando o conhecimento das reais condições de saúde da população abrangida e 2) divulgação/comunicação, ou seja, informação que promove o conhecimento por parte da sociedade e dos profissionais da área sobre as condições de saúde, a oferta de serviços, uso adequado dos recursos e direitos do cidadão, viabilizando o controle social sobre a gestão e sobre a qualidade dos serviços. (Baumgarten e Weber, 2021: .10)

Muitos acontecimentos, ações e discursos marcaram a política perversa adotada pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)

para o tratamento da pandemia no Brasil e aqui sintetizamos dois eventos: a questão técnica e a responsabilidade sobre equipamentos e medicamentos na rede pública de hospitais e a falta de oxigênio em Manaus (janeiro de 2021) e o embate entre os poderes com a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Covid-19 no Senado Federal instalada em abril de 2021. A título de exemplificação, serão relacionados também, excertos do discurso presidencial para completar o cenário de tensões que ampliou o medo, o contágio e as mortes.

FALTA DE OXIGÊNIO EM MANAUS

A falta de oxigênio nos hospitais em Manaus³ é o primeiro exemplo e diz respeito ao colapso no atendimento à cidadãos internados com Covid-19, por falta de oxigênio que causou mais de 60 mortes e exigiu remoção de pacientes para outros estados. O auge da crise foi em 14 de janeiro de 2021, quando as imagens mostravam o desespero dos familiares nas filas em busca de oxigênio. Segundo relatório da Procuradoria Geral da República (PGR), o Ministério da Saúde foi informado no dia 8 de janeiro sobre a iminente falta de oxigênio, pela empresa White Martins. Esta crise foi relacionada à falta de entendimento entre as autoridades municipais, estaduais e federais, tendo origem na decisão do governador Wilson Lima que decretou em 23/12/20 o fechamento do comércio e a proibição de eventos comemorativos e foi criticado pelo presidente, enfrentou protestos e bloqueio da cidade até que revogou o decreto. Em meio à crise, entre os dias 11 e 13 de janeiro, o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello esteve em Manaus, mas com objetivo de promover o tratamento precoce contra a Covid-19 com

³ <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/01/14/crise-do-oxigenio-no-amazonas-completa-um-ano-com-impunidade-e-incerteza-causada-pela-omicron.ghtml> Acessado em 24 de agosto de 2022.

remédios como a Cloroquina e a Ivermectina, sem eficácia comprovada e condenados pela ciência.

Em decorrência da crise de abastecimento de oxigênio no estado, ainda em janeiro - auge da pandemia de Covid-19 -, a Justiça do Amazonas processou o ex-ministro Eduardo Pazuello e outras cinco pessoas, mas ambos foram absolvidos. As investigações do Ministério Público e da Defensoria Pública registraram as mortes e a transferência de mais 500 pacientes para hospitais em outros estados, sendo que autoridades públicas e empresas privadas foram alvos de ações judiciais, especialmente, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid, instalada no Senado Federal. Há processos em andamento na Procuradoria-Geral da República, Ministério Público Federal, Ministério Público do Amazonas, Defensoria Pública.

A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

O segundo acontecimento foi a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)⁴ da Covid-19, em 13 de abril de 2021, no Senado Federal após a decisão do Supremo Tribunal Federal. A CPI foi, especialmente, consequência de denúncias sobre a condução do governo em relação à pandemia e o cumprimento da constituição; de problemas sobre a compra de vacinas e sobre o aumento de mortes, dentre outros aspectos. O trabalho dos senadores durou cerca de seis meses, totalizando 67 reuniões, mais de 500 requerimentos e 190 quebras de sigilo.

A CPI foi transmitida em tempo real pela TV Senado e expôs as entranhas do poder, denúncias de prevaricação, corrupção, participação

⁴ Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, no Senado Federal coordenada pelos senadores: Omar Aziz (PSD-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Renan Calheiros (MDB-AL). (<https://www12.senado.leg.br/noticias/destaques/SenadoContraCovid19/pagina/1>)

indevida de consultores junto à presidência, problemas de atendimento em instituições particulares e o descaso com a saúde e procedimentos destinados a preservar vidas. Servidores públicos, empresários e técnicos testemunharam os bastidores do descaso, enquanto o país assistia à disputa política ali travada e aos depoimentos de vítimas e familiares.

O relatório final da CPI⁵ solicitou o indiciamento de duas empresas e 78 pessoas, incluindo os ex-ministros da Saúde Marcelo Queiroga e Eduardo Pazuello, e do então presidente Jair Bolsonaro. Este foi acusado formalmente de crimes de prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado morte; infração a medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime; falsificação de documentos particulares; crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade⁶. O relatório foi entregue à Procuradoria Geral da República para providências, mas esta requereu o arquivamento da maioria das denúncias ao Supremo Tribunal Federal. Os senadores integrantes da CPI apresentaram petição ao Supremo Tribunal Federal para que o pedido da PGR seja rejeitado e que o então presidente seja responsabilizado pelas denúncias do relatório. Ainda sem decisão.

Os senadores, em ato simbólico, entregaram o Relatório Final, também, ao Tribunal Penal Internacional de Haia (Holanda)⁷.

5 O relatório completo da CPI: <file:///C:/Users/Fernando%20PC/Downloads/Relatorio%20Final%202020.10%2017h30.pdf>

6 A CPI e o presidente Jair Bolsonaro: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>

7 Entrega do Relatório da CPI ao Tribunal de Haia, em janeiro de 2022: <https://www.poder360.com.br/justica/tribunal-de-haia-recebe-relatorio-da-cpi-da-covid/>

A POSTURA DO PRESIDENTE

O comportamento e os pronunciamentos do então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro indicaram a adoção de uma perspectiva negacionista em relação à pandemia. A análise sobre as estratégias da governança populista do governo, assim como a sua comunicação

baseada na desinformação forma um dos eixos da obra de Yvana Fechine e Paolo Demuru (2022). Especificamente, em relação ao comportamento do ex-presidente Bolsonaro, durante a pandemia, afirmam:

O modo como Bolsonaro defendeu com êxito suas posições durante a pandemia está intrinsecamente associada ao fazer crer próprio da manipulação que, operando em conjugação com os demais regimes, é o ponto de partida e de chegada da sua estratégia política. Diante de uma situação tão extraordinária, como uma pandemia, o fazer persuasivo não se sustenta apenas no raciocínio argumentativo inerente a um exercício retórico, mesmo quando este é sustentado pela desinformação. (Fechine e Demuru, 2022: 153)

Em 24 de março de 2020, o então presidente Jair Bolsonaro se dirigiu ao país, pela primeira vez, para abordar a pandemia de Covid-19, em cadeia nacional de rádio e televisão. De acordo com a pesquisa de Pinheiro (2021) em cinco minutos acusou a imprensa por incitar

o pânico, criticou o isolamento social, argumentando que “a doença só seria fatal a idosos e grupos de risco”; criticou governadores e prefeitos que decretaram lockdown; apelou para que “todos voltassem à normalidade para salvar empregos”; defendeu o uso do medicamento Hidroxicloroquina; agradeceu aos profissionais de saúde e finalizou dizendo que “acreditar que Deus capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura desta doença”.

Como registra, ainda, Pinheiro (2021) o ex-presidente associou a religiosidade à crise sanitária, e com o apoio de “34 pastores das principais Igrejas evangélicas neopentecostais”, convocou a população cristã para um “jejum santo”, no dia 5 de abril de 2020, para o fim da pandemia. Nesta cruzada religiosa, o ex-presidente contou com o

poderoso discurso do pastor Silas Malafaia⁸ que em seu canal do youtube defendeu Bolsonaro, atacando seus ditos inimigos, especialmente a imprensa. Sobre a pandemia, o pastor “publicou 41 vídeos, sendo 21 contra a imprensa, incluindo a sequência 30 segundos para você não ser manipulado pela imprensa”, registra Pinheiro (2021: 151).

Sob o governo do então presidente Jair Bolsonaro, no Brasil, a abordagem da pandemia contrariou o mundo, estabelecendo um debate perverso que contrapôs a ciência e a saúde à política privada, à religiosidade e ao misticismo, através de posicionamentos negacionistas e defesa de remédios não recomendados. O povo brasileiro ficou à deriva entre o discurso científico com extensa cobertura midiática e o discurso do presidente, que proclamou seu próprio entendimento sobre a periculosidade do vírus, sistemas de prevenção, medicação e vacinas. Ampliou a dúvida e a insegurança da população com discursos ambíguos e a ostensiva divergência em relação a recomendações sanitárias. Pode-se falar na perversidade do discurso e das ações do governo que provocaram, naturalmente, insegurança na população, na medida em que o posicionamento do então presidente contrariou recomendações da OMS; desqualificou o discurso de cientistas; dedicou-se à promoção do “kit preventivo” (Cloroquina, Hidroxicloroquina e Ivermectina) sem comprovação da OMS; provocou aglomerações sem o uso da máscara; condenou imprensa por “incitar o pânico”; estabeleceu confrontos com governadores, com o poder Judiciário e o Poder Legislativo.

A pandemia no Brasil expôs um governo que contrariou a constituição e a representação que lhe foi atribuída por voto, ao duvidar da gravidade da doença, ao criar seu próprio receituário, contradizer orientações internacionais e escolher como inimigos a imprensa e os cientistas empenhados na divulgação de esclarecimentos e informações. O compromisso de um governo republicano de defender o interesse

⁸ Silas Malafaia é um dos pastores evangélicos mais importantes do mundo e há 19 anos apresenta programa de evangelização na televisão transmitido em emissoras do Brasil, Estados Unidos, Europa e África, além de atuação e redes sociais.

público não foi executado pelo então governo de Jair Bolsonaro que optou por uma versão particular da pandemia.

O Brasil confirmou o primeiro caso da doença em 26/02/2020 e a primeira morte ocorreu em 17 de março. A seguir relaciono excertos de manifestações do então presidente Jair Bolsonaro que demonstram o descaso atribuído à Covid-19 bem como o distanciamento em relação à sua responsabilidade constitucional sobre a proteção da população. Os excertos⁹ dos discursos foram relacionados à data e ao número de mortes na ocasião, especificamente:

a) sobre o vírus e a pandemia

- “Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja sendo potencializado até por questões econômicas”. Afirmação durante viagem aos Estados Unidos.

(9/3/2020 - nenhuma morte).

- Presidente diz que o Brasil tem que deixar de ser 1 país de “maricas” (termo pejorativo para se referir a homossexuais). Afirmou ainda que a pandemia de coronavírus era superdimensionada e que a “Geração hoje em dia é Nutella¹⁰”.

(10/11/2020 - 162.829 mortes).

- Presidente disse, em entrevista à Gazeta Brasil, que a “Ômicron é bem-vinda” e que “dizem [que a ômicron] até que seria um vírus vacinal. Deveriam até... Segundo algumas pessoas estudiosas e sérias —e não

⁹ Trinta declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre a doença Covid-19, de acordo com a mídia Poder 360 (site <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>), acessado em 25 de agosto de 2022. De minha autoria a nova grafia das datas e a inclusão de parênteses na citação do número de mortos.

¹⁰ ‘Geração Nutella’ é o apelido que tem origem na marca de creme de avelã e é atribuído à geração mais reprimida, superficial e comportada que cresceu ou nasceu durante os anos 2010.

vinculadas à farmacêuticas —dizem que a ômicron é bem-vinda e pode sim sinalizar o fim da pandemia”.

(12/1/ 2022 620.371 mortes).

⁸ - Presidente afirmou, em duas ocasiões, que não seria uma “gripezinha” que o derrubaria depois de ter sido esfaqueado nas eleições de 2018.

(20 e 24 /3/2020 - 11 mortes)

b) sobre o contágio

- Presidente afirma que o “brasileiro pula em esgoto e não acontece nada” e, por isto, o brasileiro precisa ser “estudado” porque é capaz de pular “no esgoto”.

(26/3/2020 - 77 mortes)

- Presidente declara durante entrevista que revelou ter testado positivo para Covid-19, que uma grande parte da população seria infectada porque “É como uma chuva, vai atingir você”.

(7/7/2020 - 66.741 mortes)

- Presidente afirma em live nas redes sociais que já se considerava imunizado por ter contraído a Covid-19 e que “todos que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma mais eficaz que a própria vacina, porque você pegou vírus para valer”.

(17/6/2021 - 496.004 mortes).

c) sobre as mortes

- Presidente comenta sobre o recorde de mortes: “E daí, lamento. Quer que eu faça o quê?” e acrescenta “ Sou Messias [seu nome do meio], mas não faço milagre”.

(28/4/2020 - 5.050 mortes).

- Bolsonaro diz a uma apoiadora que pedia uma palavra de conforto para as famílias em luto: “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”.

(2/6/2020 - 31.199 mortes)

- Presidente disse, em entrevista aos alemães Vicky Richter e Markus Haintz, ligados à direita radical, que o “Covid apenas encurtou por alguns dias ou algumas semanas a vida das pessoas que tinham comorbidades”.

(8/9/ 2021 - 584.421 mortes).

- Presidente afirmou, em conversas com jornalistas em Eldorado (SP) que o número de mortes de crianças por covid era “insignificante” e disse: “lamento profundamente, mas é um número insignificante” porque “tem que levar em conta se elas tinham comorbidade também”.

(22/1/ 2022 - 622.801 mortes)

d) sobre a medicação

- Presidente aconselha o uso de medicamentos não autorizados pela OMS e faz trocadilho, em entrevista ao jornalista e blogueiro Magno Martins. As pessoas identificadas com a direita, devem usar cloroquina, enquanto os de esquerda devem “tomar tubaína”. (19/5/2020 - 17.971 mortes)

- Presidente criticou, em conversa com apoiadores, o projeto de lei 399 que previa ampliar o cesso a medicamentos à base de Cannabis. Afirmou que falar de cloroquina no Brasil era crime, mas falar em maconha é legal”.

(14/5/2021 - 432.628 mortes)

- Presidente defendeu medicamentos em a eficácia comprovada e afirmou que “nunca vi ninguém morrer por tomar hidroxicloroquina”.

(9/6/2021 - 479.515 mortes)

- Presidente disse a apoiadores que “se tivesse coordenado a pandemia da Covid, com a adoção do tratamento precoce, o número de vítimas da pandemia seria menor”, referindo-se ao tratamento sem comprovação científica.

(24/7/ 2021 - 549.448 mortes)

e) sobre as vacinas

- Presidente reafirmou que é contrário à vacinação obrigatória contra Covid-19 e se referindo à vacina da Pfizer e ao contrato no qual a empresa não se responsabiliza por possíveis efeitos colaterais causados pelo imunizante, disse: “Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso” e “se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso”.

(17/12/2020 - 184.827 mortes)

- Presidente refere-se à vacina Coronavac e diz que “não há nada comprovado cientificamente sobre essa vacina aí”, mas o imunizante tinha eficácia global de 50,4%, segundo o Instituto Butantan.

(22/1/2021 - 215.243 mortes)

- Presidente declara em suas redes sociais que “o cara que entra na pilha da vacina, só a vacina, é um idiota útil” justificando que “quando eu falei remédio lá atrás, levei pancada. Nego bateu em mim até não querer mais”. Entrou na pilha da vacina” e afirma que “devemos ter várias opções”.

(11/2/2021 - 236.201 mortes)

- Em conversa com apoiadores em Uberlândia, o presidente criticou a compra de vacinas contra a Covid-19 pelo governo federal que havia editado medidas provisórias para destinar R\$ 20 bilhões para compra de vacinas. O presidente disse : “Vai comprar vacina. Só se for na casa da sua mãe”.

(4/3/2021 - 260.970 mortes).

- Presidente declara em suas redes sociais que está “melhor que o pessoal que tomou CoronaVac” e voltou a criticar a eficácia da vacina afirmando que “Falei que meu IgG está 991. Eu estou muito bem, melhor que o pessoal que tomou CoronaVac. Melhor não”.

(2/9/2021 - 581.914 mortes)

- Presidente declarou em suas redes sociais que há “muita gente de esquerda” desejando a sua morte e completa que “se quer a minha morte, por que fica querendo exigir que eu tome a vacina? Deixa eu morrer, problema é meu”.

(2/12/2021 - 615.179 mortes)

- Presidente se manifesta sobre a vacinação em crianças e afirma que “não tá havendo morte de criança que justifique” a “medida emergencial”. Na ocasião, afirmou, também, que é o “pai que decide em primeiro lugar”.

(24/12/ 2021 - 618.392 mortes)

- Presidente questionou, durante entrevista à TV Nordeste, o interesse da Anvisa na aprovação de vacinas pediátricas da Pfizer contra a Covid-19: “Qual o interesse da Anvisa por trás disso aí?” e “qual o interesse das pessoas taradas por vacina?”

(6/1/2022 - 619.641 mortes)

f) sobre a economia

- Presidente afirmou que “O Brasil está quebrado. Eu não consigo fazer nada” e completou: “Eu queria mexer na tabela do Imposto de Renda, teve esse vírus potencializado pela mídia que nós temos, pela mídia sem caráter que nós temos”.

(5/1/2021 - 197.777 mortes)

- Presidente declara a apoiadores sua opinião sobre manifestação organizada no dia 15 de maio que “O agro realmente não parou. Tem uns idiotas aí, o ‘fique em casa’. Tem alguns idiotas que até hoje ficam em casa. Se o campo tivesse ficado em casa, esse cara tinha morrido de fome, esse idiota tinha morrido de fome”.

(17/5/2021 - 436.537 mortes)

- Presidente reclamou durante evento organizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) da sugestão da Anvisa de implantar o passaporte vacinal nas fronteiras do país e disse: “Quer fechar de novo, porra?” e complementa que “estamos trabalhando agora com a Anvisa, que quer fechar o espaço aéreo. De novo, porra? Ah, a ômicron. Vai ter um montão de vírus pela frente, de variantes talvez”.

(7/12/2021 - 616.018 mortes)

- Presidente afirmou em evento no Palácio do Planalto que o passaporte vacinal era uma coleira que queriam impor no Brasil. “Cadê nossa liberdade? Prefiro morrer do que perder minha liberdade” e que querem botar coleira no povo brasileiro”.

(7/12/2021 616.018 mortes)

g) sobre a CPI da COVID

- Presidente critica a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid no Senado, em evento com empresários em Santa Catarina, afirmando que “tapetão por tapetão sou mais o meu”.

(25/6/ 2021 - 511.142 mortes)

Essas declarações – e muitas outras - foram criticamente divulgadas pela imprensa, mas também, amplamente difundidas nas suas redes sociais e apoiadores. A circulação duvidosa de narrativas pessoais e políticas ganhou espaço devido ao isolamento imposto e isto reforçou uma das características da nova sociabilidade abrigada nas redes: a disseminação (ir)responsável de informações públicas e privadas que permite visibilidade, autoriza a vazão de ressentimentos e sugere empoderamento individual.

Um governo democraticamente eleito tem o compromisso de tornar públicos atos e políticas voltadas à resolução de problemas (como a pandemia), defender o interesse público, em discursos que obedeçam à verdade e promover o debate público, qualificado e participativo propiciado pela internet e os meios de comunicação convencionais.

Entretanto, a comunicação do então Governo Bolsonaro contrariou a democracia, posto que esta comunicação foi direcionada às redes privadas do ex-presidente que promoveu seus próprios interesses e concepções sobre a pandemia e estas não coincidiram com o interesse público, no caso da pandemia. As estratégias de comunicação desse governo foram direcionadas à promoção da dúvida e do medo e segundo Weber (2021) trançam uma “perversa narrativa presidencial”:

Pode-se identificar uma estratégia perversa por parte do governo federal, na sua retórica ambígua sendo que a sociedade é submetida à exposição de brigas intestinas da burocracia governamental; a encenações dramáticas do presidente Bolsonaro nas ruas e em lives; a confrontos com governadores, prefeitos e com os poderes legislativo e judiciário; à negação da ciência em nome da magia, da religião, do mercado e, especialmente, na demonstração da sua incapacidade de conduzir o governo para soluções relacionadas à Pandemia (Weber, 2021: 33-34).

Historicamente, a política se vale da manipulação de verdades e da persuasão, por ilusão ou medo. Neste sentido Leitão (2000:138) aborda a “função política do medo” e em analogia com “O príncipe” de Maquiavel, ressalta que “o príncipe moderno não se utiliza primordialmente do mito e da superstição, para inscrever o medo no inconsciente coletivo. Esse trabalho é executado pela política eletrônica cujo funcionamento inclui, subliminarmente, o medo.” É possível traduzir por uma política digital e associar às redes ocupadas pelo presidente do Brasil, que atinge cerca de 50 milhões de seguidores nas mídias do Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e TikTok¹¹

¹¹ Acessado em 03/09/2022: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-tem-50-milhoes-de-seguidores-nas-redes-sociais-lula-17-milhoes/>

A postura do então presidente Bolsonaro, durante a pandemia, e o elevado número de mortos indicam o descaso com que a pandemia foi tratada no âmbito das políticas públicas federais; indicam o desrespeito à população e à imprensa e mostram o escárnio para com os direitos humanos.

UM HIATO À COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Como foi ressaltado, a comunicação do presidente Bolsonaro, não respeitou os princípios da democracia em defesa do interesse público, proferindo discursos negacionistas e amedrontadores. Este comportamento contraria os princípios da comunicação pública, conceito normativo diretivo da comunicação governamental e das instituições públicas nas democracias.

A insurgência da Covid-19 expôs o poder da comunicação em todas as suas dimensões discursivas, midiáticas e tecnológicas, sendo que o isolamento social ativou outras formas de relações que fortaleceram as mídias digitais. Neste espaço foram abertos espaços também para encontros solidários e o debate público, além das usuais disputas de poder e vaidades. Sob essa perspectiva é possível identificar ações relacionadas à comunicação pública, a comunicação inerente ao Estado democrático, normativa ao processo comunicacional desencadeado por governantes e dirigentes de instituições públicas, bem como a comunicação da sociedade em debate público na defesa de suas demandas.

A ‘trama acontecimental’ constitutiva da Pandemia de Covid-19 está necessariamente permeada pela comunicação pública, seja na operacionalização do conceito pelas instituições públicas e a sociedade, ou pela sua ausência e deturpação como expresso no discurso presidencial, na circulação de *fake news* e na desinformação que ferem a ética das relações e dos discursos. Nesse sentido e considerando a comunicação pública como indicativa da qualidade das democracias

(Weber, 2017), pode-se inferir a baixa qualidade da democracia brasileira.

A pandemia como tema de interesse público de múltipla complexidade, atraiu disputas discursivas em torno da verdade e da mentira; da insegurança e do medo; da ciência e do negacionismo, e como acontecimento causou desequilíbrio obrigando instituições políticas e governamentais, organizações científicas e econômicas, meios de comunicação, convencionais e digitais a tomarem posição e redimensionar a sua natureza pública. Assim é possível identificar o fortalecimento da sociabilidade digital, a alteração das relações de trabalho, a ampliação de métodos educacionais e as novas formas de acionar o debate sobre temas de interesse público.

Durante o auge da pandemia no Brasil, a sociedade organizada e as instituições públicas não se renderam às perversas estratégias adotadas pela governança e inúmeros debates e mobilizações puderam ser identificados neste período. A tecnologia digital e as redes permitiram ampliar debates científicos, culturais, artísticos, educacionais, políticos e econômicos. A imprensa pode recuperar a sua função de mediação em defesa do interesse público, ao capturar e difundir informações sobre a pandemia e abrir espaço para especialistas e cientistas. As universidades falaram com a sociedade, organizaram aulas públicas e compartilharam saberes, na abordagem de temas em toda a sua diversidade, lotando as salas virtuais. Milhares de pessoas passaram a ter acesso à universidade, aos debates e a pensadores, num processo de excepcionalidade e aprendizagem.

Três acontecimentos foram recuperados como referências para esse capítulo e traduzem a defesa do interesse público inerente à comunicação pública: (a) o *debate público* digital entre academia e a sociedade protagonizado pelos atores do campo científico e acadêmico; (b) a retomada do papel de *mediação da imprensa*, dando visibilidade permanente às análises de cientistas e especialistas, e (c) a criação e operações do *Consórcio de Imprensa*.

O DEBATE PÚBLICO ENTRE ACADEMIA E A SOCIEDADE

As narrativas das redes digitais ao mesmo tempo em que individualizaram e ficaram submissas a discursos de poder na produção de *fake news*, também demonstraram sua potência na veiculação de discursos em confronto com os discursos negacionistas, valorizando atitudes de prevenção e a vacinação. A pandemia de Covid-19 obrigou o confinamento e a interrupção de processos de sociabilidade direta como aqueles inerentes à educação e à pesquisa. Neste sentido, as salas de aula e laboratórios foram fechados, os alunos mantidos em suas casas e uma parte da população mais privilegiada - porque não precisava sobreviver e sair em busca de trabalhos e algo para comer -, passou a frequentar o mundo através de seus dispositivos digitais.

Para além das aulas, as plataformas digitais serviram ao debate público, também, sobre temas em geral restritos à universidade e sobre questões relacionadas à crise sanitária mantida pela pandemia. De 2020 a 2022, centenas de temas foram trazidos à tona e debatidos em transmissões ao vivo, em centenas de *lives* digitais – *live streaming* – acessíveis pelos mais diferentes dispositivos. Intelectuais, cientistas e professores, pesquisadores e especialistas saíram de suas salas, compartilharam suas publicações e foram a público contribuir para decifrar este estranho tempo, suas misérias e saberes.

Nesse debate científico-acadêmico foram realizados congressos e reuniões independentemente da complexidade dos temas, invertendo o tempo, reunindo pesquisadores de diferentes países e criando outros modos de participação. Milhares de opiniões, textos e críticas circularam neste período, ratificando a importância da ciência na pesquisa e no ensino. Mesmo desvalorizadas e ironizadas pelo governo federal, as universidades públicas compartilharam com a sociedade seus saberes em respeito ao interesse públicas e à função pública da sua comunicação.

Exercendo seu ofício, pesquisadores escreveram, em cima da hora e contribuíram para a compreensão da Covid-19 com os desafios políticos, econômicos e comunicacionais que demarcaram eventos e

acontecimentos da ‘trama acontecimental’ constitutiva da pandemia Covid-19. Estudos e reflexões mostram o impacto do vírus para o pensamento comunicacional, como o dossiê da Associação Nacional de Pesquisadores em Comunicação e Política, denominado *Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões*¹² e a obra “COVID-19: comunicação, negacionismo e responsabilidade social” que reuniu diferentes textos que traduzem o desafio da imprensa para realizar a cobertura sobre a pandemia.

A MEDIAÇÃO DA IMPRENSA

Diante do impacto dos acontecimentos (trama acontecimental) da Pandemia de Covid-19, os meios de comunicação convencionais (rádio, tv, periódicos jornalísticos) e as mídias digitais abriram espaço para notícias e questões relacionadas, bem como veicularam anúncios de empresas e instituições sobre prevenção e sua participação em prol da vida. Evidentemente, que organizações do mercado, direta e indiretamente relacionadas à área da saúde, também divulgaram suas ações, repletas de boas intenções e associando a sua imagem pública a bondades mercadológicas. Investiam, assim, numa rara e eficaz combinação publicitária, ou seja, produtos e serviços associados a ações para o bem e para a saúde do cidadão e, ao mesmo tempo, um potencial consumidor de seus produtos e serviços. A pandemia convocou o mercado a exercer sua responsabilidade social, ao mesmo tempo em que foi acionado o populismo mercadológico e em meio a esse processo, o cidadão pode ser beneficiado.

¹² O dossiê *Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões* editado pela Compolítica. (http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2021/04/Comunicacao-e-politica-no-contexto-da-pandemia_EbookCompolitica.pdf)

A imprensa brasileira, por outro lado, retomou e valorizou sua função pública e o exercício jornalístico exigido pela gravidade da pandemia, em nome do interesse público tantas vezes relegado (Sartor, 2016). Espaço, tempo, texto e imagem foram ocupados por informações, críticas e depoimentos voltados à compreensão do perigo da Covid-19. Da falta de perspectivas, em 2020, à aplicação de vacinas, a partir de 2021, o papel da imprensa foi determinante no cumprimento da pauta pandemia, que se impôs sobre quaisquer notícias e beneficiou a sociedade, o país, o mercado e a busca pela audiência.

Cabe ressaltar três exemplos vinculados ao Jornal Nacional (Rede Globo), jornal de maior audiência no país, atingindo diariamente milhões de pessoas¹³, que realizou surpreendentes mudanças na sua linha editorial. O primeiro de ordem estética, quando em 9/5/2020, os apresentadores encerraram a edição do JN fazendo referência às 10.627 pessoas mortas neste dia. Como descrevem os autores Siqueira, Freire e Souza (2021:99), na sequência “em silêncio, sem a trilha sonora característica, e com o cenário numa penumbra, revela-se em um telão, ao fundo da redação, a imagem de um pedaço cinzento da bandeira brasileira com o número de vidas perdidas no país até aquela data”. Alguns dias depois, o JN inaugurava uma tela com os rostos de vítimas que eram substituídos, diariamente.

O segundo movimento do JN foi na produção de conteúdos (entrevistas e depoimentos) centrados em instituições e atores diretamente relacionados a ações benéficas durante a pandemia, no quadro Solidariedade S/A, a partir de 14/4/2020. Durante alguns meses, o espaço veiculou reportagens e entrevistas com empresários em iniciativas solidárias vinculadas à pandemia, mostrando a marca das empresas e os valores investidos. A visibilidade neste privilegiado

¹³ Atingindo milhões de pessoas diariamente o Jornal Nacional foi criado em 1969 vinculado à TV Globo (1957) e com o jornal O Globo (1925) e a Rádio Globo (1934) formam uma das maiores redes de comunicação do mundo, a Rede Globo.

espaço no JN, provavelmente superou o valor de uma campanha publicitária. Além disso, essas empresas fizeram circular suas próprias campanhas e anúncios na mídia brasileira.

A valorização dos profissionais da saúde envolvidos no combate à pandemia e nos cuidados da população pelo JN é o terceiro exemplo. Denominado “Aqui Dentro”, o quadro foi apresentado de maio a outubro de 2020 com alto índice de dramaticidade e comoção (Siqueira, Freire e Souza, 2021: 102), pois os chamados profissionais da “linha de frente” de aparência esgotada, alguns contaminados, com rostos marcados pelas máscaras, contavam dos problemas enfrentados com a doença com a falta de espaço e de profissionais, assim como da relação com os pacientes. Os vídeos eram gravados pelos próprios profissionais, aumentando a dramaticidade já que “a intenção era comover o público” segundo Siqueira, Freire e Souza (2021: 103), nessa narrativa que apresentava “heróis” e a luta “contra o vírus foi evidenciada”.

O CONSORCIO DE IMPRENSA

A pandemia exigiu estatísticas corretas e a publicidade de informações para orientar a população, os sistemas de saúde e dar visibilidade aos inúmeros fatos e eventos da ‘trama acontecimental’ da pandemia no mundo. No Brasil, inicialmente estes dados foram divulgados diariamente e comentados por entrevista coletiva, no Ministério da Saúde. No entanto, decisões governamentais geraram a ausência de transparência e ocultação de informações e a falta de rotina na divulgação dos dados. A interrupção deste serviço impediu que governos, órgãos de saúde, imprensa e a população acompanhassem a evolução e a gravidade da doença. O portal do Ministério da Saúde ficava muitas horas fora do ar, sem opção para *download* dos dados, ou histórico com a evolução da pandemia no país.

As estatísticas populacionais e dados sociais são geridas pela administração pública com metodologias específicas para acesso e divulgação pública. O Estado detém o poder de compilar, analisar

e divulgar dados e, especialmente, na pandemia eram essenciais à compreensão e ao controle da doença. Este poder foi exercido pelo governo brasileiro que interrompeu o acesso e a divulgação de dados por problemas atribuídos a tecnologia, prejudicando o trabalho da imprensa e borrando a transparência na gestão da pandemia Covid-19 no país. Este comportamento gerou um embate e uma ação empresarial inédita na história da imprensa brasileira. Em 9/6/2020 foi criado o Consórcio de Imprensa integrado pelos mais importantes veículos de comunicação do país: Globo, portais G1 e UOL e os jornais Extra, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. O Consórcio passou a buscar informações diretamente com os estados, divulgando-os diariamente e assumindo um posicionamento político explícito ao desafiar o Governo Federal, expondo sua incompetência, irresponsabilidade e a falta de transparência na divulgação de informações vitais.

A imprensa ratificava a sua função social atendendo ao interesse público, na difusão de informações para o combate ao coronavírus e a criação do Consórcio de Imprensa visou a manutenção desta função. Como afirmam Brenol e Weber (2021):

A cobertura jornalística da pandemia mundial de Covid-19 no Brasil foi marcada por uma disputa entre a detenção, acesso, apropriação e a difusão de dados sobre saúde relacionados à prevenção e ao controle da doença. Os repórteres expuseram em seus textos limitações encontradas no processo de apuração de dados. Essa situação trouxe à tona questões relacionadas à responsabilidade do Estado democrático sobre a saúde pública; políticas de transparência pública; direito à informação; a dependência do jornalismo em relação a fontes oficiais e as estratégias de ocultação de informações vitais à população (Brenol e Weber, 2021: 1).

O trabalho do Consórcio de Imprensa se estendeu até 28 de janeiro de 2023 e recebeu inúmeros prêmios de associações brasileiras e chegou a finalista ao Sigma Awards, prêmio internacional de jornalismo de dados.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

A pandemia de Covid-19 é uma ‘trama acontecimental’ mundial que ainda vem sendo tecida entre os interesses públicos e privados, entre a propaganda e a informação trazendo à tona as idiosincrasias políticas, econômicas e culturais dos países, bem como a vulnerabilidade humana diante de doenças desconhecidas e oportunistas. A ciência e as sofisticadas tecnologias não estão ainda preparadas para salvar a humanidade.

Neste artigo, abordei a pandemia analisada sob a perspectiva político-comunicacional, ressaltando a importância da imprensa, das mídias convencionais e das redes digitais, na difusão das informações necessárias ao interesse público e em defesa da população numa crise sanitária desta magnitude. O artigo também apresenta os equívocos da governança no Brasil, então sob a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022) em relação à pandemia, através do discurso governamental negacionista e da irresponsabilidade quanto à orientação dos cidadãos em relação ao uso de medicamentos, aplicação de protocolos sanitários preventivos e a vacinação. A postura presidencial indicou um entendimento muito particular da sua função ao contrariar padrões éticos ao desrespeitar a imprensa, ridicularizar o uso de máscaras, promover medicamentos não recomendados pela OMS, duvidar das vacinas e não demonstrar solidariedade a milhares de famílias enlutadas. Além disso, a ocorrência de problemas de gestão da pandemia e denúncias de corrupção, apresentadas pela CPI da Covid no Senado Federal, completaram o cenário de insegurança e medo.

O artigo ressalta, também, dois importantes movimentos antagonísticos ao descaso e negacionismo, que reforçam o poder da sociedade, da universidade e da imprensa na preservação da democracia ao operar o conceito da comunicação pública. A primeira operação ocorre através da imprensa que retoma seu elo com o interesse público, através do debate público propiciado pelos cientistas que tiverem espaço garantido, além de estratégias de difusão de informações como aquelas criadas pelo Jornal Nacional e, especialmente, o trabalho do

Consórcio de Imprensa. A segunda operação diz respeito às iniciativas da comunidade acadêmica que ocupou as redes digitais para debater inúmeros temas e compartilhar com a sociedade os seus saberes e pesquisas relacionados à pandemia e outros temas antes circunscritos às salas de aula.

A pandemia modificou profundamente o comportamento da sociedade e interferiu significativamente na maneira com que o mundo se movimenta na interdependência de mercados e governos; na sobreposição dos sistemas econômicos sobre os regimes políticos; na disputa entre as indústrias farmacêuticas e a saúde pública; na retomada do embate entre capital e trabalho; nos modos de inventar rotinas e administrar o tempo; na descoberta de novas sociabilidades e afetos intermediados por máquinas; e na ratificação sobre o poder dos meios de comunicação e das mídias digitais para o interesse público, interesses privados e até interesses espúrios.

Chegamos ao controle, ainda parcial, do Covid-19, mas suas mutações e consequências geram indagações importantes para transformar em artigos e teses; carregando dores, perdas, descobertas e marcados por uma crise política, econômica e sanitária que ressaltou as desigualdades sociais, a manutenção da miséria e a violência. A pandemia evidenciou que a defesa dos direitos humanos deve ser permanente e que a educação é a única instância possível de mudança social.

A pandemia de Covid-19 fortaleceu a aliança entre o discurso científico, político e midiático, essencial à preservação da vida, mesmo que interesses de governos e do mercado tenha andado em direções opostas às necessidades da ciência e da humanidade. Em tempo, cada país deverá contar sua própria história que vai além deste dia de 2023, quando escrevo e testemunho ainda aspectos da pandemia no Brasil e no mundo, enquanto novas vacinas são aplicadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adorno, Theodor W.(2019). Estudos sobre a personalidade autoritária. São Paulo: UNESP

Arendt, Hannah. (2007). Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva.

Bauman, Zygmunt. (2008). Medo Líquido. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

Baumgarten, Máira eWeber, Maria Helena. (2021). Ciência, informação e política na pandemia brasileira. In: Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 5702 (p.10-15)

Brenol, Marlise e Trasel, Marcelo. (2020). Uso e apropriação de dados de saúde pelos jornais na pandemia Covid-19 no Brasil. In: Anais do VII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo. São Paulo:

Brenol, Marlise Viegas; Weber, Maria Helena Weber. (2020). Os dados de Covid-19 em Consórcio de Imprensa e posições políticas. Salvador: Congresso Internacional do INCT.DD,

Carnielli, Fiorenza Zandonade. (2021) Comunicação pública e comunicação cínica

na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho. Tese de Doutorado em Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFRGS. Porto Alegre

Charaudeau, Patrick. (2006) Discurso Político. São Paulo: Editora Contexto.,

Esteves, João Pissarra (2011). Sociologia da Comunicação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fechine, Yvana e Demuru, Paolo. (2022). Um bufão no poder: ensaios sociosemióticos . Rio de Janeiro: Confraria do Vento

Foucault, Michel. (1996) A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola.

Ferraretto, Luiz Arthur; Rossetto, Andrei; Brites; Francielly, Chagas; Gustavo Monteiro, Fleck e Paloma .COVID-19 (2021) Comunicação, negacionismo e responsabilidade social. Florianópolis: Editora Insular

Leitão, Valton de Miranda (2000). A paranoia do soberano – uma incursão na alma da política. Petrópolis (RJ): Editora Vozes,

Mbembe, Achille (2018). *Necropolítica – biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 edições.

Morin, Edgar e Kern, Anne Brigitte (1995). *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina,

Pinheiro, Muriel Felten. (2021). *Intervenções privadas na comunicação pública do Governo de Jair Bolsonaro: os vieses moralistas e religiosos*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFRGS. Porto Alegre

Quéré, Louis (2011). *A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública*. Lisboa: Caleidoscópio, v. 10, p. 13-37.

Sampaio, Rafael; Sarmiento, Rayza e Chagas, Viktor (org.) (2021). *Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões*. Curitiba: Compolítica / Carvalho Comunicação

Sartor, Basilio. *A noção de interesse público no jornalismo*. Tese de Doutorado em Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFRGS, Porto Alegre

Siqueira, Fabiana; Freire, Débora; Souza, Vagner Cesarino (2021). *O lugar da dramaticidade no Jornal Nacional: um estudo sobre técnicas e ferramentas utilizadas na cobertura da pandemia de Covid-19*. In *Revista Lumina*. Juiz de Fora, UFJF, v. 15, n. 3, p. 94-111..

Weber, Maria Helena. (2021) *A perversa narrativa presidencial e a comunicação pública*. In: Sampaio, Rafael; Sarmiento, Rayza e Chagas, Viktor (Org.). *Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões*. Curitiba: Compolítica / Carvalho Comunicação, (p.31-39).

Weber, Maria Helena. *Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade*. (2017) In: Weber, Maria Helena.; Coelho, Marja e LOCATELLI, Carlos. *Comunicação pública e política – pesquisa e práticas*. Florianópolis: Editora Insular (p.23-57)

DÉRCIO TSANDZANA*

JOVENS URBANOS E INTERNET EM MOÇAMBIQUE: DESPOLITIZADOS OU PORTADORES DE “NOVAS” FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA?

Resumo: Na vasta literatura em ciência política, a discussão em torno da participação política evoluiu ao longo do tempo, sobretudo com o surgimento das ferramentas digitais de forma geral, e das redes sociais da Internet² em particular. Na mesma equação, os jovens surgem como actores que promovem actos de activismo por meio de tais plataformas. Contudo, nem sempre a referida realidade é vista de forma positiva, se confundindo, inúmeras vezes, com uma aparente perda de interesse dos mesmos jovens em acções políticas formais tais como eleições ou participação em partidos políticos. Considerando tal contexto, o presente artigo discute a relação que pode ser estabelecida entre jovens, participação política e emergência das redes sociais da Internet em Moçambique, defendendo o argumento segundo o qual os espaços de participação política em Moçambique encontram-se obstruídos, por conta da submissão histórica na qual os jovens foram imperados ao longo dos anos, razão pela qual socorrem-se das ferramentas digitais da Internet como alternativa viável e segura – o espaço virtual como uma ‘escapatória’.

Palavras-chave: jovens, política, Moçambique, redes sociais, Internet

* Doutor em Ciência Política (Sciences Po, France) - Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique)

² Por opção do autor, o termo Internet será escrito continuamente pela inicial maiúscula.

Abstract: In the political science literature, the discussion on political participation has changed over time, especially with the emergence of digital tools in general, and Internet social networks in particular. In that context, young people emerge as actors who promote acts of activism through such platforms. However, this reality is not always seen in a positive way, being manipulated many times with an apparent loss of interest of young people in formal political actions such as elections or participation in political parties. In this context, this article discusses the relationship that can be established between young people, political participation and the emergence of Internet social networks in Mozambique, defending the argument that the spaces for political participation in Mozambique are obstructed by the historical submission to which young people have been relegated over the years, which is why they choose to Internet digital tools as a viable and safe alternative – the virtual sphere as an ‘escape route’.

Keywords: youth, politics, Mozambique, social media, Internet

INTRODUÇÃO

Durante longo tempo, o campo da ciência política esteve interessado no debate em torno da participação política numa esfera meramente eleitoral ou de adesão aos partidos políticos (Norris, 2002). Porém, dado ao facto de aparente distanciamento entre os políticos e os cidadãos em vários países, e conseqüente crescente dos níveis de abstenção eleitoral (Van Reybrouck, 2013; Braud, 2014), fez com que florescessem “novas” formas de analisar o significado da participação política, para além da actividade circunscrita unicamente ao voto (Levitsky, 2017).

Embora com níveis baixos de acesso às plataformas digitais, em África, tal realidade encontra nas redes sociais da Internet um elemento galvanizador em torno da designada geração “born free” – aquela que não viveu directamente as conseqüências das lutas de liber-

tação nacional (Malila, 2015). Por exemplo, em países como Nigéria, Quênia, Zimbabwe e África do Sul, é notório observar que a Internet e, por conseguinte, as redes sociais, têm permitido a promoção de fóruns e iniciativas urbanas que vão desde a realização de manifestações, emissão de opinião por intermédio de plataformas virtuais, sondagens de opinião, bem como a realização de petições ou mesmo de boicotes (Chiweshe, 2017), sobretudo com a emergência da “primavera árabe” (Wilson et al. 2012).

Moçambique não escapou à realidade acima descrita, pois constata-se que nos últimos anos emergem diferentes iniciativas que tendem a promover acções de engajamento político dos cidadãos, na sua maioria jovens, que estão presentes nos grandes centros urbanos, como por exemplo o caso do *Txeka/Olho do Cidadão*, entre outros (Tsandzana, 2019). Contudo, alguns estudos já haviam mostrado que não é somente de aspectos positivos que são feitas as redes sociais da Internet, pois prevalecem críticas sobre a real capacidade de tais plataformas digitais constituírem-se como um espaço que possibilite o engajamento dos cidadãos na sua plenitude (Morozov, 2011).

Ainda sobre Moçambique, Celestino Joanguete (2017:2) apontou que “(...) tais movimentos, embora tenham uma consciência política clara, ainda não se configuram como um grupo organizado com o objectivo de exercer a pressão rumo a mudanças políticas e sociais dispondo das redes sociais da Internet, enquanto meio de protesto e de revolta popular”. Ou seja, fica ainda por perceber até que ponto as redes sociais da Internet constituem, de facto, uma alternativa de participação efectiva que deve ser considerada como efectiva ao exercício da participação política.

Em termos teóricos, ao longo do presente artigo, as redes sociais da Internet serão entendidas como ferramentas do espaço virtual e de diálogo, que possibilitam a comunicação mediada pelo computador ou outro tipo de dispositivo electrónico com acesso à Internet, mesmo que se admita que não existe uma única definição sobre o objecto que iremos tratar (Boyd, 2007; Bucher, 2015). O nosso argumento é fundamentado no levantamento teórico sobre as abordagens que versam

sobre “jovens, participação política e Internet” numa esfera global, e de forma particular para o caso de Moçambique.

Em termos de estrutura, a primeira parte propõe uma discussão teórica sobre o conceito de juventude. Num segundo momento, faz-se a discussão da evolução controversa sobre o significado do que entendemos por participação política. Enquanto isso, a terceira secção fará a abordagem sobre a relação possível que pode ser estabelecida entre Internet e política, sendo a quarta parte apresenta e discute os resultados do trabalho de campo, antes da conclusão geral em forma de hipóteses para discussões futuras.

METODOLOGIA

Eminentemente qualitativo, o presente artigo teve como base a realização de (10) entrevistas semi-estruturadas com um colectivo de jovens, mulheres e homens, na sua maioria usuários assíduos das de redes sociais da Internet, entre Julho – Novembro 2019. Seleccionados na base do seu perfil eminentemente urbano, bem como na qualidade de usuários assíduos (acesso diário) de redes sociais da Internet, todos possuem ao menos formação superior completa (licenciatura). Em termos geográficos, são residentes na cidade de Maputo, dado que o nosso interesse é captar a sensibilidade urbano-juvenil do uso das plataformas digitais.

Apesar do factor residência, um dos critérios centrais para a selecção da amostra foi o uso da língua portuguesa como elemento em comum em todas as entrevistas, sendo que o perfil etário escolhido se circunscreveu nas idades que variam entre os 18 e 35 anos, uma escolha que, embora controversa sobre o intervalo juvenil, é consensual para o contexto sócio-político em Moçambique. Para efeitos de ética da pesquisa, importa sublinhar que ao longo do artigo não serão usados os nomes verdadeiros dos entrevistados, sendo por isso apenas identificados pelas suas iniciais devidamente codificadas.

Baseada na explicação metodológica acima, destaque-se que os

resultados apresentados neste artigo devem ser lidos com a devida cautela que lhe é necessária, não sendo assim em nenhuma circunstância generalizáveis, sem se ter o devido contexto e as limitações de interpretação possíveis, sobretudo por se estar em face de uma franja da população circunscrita num espaço temporal e geográfico específicos, caso concreto a cidade capital – Maputo.

Igualmente, os estudos baseados em percepções sobre o uso da Internet são escassos em Moçambique (Tsandzana, 2018), o que pode ser tido como uma limitação. Assim, usando-se dessa metodologia, ao longo do artigo procuraremos abordar uma questão central: apesar da aparente fadiga pela política formal (partidos políticos e eleições), até que ponto o uso das redes sociais da Internet pode ser determinante para o florescer do activismo juvenil em Moçambique?

JUVENTUDE(S): QUANDO DEFINIR SE TORNA UMA INCÓGNITA

Importa destacar que ao longo do tempo, as palavras “juventude, idade adulta e velhice” fazem parte do que Cécile Van De Velde (2015) considera como ciclo da vida. No entanto, essa estruturação de existências comumente aceite é profundamente questionada, porque, como seres humanos, as nossas perspectivas sociais mudaram consideravelmente, seja em relação à expectativa de vida ou aos caminhos sociais e políticos recentes, o que pode ser descrito como “novas vidas” ou mesmo “novas mobilidades” (Van De Velde, 2015: 6).

Por conseguinte, embora ainda pouco presente em Moçambique (Tsandzana, 2020), verifica-se que os estudos sobre participação juvenil constituem um campo de pesquisa diversificado e prolífico em vários países, uma área de pesquisa marcada pela heterogeneidade do significado da noção “juventude” (Galland, 2011; Muxel, 2018). Por exemplo, para Joschka Philipps (2018: 77), ser jovem significa “algo tangível em Deli, Nairobi ou Bogotá”, mesmo que a dinâmica local de cada país contribua para formar a percepção do que designamos ju-

ventude.

Nesse sentido, John Comaroff et al. (2000:20) mostram que a ambivalência da noção de “juventude” está no centro da construção dessa categoria, que coloca os jovens na linha da frente das esperanças políticas nacionais e os constrói ao mesmo tempo como as “criaturas dos nossos pesadelos”. Já em Moçambique, um país com uma população de mais de 50% abaixo de 35 anos (INE, 2017), o debate em torno da noção “juventude” surge regularmente de duas maneiras.

Por um lado, é necessário questionar a produção dos números relativos à população considerada jovem, porque podemos encontrar no mesmo país a existência de dados estatísticos e estudos demográficos contraditórios, sendo que se exige prudência e rigor necessários ao lidarmos com esses dados. Por outro lado, existe uma estrutura legal em termos da Constituição da República e uma Política Nacional de Juventude, instrumentos estes que não encontram o mesmo alinhamento com instrumentos regionais ou continentais como a Carta Africana da Juventude sobre quem deve ser chamado jovem.

Alguns autores que se interessam por esta temática argumentam que o estudo sobre a ‘juventude’ deve ser visto mediante o contexto em que se pretende abordar o tema (Galland, 2011). Por sua vez, Alcinda Honwana (2014) defende a juventude como um conceito antropológico e uma construção social, afirmando que os jovens em África são “waithoods” – um período de suspensão e espera prolongadas, entre a infância e a idade adulta, dado que a transição dos jovens para a vida adulta se tornou incerta, sendo que estes mesmos jovens precisam improvisar seus meios de subsistência, o que segundo Pais (1990) se baseia no facto de, histórica e socialmente, a juventude ser encarada como uma fase da vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados ‘problemas sociais’ do quotidiano.

Ou seja, se os jovens não se esforçam para contornar tais problemas, correm o risco de serem apelidados de irresponsáveis ou desinteressados. Desta forma, um adulto é responsável, diz-se, porque responde a um conjunto determinado de exigências sociais – de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado), conjugal ou familiar (en-

cargos com filhos, por exemplo) ou ainda habitacional (despesas de habitação e aprovisionamento). Assim, a partir do momento em que vão contraindo tais responsabilidades, os jovens adquirem o estatuto de adultos.

Em muitos países de África, incluindo Moçambique, são jovens aqueles que se situam entre as idades de 15 e 30 ou ainda 35 anos, vistos geralmente como marginais em relação aos processos sociais, económicos e políticos, estando geralmente a desempenhar um papel social menos relevante (De Boeck et al., 2000). Mesmo que tal não se limite apenas aos “países do Sul”, as discussões e controversas sobre os jovens nesses países têm carácter específico, uma realidade que pode ser explicada por várias razões que combinam a situação económica menos vantajosa da maioria dos países dessa região, onde o grande peso demográfico dos jovens é combinado com fenómenos de violência e delinquência social (Diouf, 2001).

Para o presente artigo, consideramos como jovens os indivíduos a fixados numa faixa que vai dos 18 aos 35 anos de idade, sendo esta uma escolha justificada pelo facto de Moçambique ser signatário da Carta Africana da juventude que, embora use uma franja diferente, associa a juventude ao quesito idade. Igualmente, constata-se que os relatórios demográficos (INE, 2017) consideram que mais de 50% da população moçambicana esteja abaixo dos 35 anos – uma sociedade maioritariamente juvenil. Para além da dimensão etária, devemos, igualmente, considerar como jovens os indivíduos cientes ou aptos a exercer os seus direitos políticos como de eleger e serem eleitos.

Assim, a partir da definição dada acima, entendemos que a problemática da nossa análise diz respeito à compreensão da articulação entre juventude e a ordem sócio-política. Ou seja, como é que os jovens moçambicanos, usando-se da Internet, estão a transformar a forma de fazer política no país? Sublinhe-se que este artigo admite, em determinadas circunstâncias, o uso do termo juventude(s) na sua dimensão plural (Roche, 2006), pois entende-se que não podemos atribuir uma única formulação teórica, tal como foi apresentado no título e na discussão desta secção.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (E SUAS METAMORFOSES)

Durante muito tempo, a participação política foi uma das áreas mais estudadas no campo da ciência política, uma abordagem marcada significativamente pelas eleições como a primeira forma de participação na esfera política (Norris, 2002). Porém, essa percepção evoluiu com o tempo, mostrando-se, por exemplo, que acções direccionadas aos actores políticos e sociais, *media* ou economia poderiam ser analisadas como participação política. De facto, Teorell et al. (2007) sugerem uma tipologia mais ampla, abrangendo cinco dimensões, sendo que a participação eleitoral é a primeira delas.

A segunda seria a participação do consumidor, que inclui doações de caridade, boicotes e assinatura de petições – explorando o papel dos cidadãos como consumidores críticos. A terceira dimensão é a actividade dentro de um partido político: ser membro de um partido político, participar activamente nele, ser voluntário ou doar dinheiro ao mesmo partido político. A quarta dimensão é a actividade de protesto, que inclui actos como participação em manifestações, bem como greves. Contactar políticos ou funcionários públicos seria, então, a quinta dimensão.

Assim, é justo considerar que a participação política se tornou um tópico de análise que vai além do voto como a única modalidade de intervenção (Braud, 2014), principalmente num contexto em que os políticos adoptam outras modalidades e espaços de diálogo com o aumento do uso da Internet. Tal realidade é espelhada pelo facto de os jovens estarem a encontrar nas redes sociais da Internet outras ou “novas” formas de interpelar os seus governantes, mobilizando-se de forma colectiva. No caso particular de alguns países em África, verifica-se que o ambiente urbano é caracterizado por manifestações, principalmente realizadas por jovens politicamente activos, mas economicamente marginalizados. Tal foi ainda visível nas manifestações realizadas em Luanda, Angola, em Junho de 2023.

Tal tipo protestos multiplicam-se nas capitais e grandes cidades

(por exemplo, Bamaco – Mali e Lagos – Nigéria), sendo que a violência urbana é provavelmente devida a factores mais gerais do que a situação do emprego (desigualdade e exclusão), como mostra Honwana (2019). Essa visão da participação política ecoa igualmente no que Anne Muxel (2016: 38) chamou de “novos usos da política” – o aumento e a disseminação da abstenção reflecte uma profunda mudança na norma cívica e no modelo de cidadania. No entanto, mesmo que as últimas eleições gerais em Moçambique (2019) se tenha registado uma participação de mais de 50%, vemos que o interesse pela política formal (partidos políticos e associações) deu gradualmente lugar para comportamentos flutuantes e intermitentes.

Nas mesmas eleições gerais, verificou-se que a abstenção se situou em 49%, num universo de quase treze milhões de eleitores. Embora não se possa considerar uma percentagem baixa, sugere-se que existem outros fenómenos para explicar essa tendência, os quais estão relacionados ao facto de que em todas as eleições, especialmente no nível presidencial, construir-se o pensamento segundo o qual os vencedores serão sempre os mesmos actores políticos – são conhecidos antes das eleições. Sobre esse tópico, com base na análise das eleições presidenciais de 2004 em Moçambique, Pitcher (2005) havia mostrado que a baixa taxa de participação deve ser posta em perspectiva à luz do clima de instabilidade política e das atitudes dos cidadãos em relação ao país no geral.

Ademais, o autor acrescenta que devemos atentar-nos para as mudanças políticas dos últimos quinze anos que também influenciaram o comportamento cívico dos moçambicanos. Por exemplo, pesquisas de opinião realizadas pelo Afrobarómetro, entre 2005 e 2018, mostraram que as eleições constituem ainda um dos mecanismos que granjeia algum interesse entre os moçambicanos (ver gráfico 1).

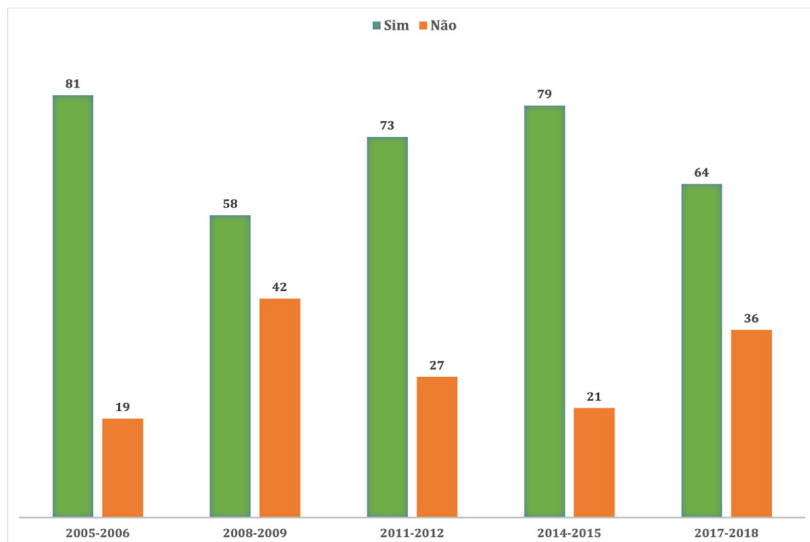


Gráfico 1: Terá votado na última eleição? (Compilação Afrobarómetro, 2005-2018, adaptado por Tsandzana, 2023).

Se considerarmos para uma dimensão continental, verifica-se que desde o eclodir da “Primavera Árabe”, o continente africano passou por eventos de protesto motivados por demandas em relação aos actores políticos (Mueller, 2018). Em Marrocos, por exemplo, o surgimento do movimento “Juventude de 20 de Fevereiro” incentivou o surgimento de estratégias não convencionais e não institucionalizadas encabeçadas por jovens para participação política via Internet com vista a promover manifestações (Bono, 2013) – um marco segundo o qual a Internet teve um papel fundamental na forma não só como os actos de protesto foram organizados, mas bem como eram difundidos.

No entanto, é preciso prestar atenção a essa leitura, porque outros estudos (Durampart, 2013) demonstraram que esses espaços não permitiram uma manifestação real, porque quem promoveu tal forma de participação vivia fora do continente africano. Por conseguinte, outros autores (Da Silveira et al., 2014: 5) chamam atenção para que se evite cair no extremo de um “determinismo tecnológico”, segundo o qual as

inovações que ocorrem no sistema económico e nos meios de comunicação geram automaticamente novas modalidades de acção colectiva e de comportamentos humanos. Dito de outra forma, não se pode criar um determinismo segundo o qual a Internet é revolucionária na sua plenitude.

BREVE PAISAGEM DA EVOLUÇÃO DO ACESSO À INTERNET EM MOÇAMBIQUE

O ano 2000 marca uma nova era no campo das tecnologias de informação e comunicação em Moçambique, pois foi naquele ano que o país adoptou a política de informática, tendo em 2012 aprovado sua estratégia de implementação. Embora com limitações, importa destacar que Moçambique tem feito progressos na criação de um ambiente onde os cidadãos tenham cada vez mais acesso às tecnologias de informação e comunicação, bem como serviços relacionados. Tais acções são realizadas em vários níveis e ajudam a melhorar o acesso à Internet, bem como criar um ambiente em que as tecnologias são vistas como ferramentas essenciais.

No âmbito da implementação de estratégias no campo digital, diversos projectos têm sido implementados no país, com destaque para a Rede de Governo Electrónico (GovNet), a Plataforma Integrada de Serviços ao Cidadão (e-BAU), bem como a instalação de acessos gratuitos de acesso à Internet em diferentes centros urbanos por via do FSAU – Fundo de Serviço de Acesso Universal. Contudo, apesar dessa evolução, os dados existentes mostram que o país possui uma limitada percentagem de com a cesso à Internet, situando-se em aproximadamente 21% (Hootsuite, 2023), como ilustra a figura número 1.

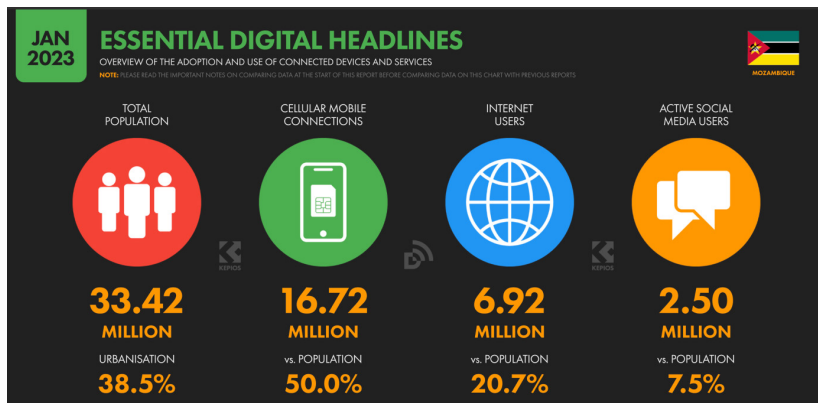


Figura 1: Evolução do uso da Internet em Moçambique (Hootsuite, 2023, uso livro)

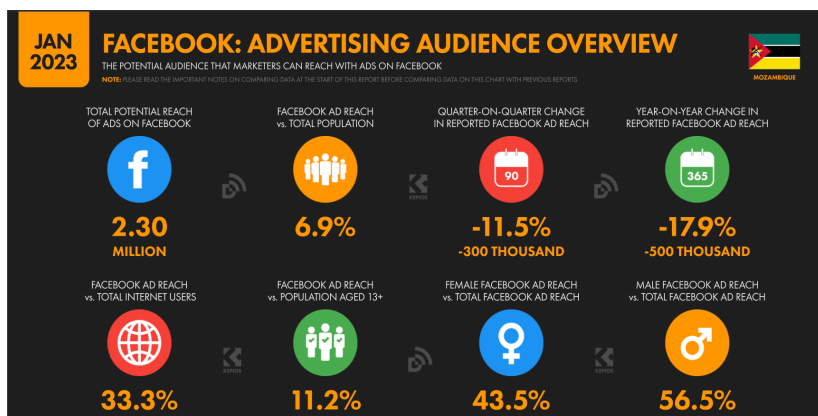


Figura 2: Uso do Facebook em Moçambique (Hootsuite, 2023, uso livro)

Dos dados acima, é ilustrativo que o Facebook é a rede que possui maior número de acessos no país. Desse número, o Facebook tinha perto de 2.30 milhões de utilizadores em Moçambique no início de 2023. No entanto, a Meta, detentora do Facebook, fez mudanças na forma como os seus recursos publicitários passaram reportam a audiência – incluindo fazer revisões significativas aos seus dados de audiência de base – pelo que os números aqui mostrados não são directamente comparáveis com os números publicados em anos anteriores.

Adicionalmente, o alcance dos anúncios do Facebook em Moçambique era equivalente a quase 7% da população total no início de 2023. Para um contexto adicional, o alcance dos anúncios do Facebook em Moçambique era equivalente a 33% da base de utilizadores locais da Internet (independentemente da idade) em Janeiro de 2023. No início de 2023, 43,5% da audiência de anúncios do Facebook em Moçambique era do sexo feminino, enquanto 56,5% era do sexo masculino.

JOVENSEPOLÍTICAEMMOÇAMBIQUE:DA CONFIANÇA HISTÓRICA AO ABANDONO POLÍTICO

Importa destacar que a equação entre juventude(s) e política é feita de múltiplas contradições, o que pode ser resumido em três níveis (ver tabela 1), de acordo com Farthing (2010). Embora não seja possível analisar os três níveis de forma isolada, da tabela abaixo o nosso interesse recai sobre o segundo nível, onde procuraremos perceber de que forma os jovens se engajam politicamente através de “novas formas” que são oferecidas pelas redes sociais da Internet em Moçambique.

Paradigma	Descrição	De quem é a falha?
Desengajados	Os jovens não aderem à política – não possuem interesse e fogem dela	Jovens
Engajados	Os jovens participam da política, mas através de outras formas	Política tradicional (partidos políticos e sindicatos)
Radicalmente despolitizados	Os jovens rejeitam completamente questões políticas (e os políticos)	Sem culpados – sinal de um novo tipo de sociedade

Tabela 1: Resumo explicativo da relação entre jovens e política (FARTHING, 2010, adaptado pelo autor)

No geral, verifica-se que no continente africano existe um paradoxo quando discutimos sobre os jovens e política, dado que se esses mesmos jovens eram percebidos como uma esperança pelo poder político, vivem hoje numa tensão permanente entre a cooptação e a busca permanente para construção de uma identidade. Nota-se que tais jovens oscilam entre a conformidade estratégica e a obediência, onde são submetidos ao assédio político e a reprodução de práticas de tutela, dominação e vigilância política por parte do Estado e das autoridades públicas (Biza, 2007), sendo que no caso de Moçambique tal sucede através da organizações juvenis-partidárias (Tsandzana, 2022).

Essa perspectiva mostra que, de acordo com os tempos, os jovens são tidos às vezes como uma ameaça a uma ordem social estabelecida, devido a um temperamento rebelde e protestante específico que caracteriza essa fase da vida, mas às vezes pela sua incapacidade de assumir suficientemente obrigações e deveres da geração mais jovem, devido à indiferença (Muxel, 2010: 20). Por conseguinte, Borges (2016: 79) mostra, numa análise sobre participação política juvenil em Cabo Verde, que “(...) os jovens constantemente abalam e moldam a sociedade, mas por outro lado também são moldados e abalados por serem frequentemente empurrados, puxados e coagidos para inúmeras acções, através de estruturas e processos sobre os quais têm pouco ou nenhum domínio, tais como família, comunidade, Estado, educação e os *media*”.

A mesma autora (*idem*) avança ainda que os jovens são frequentemente mais vulneráveis ao risco e à pobreza, sendo assim constantemente manipulados por elites para promover seus interesses, sobretudo durante as eleições e depois marginalizados, destruídos pelo desemprego, exploração, pobreza e falta de acesso a oportunidades de educação. Mesmo que tal realidade não seja linearmente transporta de igual forma, entendemos que para o caso de Moçambique, qualquer abordagem que pretenda discutir sobre os jovens e sua relação com a política, deve ser feita tendo em conta o que designamos de “recoo político-histórico” para um entendimento amplo da realidade. De facto,

desde a independência (1975), a elite política dominante, representada pelo partido Frelimo, concebeu os jovens em termos de “futuro” na luta histórica pela libertação de Moçambique.

Assim, com o primeiro presidente do país, Samora Machel (1975-1986), os jovens passaram a ser vistos como a “seiva da nação” – o futuro do país, embora no continente africano essa visão tenha mudado ao longo do tempo e substituída por uma representação juvenil como uma ameaça, perigosa, criminosa, decadente e directamente relacionada ao comportamento sexual delinquente, que coloca os jovens em desvantagem nas prioridades políticas nacionais – para que possam construir “espaços de socialização e nova sociabilidade – culturas – imaginações” por forma a mostrar suas diferenças nas margens da sociedade (Diouf, 2003: 5).

Durham (2000) resume essa tensão entre “conquista da cidadania” e cooptação. Para a autora, de certa forma, haveria, por um lado, essa capacidade dos jovens de ver hierarquias estabelecidas sob uma nova aparência, uma vez que o efeito da socialização ainda é pouco sedimentado e de usar sua energia como alavanca para desafiar ou mesmo sabotar essas hierarquias. Por outro lado, o poder das relações verticais, a inércia das instituições sociais e os meios disponíveis para os idosos podem explicar a possível “submissão” dos jovens em um espaço político como tal.

Ademais, Adebayo (2018) afirma que o envolvimento dos jovens na vida política da maioria dos países em África não reconhece a capacidade autónoma dos jovens. Em vez disso, a narrativa sobre o envolvimento dos jovens na vida política nesses países pressupõe que eles (os jovens) não têm voz própria. Tal é sugerido pela maneira como os adultos pressupõem que qualquer papel desempenhado pelos jovens seja, em última análise, aquele atribuído a eles pelos adultos e que, por conta disso, os mesmos jovens são consequentemente agentes passivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como anteriormente referenciado, para o presente artigo quisemos entender de que forma as redes sociais da Internet passaram a transformar a forma de fazer política por parte dos jovens. Tal foi colocado para captar a existência (ou não) de potenciais “novas formas” de se interessar pela política, seja ela formal ou não. A mesma questão foi articulada tendo como fundamento central o facto de existir uma percepção generalizada sobre o impacto que as ferramentas virtuais possuem na forma como os jovens se engajam na política, seja em Moçambique ou em outros contextos. Por exemplo, na voz de um dos entrevistados, ficou patente que as redes sociais da Internet são consideradas como espaços de criação da opinião pública:

Eu olho as redes sociais como um campo é que tu podes influenciar a opinião pública sim, porque mais tempo nós estamos no celular. Tu até podes estar a ler um livro, mas depois vais a correr ao telefone. Eu acho que lá (nas redes sociais da Internet) tu podes formar uma opinião (MM, Novembro, 2019).

Ao se referir a opinião pública, MM nos remete ao questionamento que ao longo da literatura tem sido discutida sobre a existência ou não de opinião pública. Sobre a mesma questão, Bourdieu (1984) já defendia que a opinião pública não existe, dado que é um termo que se tornou banal na forma como é usado. No caso de Moçambique, tem sido notório o uso constante de ferramentas virtuais na emissão de opinião, sobretudo na esfera urbana, embora ainda se mostre limitado o seu alcance. De facto, tal é importante sob pena se estar presente ao que podemos designar de “câmaras de eco” (Cinelli et al., 2021), onde as redes sociais da Internet dão uma impressão de fala para um público largo, enquanto apenas servem para engajar o mesmo círculo de actores e amigos.

Ou seja, o que sucede é que no espaço digital, a informação pode provir de muitas fontes e perspectivas diferentes, mas quando só se

ouvem as mesmas perspectivas e opiniões vezes sem conta, pode-se estar numa constante repetição sem alteração. Assim, de acordo com a teoria da polarização do grupo (Sunstein, 2022), uma câmara de eco pode actuar como um mecanismo para reforçar uma opinião existente dentro de um grupo e, como resultado, mover todo o grupo para posições semelhantes. As câmaras de eco têm demonstrado a sua existência em várias formas de meios de comunicação virtual, tais como blogs, fóruns e portais de comunicação social, sendo que Moçambique pode ser um desses casos.

Mais adiante, para além da dimensão de emissão e formação de opinião pública, uma das respostas presentes em quase todas as falas dos entrevistados não foi apenas o carácter eminentemente opinativo das redes sociais da Internet, mas igualmente a sua função de servir como meio primário para busca de informação sobre a vida política em Moçambique, como referiram os entrevistados abaixo:

Há uma relação muito forte (entre redes sociais e meu engajamento político) – eu acho que se não existissem as redes sociais se calhar uma boa percentagem deste lado político estaria apagado, porque muita informação que eu tenho é através das redes sociais, então se não tivesse essa informação, se calhar primeiro não teria como me manter informado, segundo criticar, terceiro comentar ou até mesmo fazer publicações através das redes sociais (VF, Novembro, 2019).

Antes de chegar a TV, as redes sociais são o local que eu mais consigo captar e ter informações (em tempo record) – por vezes posso ouvir alguma coisa na rádio. Partilhamos informações lá (nas redes sociais), exprimimos os nossos sentimentos lá, até os políticos usam (EL, Novembro, 2019).

Noutra dimensão de participação política (componente eleitoral), verifica-se que se os jovens não tendem a votar por algum tipo de desconfiança ou contra o sistema político em vigor, mas ao menos se interessam em seguir actores políticos através das redes sociais da Internet, tal como ilustra a conversa abaixo:

Eu consumo informação sobre política todos os dias...para tal eu uso redes sociais, não tem outra forma para mim. Elas (redes sociais) ajudam no meu engajamento. O que eu notei nos últimos anos é que os regimes (políticos) também usam as redes sociais para poder transmitir as suas ideologias, para ludibriar as pessoas, porque eles descobriram o quão fortes são as redes sociais.

Quando eu percebi que eles também estavam nesse espaço foi uma descoberta para mim, mas é preciso perceber que onde o político vai não é boa coisa, então se eles usam as redes sociais para esse fim, então é porque ali (nas redes sociais) existe alguma coisa e temos que estar lá e fazer o nosso trabalho (CC, Novembro, 2019).

Tendo em consideração a definição de participação política adoptada neste artigo, fica evidente, a partir da fala acima (a última), que aceder a informação faz parte de uma das formas de destaque através da qual os jovens procuram manter algum interesse pela política formal, embora seja sublinhado que a dimensão informativa das ferramentas digitais não é uma realidade nova ou particular de Moçambique, dado que alguns estudos (Westerman et al., 2014) já haviam demonstrado que as redes sociais da Internet permitem a partilha de conteúdos e têm características que auxiliam aos utilizadores ligar entre si através de *feeds* de notícias. Assim, os meios de comunicação social digitais fornecem opções de aquisição de informação através de redes de pessoas com interesses semelhantes, uma vez que os laços sociais desempenham um aspecto essencial em incorporação de informação (Intyaswati et al., 2021).

Contudo, existe um lado obscuro dessa realidade que é impactada pela partilha de informação política, com alguma tendência em polarizar as opiniões das pessoas que promovem o debate nos espaços virtuais (Nugent, 2020). Pese embora no caso de Moçambique não existam estudos que ilustrem essa tendência de forma comprovada, tem sido denunciada, com alguma frequência, uma tentativa de controlar o debate feito no espaço virtual através do que ficou conhecido como *mahindras digitais* ou *milicianos digitais* (Tsandzana,

2022). Dito de outra forma, o facto do espaço virtual ser controlado por vozes influentes e negativamente tendenciosas ao debate público, pode ser visto como um potencial risco para inibir a emergência de vozes juvenis por meio das redes sociais da Internet.

Para além da dimensão informativa, a fala de CC nos revela que existe um entendimento segundo o qual as redes sociais da Internet não só interessam os jovens, mas igualmente os políticos em si. Contudo, o que difere são os propósitos, se notarmos que os jovens usam tais espaços digitais para se informarem, enquanto os políticos tendem a criar certa ilusão na opinião desses mesmos usuários por meio de diferentes estratégias de comunicação política, tal como ficou patente durante as eleições municipais de 2018 em Moçambique (Tsandzana, 2020).

Numa outra perspectiva de análise, das entrevistas realizadas, floresceu uma forma alternativa de participação ancorada na produção cultural e artística – um elemento-chave para a construção das identidades juvenis no meio virtual. Tal é feito por meio de plataformas digitais como Facebook – a rede social de maior acesso em Moçambique (ver figura 2). Sobre essa realidade, AC, jovem residente na Cidade de Maputo e auto-intitulado *artista*, revelou o seguinte:

Eu me assumo como artista – alguém que faz arte para fazer activismo. Quando falo é para a juventude (o meu público-alvo) – procuro trazer luz para essa juventude, puxá-los para reflectir sobre determinadas situações.

AC³ é exemplo de um jovem urbano que, tendo como base as suas redes sociais da Internet (em particular Facebook), procura estabelecer correntes de activismo por meio da sua arte vocal (rap). A prática exercida por este jovem é similar com que tem sido demonstrado em outras realidades (Weij et al., 2022), onde a arte, nas suas diferentes

³ Entrevista, Cidade de Maputo, Novembro, 2019.

dimensões (música, poesia e dança), passou a constituir formas de intervenção na política. Ou seja, por meio de diferentes manifestações, os jovens transmitem o seu pensamento político, atingindo dessa forma demais jovens que, por meio das plataformas virtuais, acedem aos seus conteúdos (Tsandzana, 2022).

Chegados aqui, as entrevistas acima apresentadas devem nos interpelar sobre diferentes ângulos de análise, sendo que daremos destaque para três. Em primeiro lugar, verifica-se que apesar dos níveis reduzidos de acesso à Internet, os jovens urbanos em Moçambique depositam alguma esperança na forma como o espaço virtual pode galvanizar o seu interesse pela política, sobretudo quando se trata de aceder à informação. Tal realidade é relevante, se tivermos em conta a hipótese segundo a qual esses mesmos jovens passam maior parte do seu tempo longe do acesso aos meios de informação tradicionais como a televisão ou rádio, vistas comumente como os meios de acesso à informação de maior relevância em Moçambique.

Note-se, de facto, que a ascensão do uso dos meios digitais como mecanismos de informação política tem sido demonstrada em alguns estudos sobre a participação política dos jovens. Por exemplo, em 2021, o EISA revelou que 53% dos jovens usavam as redes sociais da Internet como mecanismos para obter informação política.

Em segundo lugar, emerge uma tendência que procura associar as redes sociais da Internet como espaços alternativos ou de escapatória para os jovens, dado que existe uma tendência em se concluir que os espaços físicos de participação (ruas e locais de encontro público) estão comprometidos (Pereira et al., 2020) por tentativas recorrentes de impedir com que os diferentes grupos sociais, em particular os jovens, possam exercer a sua participação política. Assim, emerge como solução o uso dos espaços virtuais na qualidade de meios para contrapor esse fechamento cívico – o que revela a hipótese colocada neste artigo, quando nos referirmos que os jovens não estão necessariamente despolitizados, mas possuem “novas” formas de exercer a sua participação política.

Em terceiro plano, destaca-se a forma como os próprios políticos

começam a demonstrar interesse em usar as redes sociais da Internet para passar a sua mensagem. Esta realidade revela o quão importante podem ter se tornado as plataformas digitais no cenário político em Moçambique, num momento em que os maiores usuários podem ser assumidos como hipoteticamente jovens, e, por conseguinte, se tivermos em conta a maior franja da população, são os que mais votam, daí o interesse dos actores políticos em captar tal sensibilidade. Um exemplo de destaque que pode revelar tal interesse surgiu do Presidente da República, Filipe Nyusi, quando em 2017 lançou uma rubrica na sua página do Facebook designada “Pergunte ao Presidente”, cujo objectivo era criar um espaço de diálogo entre o governante e os seus seguidores.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Não sendo possível fazer afirmações definitivas, importa destacar que ao longo do presente artigo procuramos trazer propostas e pistas de reflexão que devem ir para além da discussão eminentemente conceptual sobre o entendimento das metamorfoses sociais e políticas pelo que passam os jovens em Moçambique.

Percebemos que, para discutir sobre tal temática, torna-se necessário compreender o processo histórico pelo qual se forjou a franja populacional que hoje representa a face participativa de maior engajamento no país. De facto, não se pode discutir a relação existente entre jovens e participação política sem antes interrogar-se sobre a narrativa política construída ao longo dos anos em torno desses mesmos jovens, sobretudo quando estes são constantemente considerados o “futuro do país”, embora desconfiados sobre a sua real capacidade em ser o “presente do país”.

Por conseguinte, associar-se o debate sobre jovens e Internet nos deve questionar sobre as possibilidades que o espaço virtual possui em influenciar actos de participação política em Moçambique, seja do ponto de vista qualitativo, mas também quantitativo, num país

onde o acesso à Internet é diminuto e a sua qualidade questionável, razão pela qual nos associamos ao que é afirmado por Rabia Polat (2005: 453), destacando que “(...) em vez de tentar medir se a Internet aumenta a capacidade de comunicação ou o nível de participação política, os estudos devem investigar de que maneira os mecanismos de participação são afectados, bem como quais são os tipos de engajamento participativo motivados pelo uso da Internet”.

Por fim, este artigo sugere duas pistas de reflexão que merecem seguimento em pesquisas futuras: (1) o estudo em torno das redes sociais da Internet deve ser feito tendo como base a inconsistência de dados existentes sobre o real acesso as plataformas digitais no país, razão pela qual um trabalho que busque articulação entre as diferentes fontes favorece uma melhor compreensão do fenómeno estudado; e (2) com o aumento de iniciativas político-juvenis na esfera virtual, há necessidade de alargar o campo de pesquisa para além da cidade capital Maputo, dado que os jovens são uma multiplicidade e, por consequência, os seus anseios também diferem em função do contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abbink, Jon (2004). *Being young in Africa: The politics of despair and renewal*. Leiden: Brill.

Adebayo, Joseph (2018). Youth and the Quest for Political Participation. *Journal of African Elections*, 17(1), 140-160.

Biza, Adriano (2007). *Associações de jovens, Estado e política em Moçambique: da herança a novos desafios*. Maputo: IESE.

Borges, Aleida (2016). Youth and Politics: Is there space for youth in Cabo-Verdean Politics? *Journal of Cape Verdean Studies*, 4(1), 75-91.

Bourdieu, Pierre (1984). *Questions de sociologie*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Boyd, Danah (2007). Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*,

13(1), 210-230.

Braud, Philippe (2014). *Sociologie politique*. Paris: L.G.D.J.

Bucher, Taina (2015). Networking, or What the Social Means in Social Media. *Social Media + Society*, 1(2), 1-2.

Chiweshe, Manase (2017). Social Networks as Anti-revolutionary Forces: Facebook and Political Apathy among Youth in Urban Harare, Zimbabwe. *Africa Development*, 42(2), 129-147.

Cinelli, Matteo et al. (2021). The echo chamber effect on social media. *Proceedings of the National Academy of Sciences – PNAS*, 118(9), 1-8.

Comaroff, John et al. (2000). Reflections on youth form the past to the postcolony. *Politique africaine*, 80(4), 90-110.

Da Silveira, Sérgio et al. (2014). *Cultura, política e ativismo nas redes digitais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

De Boeck, Filip et al. (2000). Faire et défaire la société : enfants, jeunes et politique en Afrique. *Politique africaine*, 80(4), 5-11.

Diouf, Mamadou (2003). Engaging postcolonial cultures: African youth and public sphere. *African studies*, 46(2), 1-12.

Durampart, Michel (2013). *L'expression des cybercitoyens entre continuité et ruptures face à une sociabilité quotidienne*. Paris: Éditions Karthala et IRMC.

Durham, Deborah (2000). Youth and the social imagination in Africa: introduction. *Anthropological Quarterly*, 73(3), 113-120.

EISA (2021). *Estudo de Base sobre a participação e engajamento da juventude em processos políticos em Moçambique*. Maputo: EISA.

Ekman, Joakim (2009). Political participation, and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22(3), 283-300.

Farthing, Rys (2010). The politics of youthful antipolitics: representing the 'issue' of youth participation in politics. *Journal of Youth Studies*, 13(2), 181-195.

Galland, Olivier (2011). *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin.

Gomez-Perez, Muriel et al. (2012). *L'Afrique des générations : entre tensions et négociations*. Paris: Karthala.

Honwana, Alcinda (2014). *The Time of Youth: Work, social change and politics in Africa*. Oxford: Kumarian.

Honwana, Alcinda (2019). *Youth struggles: from the Arab spring to black matter and beyond*. *African studies*, 62(1), 8-21.

Instituto Nacional De Estatística (2017). *Censo Geral da População Moçambique*. Maputo: INE.

Intyaswati, Drina (2021). *Social Media as an Information Source of Political Learning in Online Education*. *SAGE Open*, April-June, 1-8.

Joanguete, Celestino (2017). *Comunicação política e cibercidadania: um desafio para as democracias emergentes*. In Moreira, Ana et al. (Org.). *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios* (pp. 195-208). Braga: CECS

Levitsky, Steven et al. (2017). *How Democracies Die*. London: Viking Penguin.

Malila, Vanessa (2015). *Being a Born Free: the misunderstandings and missed opportunities facing young South Africans*. *Rhodes Journalism Review*. 35, 1-10.

Morozov, Evgeny (2011). *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*. New York: Public Affairs Books.

Mueller, Lisa (2018). *Political Protest in Contemporary Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.

Muxel, Anne (2018). *Politisés les jeunes ?* Paris: Nouvelles éditions de l'Aube.

Norris, Pippa (2022). *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Nugent, Elizabeth (2020). *After Repression – How polarization derails democratic transition*. Princeton: Princeton University Press.

Pais, José (1990). *A construção sociológica da juventude — alguns contributos*. *Análise Social*, 25(1-2), 139-165.

Pereira, Crescêncio et al. (2020). *Navigating Civic Spaces in Mozambique. Baseline Report*. Maputo: Institute for Social and Economic Studies.

Philipps, Joschka (2018). *A Global Generation? Youth Studies in*

a Postcolonial World. Centre for African Studies Basel.

Pitcher, Anne (2005). Les élections générales de 2004 au Mozambique. Choix, conséquences et perspectives. *Politique africaine*, 98(2), 149-165.

Polat, Rabia (2005). The Internet and political participation: exploring the explanatory links. *European Journal of Communication*, 20(4), 435-459.

Roche, Agnès (2016). Les jeunesses au prisme de la sociologie. *Siècles*, 24, 9-23.

Simeant, Johanna (2014). *Contester au Mali : Formes de la mobilisation et de la critique à Bamako*. Paris: Éditions Karthala.

Sunstein, Cass (2022). The law of group polarization. *Journal of Political Philosophy*, 10(2), 175-195.

Teorell, Jan et al. (2007). *Political Participation: Mapping the Terrain*. London: Routledge.

Tsandzana, Dércio (2018). Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos ‘conectados desamparados’. *Sociedade e Comunicação*, 34(2), 235-250.

Tsandzana, Dércio (2019). Using on-line platforms to observe and monitor elections: A Netnography of Mozambique. *Journal of African Elections*, 18(2), 46-71.

Tsandzana, Dércio (2020). Estratégias de comunicação política em Moçambique: entre a exclusão de candidatos e o combate à desinformação. *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 11(2), 71-86.

Tsandzana, Dércio (2020). Redes Sociais da Internet como “Tubo de Escape” Juvenil no Espaço Político-Urbano em Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, 40(2), 167-189.

Tsandzana, Dércio (2022). Entre a poesia, o rap e a Internet: práticas e experiências de participação política urbano-juvenil em Moçambique. In Sarrouy, Alix et al. (Org.), *A Arte de Construir Cidadania* (pp. 301-322). Lisboa. Tinta da China.

Tsandzana, Dércio (2022). Mahindras digitais: discurso de ódio e transformação do espaço digital em Moçambique, VI Conferência

Internacional, Maputo, IESE.

Tsandzana, Dércio (2022). The political participation of youth in Mozambique's 2019 general elections. *Journal of African Elections*, 21(1), 95-119.

Van De Velde, Cécile (2015). *Sociologie des âges de la vie*. Paris: Armand Colin.

Van Reybrouck, David (2013). *Against Elections: The Case for Democracy*. London: Random House.

Weij, Frank et al. (2022). Artist reception on Twitter: art, politics, and social media. *Information, Communication & Society*, 26(8), 1-20.

Westerman, David et al. (2014). Social Media as Information Source: Recency of Updates and Credibility of Information. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 19(2), 171-183.

Wilson, Mark et al. (2012). The role of ICT in Arab spring movements. *Netcom*, 26(3-4), 343-356.

ALEXANDRE DINIS ZAVALÉ*
NÁDIA ATALIA ZAVALA**

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS ENTRE GONDOLA, CHIMOIO E MANICA: UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Resumo: O presente artigo faz uma abordagem da importância das relações intermunicipais para uma gestão compartilhada de consórcios. Demonstra-se o quão é importante à existência de relações intermunicipais para o desenvolvimento dos municípios partindo da aplicação de consórcios. Partiu-se da visão de que a participação activa dos municípios e dos munícipes na gestão compartilhada de consórcios abre espaço para que todos os envolvidos sejam conhecedores da realidade destes e possam participar na sua gestão. Através do estudo, da pesquisa bibliográfica, documental e dos objectivos definidos o artigo concluiu que os consórcios intermunicipais podem objectivar e promover a cooperação entre os municípios, visando a optimização de recursos, o desenvolvimento regional, o compartilhamento de serviços e infraestrutura, o fortalecimento do poder de negociação e a integração social e cultural. Essa forma de cooperação proporciona vantagens como a economia de recursos, a eficiência na prestação de serviços, a maior representatividade, o desenvolvimento regional e a integração entre os municípios.

Palavras-chave: *Consórcio; Participação; Comunicação Pública e Mobilização.*

* Pesquisador em Comunicação e mobilização social.

** Mestranda em Jornalismo pela Universidade Federal da Santa Catarina

Abstract: This article approaches the importance of inter-municipal relations for shared management. It demonstrates how important the existence of inter-municipal relations for the development of municipalities. It was based on the view that the active participation of municipalities and citizens in the shared management of consortia opens space for all those involved to be aware of their reality and to be able to participate in their management. Through the study, the bibliographical and documental research and the defined objectives, the article concluded that the intermunicipal consortia could objectify and promote the cooperation between the municipalities, aiming at the optimization of resources, the regional development, the sharing of services and infrastructure, the strengthening of bargaining power and social and cultural integration. This form of cooperation provides advantages such as resource savings, efficient service delivery, greater representation, regional development and integration between municipalities.

Keywords: Consortium; Participation; Public Communication and Mobilization.

INTRODUÇÃO

As relações intermunicipais ocorrem em vários níveis de governação local, os consórcios são um exemplo dessas relações. Os consórcios podem ocorrer em três níveis de governação, quais sejam: Consórcios Intermunicipais; Consórcios entre municípios e distritos, Consórcios entre municípios e privados. De acordo BRASIL (2004) os consórcios são um instrumento de gestão de políticas públicas de forma cooperada e coordenada entre os entes federados no nosso caso *locais*³.

³ Grifo nosso no original aparece federados.

No caso do Brasil, Laczynskino e Teixeira (2011) afirmam que os Consórcios intermunicipais (cooperação horizontal) são de iniciativa dos próprios municípios a partir da identificação de um problema comum e da construção de um sistema de governança entre eles que permita uma relação simétrica entre os atores envolvidos. Acrescentam que a ação cooperada no âmbito municipal representa uma das possíveis respostas para os diferentes problemas decorrentes do processo de descentralização das políticas sociais que passaram a demandar fortemente os poderes públicos no âmbito local que antes estavam sob a responsabilidade da União ou dos Estados.

A democracia participativa prevê a gestão municipal compartilhada, onde municípios e município têm direito a palavra na gestão da coisa pública. Em Moçambique a institucionalização das autarquias locais vem consubstanciada na Constituição da República de Moçambique no artigo 272 n.º 1 e 2 que afirmam: 1. “O poder Local compreende a existência de autarquias *locais*”⁴; 2. “As autarquias locais são pessoas colectivas públicas, dotadas de órgãos representativos próprios, que visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do locais”⁵. A mesma lei no n.º 1 do artigo 2 retoma o postulado na Constituição da República sobre as autarquias locais: “as autarquias locais são pessoas colectivas públicas, dotadas de órgãos representativos próprios, que visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado”⁶. Já no n.º 2 do

⁴ Constituição da República de Moçambique de 2004. Disponível em: http://www.presidencia.gov.mz/files/republica/constituicao_republica_moc.pdf, Acessado em 10 de Fev. 2016.

⁵ Lei 2/97 de 18 de Fevereiro- Lei quadro de institucionalização das autarquias locais. Disponível em: http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_legislacaoalop_cisbn.pdf, Acessado em: 3 de Marc. De 2016.

⁶ Lei 2/97 de 18 de Fevereiro- Lei quadro de institucionalização das autarquias locais. Disponível em: <http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/>

artigo 2 da lei 2/97 prevê que “as autarquias locais são municípios e as povoações”. No nº 2 do artigo 2 prevê que “o município corresponde à circunscrição territorial da sede do posto administrativo”⁷.

O objectivo dos Conselhos Municipais é a participação popular na gestão pública para que haja um melhor entendimento à população. A proliferação destes Conselhos representa um aspecto positivo ao criar oportunidade para a participação da sociedade na gestão das políticas públicas⁸.

Olhando para o quadro acima descrito percebe-se que existem municípios de grande porte e com capacidade económica, material e humana que corresponde as suas necessidades, porém encontramos do outro lado municípios pequenos que por si não conseguem responder as suas necessidades.

Nesta perspectiva, Patrícia Laczynski e Marco A. C Teixeira (2011) analisando o caso brasileiro, apontam que as novas competências oriundas da carta constitucional trouxeram um conjunto de desafios para os municípios, sobretudo os de pequeno porte populacional, que geralmente não possuem recursos financeiros para responder as demandas locais e que, também, são carentes de profissionais que estejam capacitados para produzir diagnósticos e elaborar projetos alternativos para o enfrentamento dos problemas socioeconómicos em seus territórios. É nesse contexto que a ação cooperada torna-se, praticamente, indispensável, em razão de a mesma possibilitar a soma de esforços nas situações em que um governo possui capacidades que são ausentes em administrações municipais de territórios vizinhos, podendo gerar sinergia e complementaridade entre as prefeituras, assim como a integração de políticas públicas entre os governos locais

ebook_legislacaopalop_cisbn.pdf, Acessado em: 3 de Marc. De 2016.

⁷ Idem.

⁸ Disponível em: https://pt.wikipedia-org/wiki/Conselho_Municipal#Hist.C3>B3ria

circunvizinhos numa perspectiva territorial ampliada (Laczynski e Teixeira, 2011).

Se aceitarmos que os municípios são entes públicos com direito de criar consórcios entre si de forma a responder as necessidades dos seus munícipes é necessário que haja uma comunicação capaz de mobilizar os intervenientes a uma gestão compartilhada e inclusiva destes.

O alcance dos objetivos dos consórcios passa exatamente pela promoção de uma comunicação pública inclusiva e uma mobilização integradora das partes interessadas, onde todos os integrantes são informados e conhecem os seus direitos e deveres na gestão compartilhada destes. Na gestão compartilhada de consórcios entre os municípios as assimetrias não devem constituir um fenómeno de separação e de superioridade dos municípios grandes e ricos, mas sim um fenómeno de união na diversidade como advoga Rosani Evangelista da Cunha (2004) existem argumentos favoráveis segundo os quais os consórcios são instrumentos de relações intergovernamentais cooperativos, com potencial para superar assimetrias de capacidades e permitir o exercício das novas responsabilidades dos entes governamentais.

Os consórcios intermunicipais devem ser um instrumento para resolver problemas que afligem os municípios de uma forma coordenada e cooperada. Nessa perspectiva a comunicação e mobilização social tornam-se um instrumento importante para a consecução dos objetivos dos municípios, onde os objetivos de cada município devem ser integrados no todo. Rosani Evangelista da Cunha (2004) reforça a ideia de uma ação cooperada baseada na iniciativa espontânea ao afirmarem que no caso brasileiro “os consórcios intermunicipais cresceram a partir de acordos organizacionais horizontais de cooperação entre governos municipais com base na associação voluntária”.

Parte se destas visões para se traçar a influência que os consórcios intermunicipais têm no processo de desenvolvimento municipal partindo do viés da comunicação e mobilização social. Para se perceber o quão é importante à consecução de uma comunicação e uma mobilização capazes de impulsionar a criação e o funcionamento de consórcios intermunicipais.

PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO PÚBLICA, DOIS CAMINHOS PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS

A participação na gestão de consórcios configura-se como um momento em que os municípios tomam parte na discussão e decisão sobre temas pontuais e de interesse social. A criação de consórcios passa por acordos e consensos entre municípios com vista a uma coordenação e cooperação para resolver problemas que lhes afetam. A criação destes possibilita a resolução de problemas que alguns municípios não resolveriam sozinhos, como advoga Cruz (2001:201) citado por Rosani Evangelista da Rosani Evangelista da Cunha (2004) os consórcios são uma forma de organizar a regionalização de forma ascendente, isto é, é formado a partir dos municípios, de suas características locais e suas dificuldades, para discutir ações regionais, sem que os municípios percam a sua autonomia. É uma “parceria” baseada numa relação de igualdade jurídica, na qual todos os participantes – municípios – têm a mesma importância. Para o alcance dos objetivos dos consórcios é necessário que todos os municípios sejam mobilizados a participarem de uma forma igualitária na gestão compartilhada.

Para José Bernardo Toro e Nísia M. D. Werneck (1996:15), a participação, em um processo de mobilização social, é ao mesmo tempo meta e meio. Por isso, acrescentam os autores, não podemos falar de participação apenas como pressuposto, como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Ela de fato o é. Mas ela cresce em abrangência e profundidade ao longo do processo, o que faz destas duas qualidades (abrangência e profundidade) um resultado desejado e esperado.

Para Allan Touraine (1996) a participação aparece como um elemento indissociável da democracia, na medida em que esta requer a igualdade de condições entre os atores sociais em um processo amplo e plural de participação no campo das decisões. Em teoria, para o autor, no pensamento democrático o Estado reconhece as desigualdades sociais de que é responsável e busca compensá-las permitindo que a

sociedade, sobretudo os grupos menos favorecidos, limitem o seu poder e controlem as decisões que afetam a vida privada e coletiva. Acrescenta que os indivíduos e coletividades têm o direito de se constituírem como sujeitos da própria história, criando e transformando as instituições sociais e participando direta ou indiretamente da gestão da sociedade, numa alusão objetiva à liberdade.

Allan Touraine (1996:206) advoga que a passagem do indivíduo consumidor para o indivíduo sujeito não se opera pela simples reflexão ou difusão de ideias, mas apenas pela democracia, pelo debate institucional aberto e pelo espaço dado à palavra, em particular, à palavra dos grupos mais desfavorecidos, porque os detentores do poder e do dinheiro exprimem-se mais eficazmente através dos mecanismos econômicos, administrativos ou mediáticos que estão sob seu controlo do que sob a forma do discurso ou protesto.

Maria da Glória Gohn (2005:30) define a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. Acrescenta que a participação pode, portanto, ocorrer desde uma reivindicação dos atores sociais marginalizados como resultado de um processo estimulado e institucionalizado em função da descentralização de políticas públicas sectoriais, permitindo aos atores diferentes níveis de envolvimento com a gestão pública.

Partindo das visões de José Bernardo Toro e Nísia M. D. Werneck (1995:15), Maria da Glória Gohn (2005:30) e Allan Touraine (1996:206), pode-se dizer que a participação é chave para o alcance dos objetivos de qualquer consórcio e por outro lado, a comunicação para a mobilização é importante para a participação efetiva dos municípios na gestão de consórcios onde cada município, seja qual for a sua dimensão ou número de população tem um papel importante no desenvolvimento das políticas públicas e do próprio consórcio. Os gestores dos consórcios devem convocar os municípios a participarem de uma forma livre e igualitária na gestão destes.

No caso dos municípios em análise a formação de consórcios possibilitaria a criação de políticas públicas conjuntas no que tange ao desenvolvimento de infraestruturas, educação, saúde, transporte e ademais áreas que podem ser abrangidos pelo consórcio. Ao se primar por consórcios intermunicipais abre se espaço para a gestão participativa dos municípios, com vista à persecução dos objectivos traçados, através da criação de grupos de auscultação e interacção entre os municípios envolvidos e a mobilização constante destes à participação, por outro lado à promoção de encontros entre os gestores locais dos consórcios com vista a controlar e apurar a aplicabilidade deste e verificar se contribuirá para que objectivos conjuntamente traçados conseguem satisfazer as necessidades dos consorciados.

Nesta perspectiva Márcio Simeone Henriques (2010), afirma que as instâncias participativas instituídas no âmbito do poder público possuem carácter mobilizador, na medida em que necessitam fomentar a participação cívica e manter um ambiente favorável à cooperação dos cidadãos “neste caso dos municípios” com o poder público em torno de propósitos comuns que sejam definidos como políticas públicas. Assim, manter um processo de planeamento, um orçamento participativo ou uma interlocução em instâncias como conselhos de políticas públicas requer estabelecer um processo de mobilização aberto e democrático.

A comunicação em processos de mobilização social é destinada aos cidadãos; para Márcio Simeone Henriques (2010), o modelo de democracia participativa que possibilita aos cidadãos a oportunidade de participar da gestão pública e da formulação de suas políticas desafia o *modus operandi* tradicional dos órgãos governamentais, como consequência da redefinição da cidadania e do reconhecimento dos sujeitos como portadores do direito de participar mais direta e efetivamente na gestão da sociedade.

Na gestão compartilhada de consórcios os gestores procuram ouvir dos municípios como estes podem participar na criação de políticas públicas sobre a gestão compartilhada destes. Daí que há uma mudança na forma de comunicação entre os municípios quando se fala de gestão dos consórcios intermunicipais: ela não pode ser mais uma

comunicação baseada apenas na unilateralidade, na divulgação e na promoção de uma gestão partidária. A comunicação dos municípios é reestruturada de forma a ter em conta os outros municípios que até podem ser geridos por partidos diferentes, porém com interesse comum.

A comunicação assumi assim uma nova feição que estimula a participação de todos os municípios na gestão dos consórcios, convocando-os à participação, os gestores elaboram mecanismos de escuta e de interação entre os municípios envolvidos, com vista a dinamizar o relacionamento destes na gestão do consórcio. De acordo com Márcio Simeone Henriques (2010) “cada área específica de governo necessita agora promover uma interlocução com a sociedade civil, que se dá em fóruns, de modo organizado, e que deve ser transparente e aberto ao conjunto dos cidadãos. Como resultado dessas novas relações, é necessário que ocorram também mudanças nas formas de comunicação desses órgãos do poder público com os cidadãos”, acrescenta que;

o estabelecimento pelo Estado de uma comunicação pública abrangente deve encarar os públicos sob uma nova ótica, que sustente o objetivo de gerar ambientes de debate, deliberação e cooperação, respeitando a pluralidade social. Os esforços de comunicação, além de dar visibilidade às causas de interesse público, devem fomentar continuamente a constituição de públicos críticos, capazes de intervir nas discussões dos assuntos publicamente relevantes. Isso é muito mais do que apenas fornecer informações à sociedade e prestar contas sobre o seu serviço. As políticas e as estratégias de comunicação devem ser capazes de estimular a participação e a cooperação dos cidadãos, estabelecer e orientar a interlocução e fomentar o próprio debate cívico. (Henriques, 2010).

Na discussão de questões inerentes a gestão de consórcios não basta convocar os municípios envolvidos para a participação, mas é também necessário que tais questões sejam publicamente expostas. É através da

comunicação que as organizações colocam suas informações na esfera pública. Os gestores dos consórcios irão transmitir informações sobre as suas realizações. Para tal buscarão manter uma comunicação que possa satisfazer simultaneamente, os interesses dos consórcios e dos municípios envolvidos.

De acordo com Pierre Zémor (1995, p.1) a Comunicação Pública é a comunicação formal que diz respeito à troca e a partilha de informações de utilidade pública, assim como à manutenção do liame social cuja responsabilidade é incumbência das instituições públicas. Na mesma abordagem Ana T.N Soares e Luísa da Silva Monteiro(2012:56) apontam que a comunicação nas organizações públicas se desenvolve voltada tanto para seus funcionários (servidores públicos, empregados públicos) quanto para outras autarquias do sistema público e para a sociedade civil, dividida em inúmeros segmentos. A comunicação nessas organizações se dá basicamente por meio de dois processos: de informação e de negociação.

Para Pierre Zémor (op. Cit., p.1) as finalidades da Comunicação Pública não devem estar dissociadas das finalidades das instituições públicas, suas funções são de: informar (levar ao conhecimento, prestar contas e valorizar); de ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); e de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social.

Partindo dos pressupostos acima apontados por Pierre Zémor os consórcios, enquanto uma entidade pública precisa, precisam adequar a sua comunicação de modo a fazer com que os municípios participem na abordagem sobre políticas de gestão dos consórcios, sobre a sua validade, abrangência, duração, sobre a gestão participativa, usando para tal uma comunicação pública inclusiva e aberta, para tal a manutenção de veículos de comunicação entre municípios deve ser constante. Neste caso os municípios recorrem a vários veículos para manter a interlocução entre eles. A internet, os webs sites dos consórcios

bem como os meios tradicionais (TV, rádio, jornal, boletins) são privilegiadas na gestão compartilhada de consórcios intermunicipais.

A comunicação pública é de extrema importância no exercício das funções dos municípios e na gestão compartilhada dos consórcios. Nesta demanda de informar, ouvir demandas dos municípios, contribuir para a estabilidade social, e de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social o consórcio relacionar-se-á com vários públicos (municípios), de acordo com Jorge Duarte (2007:1) a comunicação pública ocorre:

no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e Sociedade Civil- inclusive partidos, empresas, terceiro sector e cada cidadão individualmente) em termo de interesse ela trata de compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca de entendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva. Acrescenta que a comunicação pública ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse público (Duarte, 2007:1).

Partindo da visão de Jorge Duarte e Pierre Zémor pode-se notar que as estruturas dos consórcios devem adequar-se a uma demanda de comunicação pública que se configura pela expectativa de participação e envolvimento dos municípios e não somente pela mera transmissão de informações. Por outro lado, é importante referir que é através da aplicação efetiva de uma comunicação pública que se abre espaço para a participação e diálogo sobre os temas de interesse público entre os municípios, ou seja, neste caso a comunicação pública é todo o complexo relacional que se dá em público entre os municípios envolvidos no consórcio, uma comunicação que, por ser pública, é aberta e inclusiva, supõe uma bilateralidade capaz de responder às demandas dos municípios que se relacionam através do consórcio.

Numa sociedade onde todos estão informados, e conhecem os seus direitos e deveres sobre o papel dos municípios e, sobretudo da gestão dos consórcios, diminui-se o papel do governo, abrindo-se espaço para uma participação efetiva, como advoga Jorge Duarte

adotam-se como referências, para tratar da comunicação pública, conceitos como cidadania, democratização, participação, diálogo, interesse público. Mais poder para a sociedade, menos para os governos, mais comunicação, menos divulgação, menos dirigismo, são algumas das premissas. Acrescenta que a ideia-chave talvez seja a de espírito público, o compromisso de colocar o interesse da sociedade antes da conveniência da empresa, da entidade, do governante, do ator político. O objetivo central é fazer com que a sociedade ajude a melhorar a própria sociedade (Duarte, 2007:3).

Compartilhando a mesma ideia de Pierre Zémor e de Jorge Duarte e Elizabeth Pazito Brandão (2007) defende que a comunicação pública tem o objetivo de representar o interesse geral e, portanto, precisa “ouvir o cidadão”, pois a comunicação pública seria composta justamente pela troca e democratização das informações de interesse público (Brandão, 2007:14). No caso da gestão compartilhada de consórcios essa comunicação seria gerida de município para município com a intervenção não só dos gestores locais do consórcio, mas também dos munícipes atendidos pelo consórcio.

A comunicação pública coloca as informações na esfera pública para debate entre os vários intervenientes na gestão de bens públicos, de acordo com Jürgen Habermas (2003) a esfera pública é o espaço social da prática comunicativa que oferece vitalidade ao mundo da vida, do qual pode emergir uma formação discursiva da opinião e da vontade política. Acrescenta que é uma zona de conflitos sobre princípios de integração social, um espaço irrestrito de comunicação e deliberação pública, cuja extensão e cujos limites internos e externos não podem ser anteriormente estabelecidos, limitados ou restringidos.

Os municípios ao exporem os seus assuntos na esfera pública sobre os consórcios esperam que estes sejam debatidos por todos, com vista à busca de soluções efetivas; a partir do momento em que estas organizações dão visibilidade aos seus assuntos esperam que haja debates públicos, de acordo com Márcio Simeone Henriques (2010) a visibilidade dá-se “em um ambiente em que ocorrem os embates, os conflitos de interesse, em que são apresentados- tornados públicos- argumentos e razões que emergem das diferentes formas de perceber e problematizar aspectos da nossa realidade”.

Para Pierre Zémor (1995:1) o espaço público é por definição aberto a todos e que não deve ser opressor das liberdades, frequentemente é ameaçado de ser manipulado por atores ou pelos media, que é quando são perdidos de vista os interesses gerais ou os direitos do Homem. Acrescenta que a comunicação se situa necessariamente no espaço público, sob o olhar do cidadão. Suas informações, salvo raras exceções, são de domínio público, pois assegurar o interesse geral implica a transparência. A Comunicação Pública ocupa, portanto, na comunicação natural da sociedade, um lugar privilegiado ligado aos papéis de regulação, de proteção ou de antecipação do serviço público. O desenvolvimento da comunicação, notadamente a do serviço público, é uma resposta à complexidade crescente das nossas sociedades; ela facilita a busca do interesse geral que resulta de uma arbitragem difícil entre interesses singulares e categorias. A Comunicação Pública responde a uma busca de significação, bem como a uma necessidade de relação.

Para que um programa de mobilização se torne efetivo e alcance os seus objetivos é necessário que as organizações usem vários instrumentos de comunicação, sejam eles de massa, comunitários, organizacionais ou dirigidos para a transmissão de informações aos públicos. A sintonia de interesses das organizações públicas com os interesses da sociedade civil só poderá tornar-se efetiva, de acordo com Elizabeth Pazito Brandão (2007), a partir do momento em que as organizações públicas através de seus órgãos e agentes, conseguem estabelecer fluxos informativos com a população para assim levar

projetos, acções, políticas e actividades ao conhecimento da opinião pública. Acredita que é necessária a criação de espaços nos quais não só as organizações públicas possam se comunicar com a sociedade, mas também o inverso possa acontecer. Na mesma perspectiva observa Pierre Zémor (1995:2), que se espera que a prática da comunicação pública contribua para alimentar o conhecimento cívico, facilitar a acção pública e garantir o debate público.

A participação dos municípios envolvidos em consórcios na sua gestão configura-se como importante para o alcance dos objetivos traçados, para tal os gestores de consórcios devem criar fóruns de auscultação e audiência para ouvir dos gestores municipais os seus pontos de vista sobre o andamento do consórcio e perceber como cada município pode participar para a melhoria do consórcio.

De acordo com Patrícia Laczynski e Marco A. C Teixeira (2011) no caso brasileiro os consórcios são concebidos com o objectivo de contribuir para a geração de oportunidades, promovendo o processo de desenvolvimento de acções conjuntas que garantam a melhoria contínua da produção e abastecimento de bens e serviços oriundos do agronegócio local e regional capazes de gerar mais trabalho e renda e melhorar a qualidade de vida das famílias.

Segundo Patrícia Laczynski e Marco A. C Teixeira (2011) os consórcios intermunicipais têm como objetivo principal promover a cooperação entre diferentes municípios, buscando a optimização de recursos e a realização de actividades conjuntas que beneficiem a região como um todo. Entre os objetivos mais comuns dos consórcios intermunicipais, podemos destacar:

1. Planeamento e desenvolvimento regional: os consórcios podem actuar no planeamento e desenvolvimento regional, articulando acções conjuntas entre os municípios para promover um crescimento equilibrado e sustentável da região.
2. Compartilhamento de serviços e infraestrutura: um dos principais objetivos dos consórcios é promover o compartilhamento de serviços e infraestrutura, como

- saneamento básico, gestão de resíduos, transporte, saúde e educação, buscando a otimização dos recursos e a redução de custos para os municípios envolvidos.
3. Desenvolvimento económico: os consórcios podem desenvolver ações conjuntas visando o desenvolvimento económico da região, como a captação de investimentos, ações de promoção do turismo e a implementação de políticas de incentivo às actividades económicas locais.
 4. Fortalecimento do poder de negociação: os consórcios intermunicipais podem fortalecer o poder de negociação dos municípios em relação ao governo provincial e central, bem como perante outras instituições, ampliando sua representatividade e possibilitando a conquista de recursos e investimentos para a região.
 5. Intercâmbio de experiências e conhecimentos: a cooperação entre os municípios por meio dos consórcios permite o intercâmbio de conhecimentos, experiências e boas práticas, promovendo a aprendizagem mútua e contribuindo para o aprimoramento das gestões municipais.

Por outro lado, Patrícia Laczynski e Marco A. C Teixeira (2011) afirma que os consórcios intermunicipais apresentam as seguintes vantagens:

1. Economia de recursos: a união de esforços e recursos entre os municípios possibilita a redução de custos, a otimização de serviços e investimentos e a economia de escala.
2. Eficiência na prestação de serviços: o compartilhamento de infraestrutura e serviços permite uma prestação mais eficiente e qualificada, principalmente em áreas como saúde, educação e saneamento básico.
3. Maior representatividade: os consórcios proporcionam uma maior representatividade dos municípios perante outros

órgãos governamentais e entidades, fortalecendo suas demandas e interesses.

4. Desenvolvimento regional: a cooperação entre os municípios promove um desenvolvimento regional mais equilibrado, com ações conjuntas que beneficiem toda a região, reduzindo a desigualdade entre os municípios.
5. Integração social e cultural: os consórcios favorecem a integração social e cultural entre os municípios, possibilitando a troca de experiências e a realização de actividades conjuntas que fortalecem a identidade regional.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O artigo investiga, através de um estudo de caso, a contribuição dos Consórcios intermunicipais entre Gondola, Chimoio e Manica com vista ao desenvolvimento municipal. De acordo com Alexandre Dinis Zavale (2019) citando Robert Yani (1994), o estudo de caso é uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos factores. Esta abordagem, segundo o autor, adapta-se à investigação em comunicação, quando o investigador é confrontado com situações complexas, de tal forma que dificulta a identificação das variáveis consideradas importantes, quando o investigador procura respostas para o “como?” e o “porquê?”, quando o investigador procura encontrar interacções entre factores relevantes próprios dessa entidade, quando o objectivo é descrever ou analisar o fenómeno a que se acede directamente, de uma forma profunda e global, e quando o investigador pretende apreender a dinâmica do fenómeno, do programa ou do processo.

Neste artigo o estudo de caso servirá como base para dar resposta a “como” os consórcios intermunicipais pode se configuram como instrumento de governação descentralizada, e que possibilitam o bem-

estar dos municípios através da conjugação de esforços entre municípios ditos “fortes” e municípios em fraco desenvolvimento, por outro lado, ao procurar dar resposta a pergunta “porquê”, a pesquisa buscará compreender o porquê da não valorização dos consórcios por parte dos municípios com vista a promoção do desenvolvimento sustentável.

Neste estudo, enquanto estudo de caso, interessa perceber “como?” e “porquê?” consórcios intermunicipais podem se configurar como instrumentos de governação descentralizada. Como afirma Alexandre Dinis Zavale (2019) ao se primar por estas perguntas, o estudo impacta no mundo das decisões que serão, ou foram, tomadas para a persecução dos objectivos. Por outro lado, o estudo deste caso preocupa-se com o resultado que esses consórcios podem trazer para os municípios e para os municípios.

A revisão bibliográfica consistiu na leitura, análise e interpretação de diversas obras literárias que abordam sobre o tema, como forma de fundamentar o conhecimento da matéria. Sobre este assunto o professor João José Saraiva da Fonseca, (2002:32) afirma que,

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e electrónicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objectivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002:32).

Através da pesquisa bibliográfica buscou-se autores que abordam a questão sobre comunicação pública, consórcios intermunicipais, comunicação e mobilização social, com o objectivo de compreender como os consórcios intermunicipais configuram-se como instrumentos

de governação descentralizada e como estes podem contribuir para o desenvolvimento sustentável de municípios consorciados.

A pesquisa documental não se difere tanto da pesquisa bibliográfica, porém o professor João José Saraiva Fonseca (2002) afirma que,

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (Fonseca, 2002:32)

A pesquisa documental ajudou-nos a buscar em manifestos eleitorais, posteriormente transformados e programas de governação municipal, a existência ou não de consórcios municipais. Com esta pesquisa apuramos que os municípios apresentam nos seus manifestos um pilar que aborda a questão referente as relações intermunicipais e internacional, porém neste quesito apenas falam de gemelagem que consiste na troca de experiências técnicas e não concretamente em consórcios.

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS ENTRE GONDOLA, CHIMOIO E MANICA: UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O desenvolvimento de uma região depende da forma como o poder local gere os recursos humanos, financeiros, naturais e económicos.

A elaboração de estratégias de gestão compartilhada de políticas públicas entre municípios tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento municipal.

Saber investir em consórcios municipais tem se mostrando um caminho para o desenvolvimento municipal e regional.

O município da Vila de Gondola localiza-se no Distrito de Gondola, na província de Manica, centro de Moçambique⁹.

A cidade de Chimoio é a capital da província moçambicana de Manica. Tem o estatuto de cidade e administrativamente é um município com um governo local eleito¹⁰.

O município da Cidade de Manica situa-se no Distrito com o mesmo nome, na província de Manica, em Moçambique. A cidade de Manica passou a município em 1998¹¹.

O interessante é que os três municípios situam-se no chamado “corredor da Beira”, constituído por uma estrada e linha férrea que ligam o Porto da Beira ao Zimbabwe, desempenhando assim uma grande importância económica, no desenvolvimento do país.

CONSÓRCIO NA AGRICULTURA

O consórcio municipal na área de agricultura tem como objectivo principal promover o desenvolvimento do sector agrário nos municípios envolvidos, buscando a optimização de recursos e a melhoria da produção agrícola.

O consórcio deve constituir secretarias municipais de agricultura, que possam prestar todo apoio para que os próprios municípios (por meio de suas secretarias de agricultura) possam assessorar os pequenos agricultores. Caberá às secretarias municipais de agricultura

⁹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gondola>

¹⁰ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Chimoio>

¹¹ Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Manica_\(distrito\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Manica_(distrito))

traçar estratégias intermunicipais em que os municípios produtores possam alimentar os municípios consumidores para além de criação de armazéns municipais para o armazenamento de excedentes para o suporte dos municípios em épocas de carência. Entre as principais actividades realizadas por esses consórcios, podemos destacar:

1. Compartilhamento das máquinas agrícolas: os municípios podem unir recursos e adquirir máquinas agrícolas que serão compartilhadas entre eles, reduzindo custos e aumentando a eficiência na utilização desses equipamentos.
2. Capacitação de agricultores: os consórcios podem promover cursos, palestras, workshops e outras actividades de formação e capacitação para os agricultores locais, visando aprimorar suas técnicas de produção e gestão agrícola.
3. Comercialização em conjunto: os municípios podem estabelecer parcerias para a comercialização dos produtos agrícolas, negociando em conjunto melhores condições de venda e buscando novos mercados para escoamento da produção.
4. Monitoramento e controle de pragas e doenças: os consórcios podem realizar acções conjuntas visando a prevenção e controlo de pragas e doenças que afetam a produção agrícola, como programas de monitoramento, capacitação de agricultores e realização de campanhas de conscientização.
5. Fortalecimento da agricultura familiar: os consórcios podem direccionar esforços para o fortalecimento da agricultura familiar, incentivando e apoiando os pequenos produtores rurais, por meio de assistência técnica, acesso a crédito e outras políticas específicas para esse público.

Os consórcios municipais na área de agricultura são importantes porque possibilitam:

1. Economia de recursos: o compartilhamento das máquinas agrícolas e a negociação conjunta podem resultar em redução de custos para os municípios envolvidos.
2. Melhoria da qualidade e produtividade: a capacitação de agricultores e ações conjuntas no controlo de pragas e doenças podem resultar em uma melhoria significativa da qualidade dos produtos agrícolas e aumento da produtividade.
3. Maior representatividade: o consórcio municipal pode fornecer uma plataforma para que os municípios tenham maior representatividade em negociações com órgãos governamentais e entidades do sector.
4. Troca de experiências: a cooperação entre municípios possibilita a troca de experiências e a implementação de boas práticas no sector agrário.
5. Desenvolvimento regional: o fortalecimento da agricultura local contribui para o desenvolvimento sustentável da região, gerando empregos, renda e contribuindo para a fixação do homem no campo.

Em resumo, o consórcio municipal na área de agricultura busca promover o desenvolvimento do sector agrário nos municípios envolvidos, por meio do compartilhamento de recursos, capacitação de agricultores, comercialização conjunta, controlo de pragas e doenças, além de fortalecer a agricultura familiar. Isso resulta em economia de recursos, maior representatividade, troca de experiências, melhoria da qualidade e produtividade agrícola, bem como no desenvolvimento regional.

CONSÓRCIO NA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Na educação os consórcios assentariam na construção conjunta de escolas municipais de referência, sejam técnicas ou gerais. Por outro lado, serviriam para a capacitação de professores, a aquisição

de materiais didáticos e a realização de actividades conjuntas, como intercâmbios entre escolas. Além disso, eles podem permitir a padronização de currículos e a implementação de práticas educacionais que sejam mais eficazes.

Na área da saúde, os consórcios podem possibilitar o compartilhamento de estruturas físicas, como hospitais ou postos de saúde, reduzindo custos e ampliando a oferta de serviços de saúde para a população. Também podem promover acções integradas de prevenção de doenças, campanhas de conscientização e parcerias na compra de medicamentos e equipamentos, bem como na construção de hospitais de referência para o melhoramento da saúde comunitária.

Os consórcios municipais na área da educação e saúde têm como objetivo principal otimizar os recursos disponíveis e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. Essas parcerias entre municípios visam a integração de esforços para oferecer serviços mais eficientes e de melhor qualidade.

Entre as principais vantagens dos consórcios municipais na educação e saúde, podemos destacar:

1. Economia de recursos: ao unir esforços e compartilhar estruturas, os municípios conseguem reduzir custos e aproveitar melhor os recursos disponíveis.
2. Melhoria da qualidade: a integração de esforços e a padronização de práticas podem levar a uma melhoria significativa na qualidade dos serviços prestados, beneficiando directamente a população.
3. Maior eficiência: os consórcios municipais permitem uma melhor distribuição dos recursos humanos e materiais, evitando desperdícios e tornando o sistema mais eficiente.
4. Maior capilaridade: os consórcios podem ampliar a oferta de serviços de educação e saúde para regiões que antes não tinham acesso a eles, garantindo um atendimento mais igualitário e abrangente.

5. Troca de experiências: a cooperação entre municípios possibilita a troca de experiências e a implementação de boas práticas, enriquecendo o desenvolvimento de políticas públicas nessas áreas.

Em suma, os consórcios municipais na educação e saúde têm como objectivo a optimização de recursos e a melhoria na qualidade dos serviços prestados à população, trazendo vantagens como economia de recursos, maior eficiência, capilaridade na oferta de serviços, troca de experiências e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

ESTRADAS E PONTES

Consórcio de manutenção e construção, um dos problemas vivenciados pelos municípios e a perda de grandes somas de dinheiro em contratos com empresas externas para a manutenção das suas vias de acesso. O estabelecimento de um consórcio de construção e manutenção daria uma mais-valia aos municípios que teriam para além de mão-de-obra qualificada, equipamentos modernos provenientes dos consórcios.

Esta parceria pode ser formada por municípios que têm diferentes especialidades e experiências, o que pode ser benéfico para a execução dos projectos. Por exemplo, um município pode ser especializado em terraplanagem, enquanto outro pode ter mais experiência em construção de pontes. Ao se unirem em um consórcio, esses municípios podem oferecer uma solução mais completa e eficiente para o projecto em questão.

Além disso, o consórcio também pode ser vantajoso do ponto de vista financeiro, já que os municípios podem dividir os custos e os riscos da obra. Isso pode ser especialmente importante em projectos de grande porte, como a construção de estradas e pontes.

CONSÓRCIOS NA URBANIZAÇÃO

Criação de uma estrutura coesa que engloba os municípios consorciados para a melhor gestão da terra urbana a partir da criação de um consórcio vocacionado para isso.

Consórcio na urbanização é uma forma de parceria entre municípios para realização de projectos de urbanização em determinada região. Essa modalidade de consórcio pode englobar acções como infraestrutura urbana, construção de moradias populares, saneamento básico, entre outras.

O objectivo principal é a união de esforços para a realização de investimentos em áreas urbanas que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, o consórcio pode ser uma alternativa para a obtenção de recursos financeiros e técnicos para a execução de projectos que, individualmente, os municípios não teriam condições de realizar.

Os consórcios podem ser instituídos por meio de convênios entre os municípios com a elaboração de um contracto de consórcio que estabeleça as regras e responsabilidades de cada parte envolvida. É importante que haja uma clara definição das atribuições de cada ente consorciado e a definição de um plano de trabalho que contemple todas as fases do projecto, desde a concepção até a entrega final.

Vale ressaltar que os consórcios na urbanização devem estar em conformidade com a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis, além de contar com a participação da população e de órgãos fiscalizadores para garantir a transparência e a efetividade das acções realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de comunicação e de mobilização social são importantes na gestão compartilhada de consórcios intermunicipais. É através destes processos que se dá visibilidade aos consórcios, para além

de tornar estes conhecidos pela população que os municípios envolvidos atendem, abre espaço para que os cidadãos possam também conhecer a natureza dos consórcios bem como participarem na sua gestão.

Sendo os consórcios intermunicipais instrumentos de governação inclusiva onde municípios firmam acordos de trabalho conjunto em torno da criação do bem-estar social das comunidades que atendem é necessário que estes conheçam em que condições funcionam os consórcios e como são geridos, e isso, só é possível com uma comunicação pública inclusiva que não só informa, mas também abre espaço para a negociação, a transmissão de comportamentos.

Os consórcios configuram-se como esse lugar de compartilhamento de actividades entre municípios, daí a necessidade de uma mobilização dos municípios de modo a participarem activamente no desenvolvimento destes. Ao se pensar numa proposta de consórcios intermunicipais pensa-se numa gestão em que mesmo tendo municípios com poderes económicos e políticos diferentes estes sejam capazes de atender as necessidades dos consorciados e dos cidadãos.

A comunicação pública é um instrumento importante para a gestão dos consórcios, porque ela permite que os gestores destes tenham um espaço para a troca constante de informações entre os intervenientes municipais. A criação de um espaço público onde se debatem assuntos relacionados com os consórcios só é possível num sistema que se privilegia uma comunicação pública inclusiva e uma mobilização abrangente que convoca todos os municípios e seus munícipes a participarem na gestão compartilhada de consórcios.

As relações intergovernamentais desenvolvidas entre municípios precisam de uma participação activa dos intervenientes e dos cidadãos que estes atendem. Os consórcios são o exemplo de como a comunicação e a mobilização devem ser conciliados para o alcance dos objectivos preconizados. Para que assuntos importantes sejam colocados na esfera pública para o debate é necessário que os agentes dos consórcios usem e conheçam os veículos para a visibilidade dos projetos públicos ou privados.

Em suma, os consórcios intermunicipais objectivam promover a cooperação entre os municípios, visando a optimização de recursos, o desenvolvimento regional, o compartilhamento de serviços e infraestrutura, o fortalecimento do poder de negociação e a integração social e cultural. Essa forma de cooperação proporciona vantagens como a economia de recursos, a eficiência na prestação de serviços, a maior representatividade, o desenvolvimento regional e a integração entre os municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

Brandão, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org.) et al. Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <http://jfori.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJorgeJorgeJorgeDuarte_vf.pdf> acesso em: 23 Jun. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Publicações Técnicas.

_____. Presidência da República. Constituição (1937). Constituição dos

Estados Unidos do Brasil. Brasília. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. acesso em: Mai. 2023.

CUNHA, Rosani Evangelista da (2004).. Federalismo e relações intergovernamentais: os consórcios instrumento de cooperação públicos como federativa. Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública – Ano 55, número 3 (Jul-Set/2004). Brasília: ENAP.

DUARTE, Jorge (org.) et al (2007). Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas.

FONSECA, João José Saraiva da (2002). Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC. Apostila.

GOHN, Maria da Glória (2005) O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo. Cortez, (Coleção Questões da Nossa Época, Vol.123).

LACZYNSKI Patrícia e TEIXEIRA Marco A. C. (2011). Os limites de um consórcio intermunicipal em condições assimétricas de poder: o caso do CINPRA no Maranhão. Cadernos Adenauer XII.

HABERMAS, Jürgen (2003). Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HENRIQUES, Márcio S. e WERNECK, Nísia M.D (orgs.) (2008). Visões de futuro, responsabilidade compartilhada e mobilização social. Belo Horizonte, Autêntica.

HENRIQUES, Márcio S. (2010). Comunicação e mobilização Social na pratica da polícia comunitária. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

_____ (org.) (2007). Comunicação e estratégias de mobilização Social. Belo Horizonte: Autêntica.

SOARES, Ana T.N e MONTEIRO, Luísa da Silva. O contexto das Organizações: uma leitura sobre suas configurações e seus processos comunicacionais pp.55-57. In: OLIVEIRA, Ivone De Lurdes e LIMA, Fábila P. (orgs.) (2012). Propostas conceituais para a comunicação no contexto organizacional. São Caetano do sul, SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio.

TORO, A. José Bernardo e WERNECK, Nísia M. D. (1996). Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF-Brasil. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/mobilizacao_social> acesso em: 10 Mai. 2016.

TOURAINÉ, A. (1996). O que é democracia. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes.

YIN, Robert (1994). Case Study Research: Design and Methods (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

ZAVALE, Alexandre Dinis (2019). Parcerias entre Rádios Comunitárias e Municípios como estratégia de gestão municipal com-

partilhada. Estudo de caso dos Municípios da Cidade de Chimoio, da Vila de Sussundenga e das Rádios Comunitárias de Sussundenga e GESON. Tese (doutorado) -Curso de Comunicação, Media e Cultura, Universidade Autónoma de Barcelona, Barcelona.

ZÉMOR, Pierre (1995). *La Communication Publique*. PUF, Col. Que sais-je? Paris.

Tradução resumida do livro: Prof. Dra. Elizabeth Brandão disponível em: <http://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf> acesso em 04 Nov. 2016.

ISAÍAS CARLOS FUEL*
LÁZARO MABUNDA**

MÍDIA E REPRESENTAÇÃO DO CONFLITO EM CABO-DELGADO PELA TVM E TV MIRAMAR

Resumo: A mídia tem um papel central de disponibilizar informações de interesse público sobre conflitos militares, assim como garantir uma cobertura que tem um potencial de influenciar a opinião pública. Porém, a sua cobertura é descrita como um processo que mina os princípios que norteiam a actividade jornalística, na medida em que os conteúdos disseminados não respeitam os princípios de permitir que as vozes envolvidas nos conflitos sejam ouvidas. Nesta pesquisa analisa-se 19 reportagens TVM e Tv Miramar publicadas no youtube. Partiu-se do pressuposto de que os meios de comunicação usam várias formas linguísticas e discursivas para reportar a realidade social, um processo que é influenciado pelos seus estatutos editoriais, da ideologia do proprietário e do contexto político e económico num determinado tempo e espaço. Os resultados mostram que no contexto moçambicano, as televisões em análise desempenham um papel central na disseminação de conteúdos referentes ao conflito em Cabo-Delgado. Todavia, a construção noticiosa sobre o conflito em estudo revelou-se tendenciosa, na medida em que os conteúdos das matérias são publicados sem o respeito a presença das diferentes vozes envolvidas no conflito, limitando-se a apresentar as vozes governamentais e fontes populacionais que suportam a narrativa hegemônica. A cobertura

* Docente da Escola Superior de Jornalismo

** Docente da Escola Superior de Jornalismo

informativa sobre o conflito é marcada pela tensão entre os mídia (Direito à Informação) e as autoridades governamentais (culto de segurança) o que se reflete na qualidade da informação veiculada. Destacar, ainda, que o contexto político mina este processo pela existência de vozes governamentais que sublinha a necessidade de proibir a mídia de disseminar informações referentes a este conflito.

Palavras Chaves: *significados; discurso, conflito militar; Cabo-delgado; Jornalismo.*

Abstract: The media play a central role in providing information of public interest about military conflicts, coverage that has the potential to influence public opinion. However, its coverage is described as a process that undermines the principles that guide journalistic activity, insofar as the disseminated content does not respect the principles of allowing the voices involved in the conflicts to be heard. This research analyzes 19 reports published by TVM and Tv Miramar. It was assumed that the media use various linguistic and discursive forms to report social reality, a process that is influenced by their editorial statutes, the owner's ideology and the political and economic context in a given time and space. The results show that in the Mozambican context, online newspapers and television play a central role in the dissemination of content related to the conflict in Cabo-Delgado. However, the news construction on the conflict under study proved to be biased, insofar as the contents of the articles are published without respecting the presence of the different voices involved in the conflict, limiting themselves to presenting the governmental voices and population sources that support the hegemonic narrative. The informative coverage of the conflict is marked by the tension between the media (Right to Information) and government authorities (security cult), which is reflected in the quality of the information transmitted. It should also be noted that the political context undermines this process due to the existence of government voices that underline the need to prohibit the media from disseminating information regarding this conflict.

Keywords: meanings; speech, military conflict; Cabo-Delgado; Journalism.

INTRODUÇÃO

O artigo analisa a representação midiática do conflito militar em Cabo Delgado, Moçambique, pela Televisão de Moçambique (TVM) e Televisão Miramar. Em Moçambique desde o dia 5 de outubro de 2017 assiste-se na província, nortenha, Cabo-Delgado, ataques violentos por um grupo de insurgentes. O grupo tem assumido em audiovisuais como membros do Alshabab. Este conflito tem ganhado importância central na mídia como resultado das consequências nefastas nas comunidades, mais também pelo lugar que Moçambique ocupa no cenário internacional com a descoberta de petróleo na bacia do Rovuma.

A presente pesquisa foca na questão do conflito militar, pois os conflitos mobilizam diferentes sectores da sociedade como forma de unir esforços na prevenção e combate do fenómeno. A mobilização da mídia resulta do fato deste adicionar uma mais valia na visibilização do conflito e através disso alertar e emponderar a opinião pública nacional e internacional.

A presente pesquisa está estruturada em quatro momentos: o primeiro inclui a presente introdução, notas breves sobre o conflito militar em Cabo Delgado e o contexto mediático moçambicano; o segundo momento aborda a relação entre mídia e conflito militar e breves notas sobre a teoria da representação. O terceiro momento, centra-se nos procedimentos metodológicos; finalmente, o artigo foca na análise das reportagens produzidas pelas três televisões.

NOTAS BREVES SOBRE O CONFLITO MILITAR EM CABO DELGADO

Desde o dia 5 de outubro de 2017 a vila de Mocímboa da Praia foi atacada por um grupo armado que viria a ser denominado de terroristas de Alshabab começaram a surgir as primeiras possíveis explicações ao fenómeno. A primeira explicação apontava para conflito entre etnias macondes e mwanis, estes últimos tidos como marginalizados pelos primeiros. A sociedade civil associava o surgimento de terrorismo com a aproximação do início da exploração de gás em Palma, pois, o conflito resulta da revolta da população local, sobretudo dos pescadores e jovens contra a usurpação de terra pelo Estado e pelas multinacionais (OSORIO; SILVA,2018). Houve quem considerou o conflito de manifestação religiosa de islamismo radical contra os cristãos. A versão governo de Cabo Delgado era de que se tratava de um conflito dentro do islão. O primeiro estudo exploratório produzido por Habibe, Forquilha e Pereira (2018) apresentou a pobreza, desemprego, baixa escolaridade, exclusão social como factores possíveis responsáveis pela adesão dos jovens ao grupo terroristas.

Aquilo que parecia uma simples manifestação de um grupo de cidadão transformou-se num conflito armado violento que, em pouco tempo, se alastrou por toda a parte norte da província de Cabo Delgado. Hoje, passados cinco anos, os factores da eclosão do radicalismo islâmico continuam por explicar. Pois, desde a eclosão do conflito a província de Cabo Delgado assiste transformações sócio-economicos e políticos consideráveis.

CONTEXTO MIDIÁTICO MOÇAMBICANO NA COBERTURA DO CONFLITO

Desde a eclosão do conflito militar em Cabo Delgado a comunicação social experiência um ambiente de extrema hostilidade caracterizado por ameaças, detenções, raptos e desaparecimento de jornalistas. O

acesso às zonas de conflito pelo jornalista fechou-se. A dificuldade dos órgãos na cobertura do conflito é mais problemática para alguns órgãos privados. Como resultado há ameaças claras aos profissionais que recorrem a fontes alternativas para divulgar informação.

A primeira manifestação de desconforto de actores estatais, foi feita pelo o presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia, Julião João Cumbane, que aconselhou, na sua conta pessoal do Facebook, o Estado Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), o Comando Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) e o Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) a conjugarem inteligência e ações enérgicas mesmo as extralegais contra o que chamou de “notícias’ miserabilistas que desmoralizam as Forças de Defesa e Segurança (FDS), que combatem os ataques por procuração nas regiões Norte e Centro de Moçambique” (Carta, 2022).¹

No mesmo ano, o Chefe do Estado, Filipe Nyusi, veio reforçar a preocupação em tom de crítica aos meios de comunicação social, o que foi visto pelos jornalistas e por algumas organizações de sociedade civil como segunda clara ameaça vindo de actores estatais aos jornalistas. Nessa comunicação, o Presidente da República, disse, sem relevar os nomes dos meios de comunicação social, que

Preocupa-nos, também, que nesta saga de distorção da realidade na divulgação de irrealidades, estarem a ser utilizados alguns órgãos de informação, que ao invés de pautarem pelo profissionalismo, acabam, deliberadamente ou inocentemente, agindo em vantagem dos inimigos ou dos terroristas. (Carta, 2022)

Neste contexto, o Comandante em Chefe das Forças Armadas Nyusi alertou ao exército para que esteja vigilante e pronta para agir, por forma a “não ser denegrida, deliberadamente” (Carta, 2020)³.

³ Carta de Moçambique (2020). CDD condena ameaças de silenciamento de

Muito recentemente, Egídio Vaz (2022), uma figuras próximas aos corredores do poder, acusou, no seu mural do Facebook, alguns jornalistas de estarem associados aos financiadores do terrorista. De acordo com Egídio Vaz (2022), há um “grupo de jornalistas bem identificados, associados aos financiadores, que empolam as actividades terroristas em Moçambique”. As duas mensagens de Egídio Vaz (2022), publicadas nos dias 7 e 8 de setembro de 2022, emitem uma ameaça aos jornalistas que cobrem o conflito em Cabo Delgado.

Como resultado do posicionamento, acima, assiste-se uma relação de tensão na cobertura do conflito de Cabo-Delgado que teve seu início nos finais de 2017, quando um jornalista zimbabweano foi detido. No ano seguinte, foram detidos pelos militares, em Mocímboa da Praia, o jornalista Estácio Valoi e o pesquisador da Amnistia Internacional, David Matsinhe e o seu respectivo motorista. Em princípio de 2019, dois jornalistas da Rádio Comunitária de Macomia, nomeadamente, Amade Abubakar e Germano Adriano foram detidos pelos militares. Em abril de 2020, foi raptado (até hoje se desconhece o seu paradeiro), em plena vila de Palma o jornalista da Rádio Comunitária Local, Ibrahim Mbaruco (MISA Moçambique, 2021).

MÍDIA E CONFLITOS MILITARES

Atualmente, pesquisas que buscam entender a relação entre mídia e os conflitos militares têm ganhado espaço no campo da comunicação. De acordo com Nhanale e Nhandumbo (2018), esta temática ganha mais espaço no século XX e duas perspectivas estão em pauta. A primeira consistia na produção de informação, de modo a informar ao público com verdade do que está a acontecer com

jornalistas que reportam ataques armados em Cabo Delgado. in <https://cartamz.com/index.php/crime/item/4422-cdd-condena-ameacas-de-silenciamento-de-jornalistas-que-reportam-ataques-armados-em-cabo-delgado>

objectivo de mobilizar soluções para o problema. A segunda focava na manipulação e gerando parcerias com as partes em conflito.

Há um consenso entre investigadores que a segunda perspectiva se evidencia mais nas reportagens de conflitos militares. A esse respeito, Knightley (2004, apud Nygren, Gunnar. 2016, p. 2, tradução nossa), argumenta que em tempos de conflitos militares a mídia promove uma guerra psicológica. Aponta-se como exemplo, “a mobilização da opinião mundial que a mídia desenvolveu para legitimar a guerra do Golfo em 1991-1992 com ajuda das firmas de relações públicas⁴.” Esta tese é suportada por Robinson (2004), quando argumenta que na cobertura dos conflitos militares os meios de comunicação tendem a colocar em causa alguns fundamentos jornalísticos, isto se tomado em conta que diante de um conflito, militar ou não, a narrativa jornalística deve apresentar todas as vozes em conflito. Advoga este autor que este princípio é colocado sob pressão quando se está numa situação de conflito militar, pois o jornalista se vê numa situação de ter que suportar um dos lados. Na mesma linha de pensamento Ndlovu (2016) argumenta a luz do papel que a mídia desempenhou aquando do massacre designado Gukurahundi que teve lugar no Zimbabwe em 1987. Neste massacre a Fifth Brigade lançou um terror nas comunidades falantes de Ndebele cometendo atrocidades tais como: matança, torturas, violações, pressões em massa e raptos. Segundo este autor, enquanto isto acontecia o jornal *Chronicle*, sob controle do estado, baseado em Bulawayo, propagou um discurso governamental de difamação dos “dissidentes” e, portanto, quase silenciaram sobre as atrocidades cometidas entre civis pela Fifth Brigade.

De acordo com Robinson (2004), há cinco razões que justificam o facto de jornalistas atropelarem alguns princípios consagrados no jornalismo. A primeira consiste em o jornalista confiar nas fontes governamentais na construção das notícias, pois, existe uma

⁴ do original- when it mobilized world opinion before the Gulf War in 1991-1992 with the help of public relations firms

“necessidade de fornecer um fluxo constante e rápido de notícias, combinada com o vasto aparato de relações públicas do governo e interesses poderosos. De forma mais ampla, significa que os jornalistas tendem a se tornar fortemente dependentes dos funcionários públicos ao definir e enquadrar a agenda de notícias”⁵. (Robinson, 2004, p.97, tradução nossa), o que coloca em causas não só os princípios do contraditório ou de verificação da veracidade dos factos, como, acima de tudo, a independência jornalística, defendidos por Kovach e Rosenstiel (2004). A segunda razão consiste na ideia de que durante determinada ideologia “actua como um mecanismo de controle, fornecendo aos jornalistas um modelo para entender os eventos globais, bem como fornecendo às elites políticas uma poderosa retórica para criticar como antipatriótico qualquer pessoa que questionou a política⁶. (Robinson, 2004, p.97, tradução nossa).

A terceira razão consiste na defesa ao nacionalismo e ao desejo de “apoiar nossas tropas”. De acordo com Robinson (200, p. 98, tradução nossa), este fenómeno é limitador “da reportagem crítica por meio da própria resposta patriótica dos jornalistas e editores à acção militar, bem como do desejo dos meios de comunicação de reflectir o patriotismo exibido pelo público”⁷. Na quarta razão, o autor argumenta que esta surge porque “quando o material controverso é transmitido,

⁵ Do original- The need to supply a steady and rapid flow of “important” news stories, combined with the vast public relations apparatus of government and powerful interests more broadly, means that journalists tend to become heavily reliant on public officials when defining and framing the news agenda.

⁶ Do original- acted as a control mechanism by providing journalists with a template with which to “understand” global events, as well as providing political elites with a powerful rhetorical tool with which to criticize as unpatriotic anyone who questioned US foreign policy

⁷ Do original- This phenomenon can be understood to limit critical reporting through journalists’ and editors’ own patriotic response to military action as well as the desire among media outlets to reflect the patriotism displayed by the public.

gera um grau desproporcional de indivíduos ligados a interesses poderosos, incluindo ‘spin doctor’ do governo⁸.” A última razão consiste no tamanho, propriedade e orientação para o lucro dos meios de comunicação de massa em articulação com os interesses comuns com as diferentes corporações que criam um conflito de interesses entre os princípios do jornalismo, as elites ou governo do dia. Esta razão para o contexto moçambicano ajusta-se na medida em que depois da assinatura dos acordos gerais de paz surgiram muitos jornais que para além de serem independentes do governo, também passaram a defender ideais dos partidos da oposição e buscar através das notícias lucros para suportar a produção noticiosa.

Tomando as cinco razões, acima, que norteiam o jornalismo na cobertura de conflitos militares na actualidade pode-se afirmar que este tipo de jornalismo não promove um jornalismo que busca soluções. Pois, foca na guerra, isto é, foca na vitória de uns (“nós”) contra a derrota de outros (“eles”). A este respeito, Lynch e McGoldrick (2007) falando do jornalismo de paz, argumentam que os editores em situações de guerra devem fazer escolhas do que e como relatar todo esse processo, mas objectivando criar oportunidades para a sociedade considerar e valorizar a não violência como resposta aos conflitos. Além disso, no jornalismo de paz o impacto social e a qualidade do conteúdo são mais valorizados do que o interesse económico de determinados grupos. (Salinas, 2014).

IDEOLOGIA NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Os discursos jornalísticos são crenças sociais partilhadas e não opiniões individuais. (Correia, 2009). Argumenta este autor que estas

⁸ Do original- when controversial material is aired it generates a disproportionate degree of “flak” from individuals connected with powerful interests including government “spin doctors.

não têm que ver com aspectos secundários da vida quotidiana, mas com temas relevantes para um grupo ou para a sua existência. Aponta, ainda, que as ideologias no discurso jornalístico se caracterizam pela sua função de garantir a coesão, cooperação dos membros de um grupo e do próprio grupo enquanto tal. Por outro lado, asseguram que os participantes do grupo possam agir da mesma maneira em circunstâncias similares, especialmente em situações de competição ou ameaça que possam conduzir à desintegração ou à derrota do grupo. Corroborando, Freitas (1999) argumenta que a enunciação carrega um forte carácter ideológico, tendo por trás como elementos básicos o poder e o desejo. Porém, tais intenções não são ditas explicitamente, havendo a necessidade de se buscar o sentido oculto dos enunciados de um dado discurso, que por ser polissêmico, polifónico é constituído de subentendidos e pressuposições, muitas vezes a intenção real do anunciante não está no que foi dito e sim no não dito. A esse respeito, Cyrre (2013) acredita que a secção de política dos jornais manifesta, de forma mais explícita, as formações ideológicas dos sujeitos envolvidos no espetáculo criado pela imprensa.

Para Oliveira e Magalhães (2015), o discurso jornalístico opera dentro de um quadro de regras e convenções que estruturam e orientam o enunciado a ser produzido pelo jornalista. O campo jornalístico, embora defenda ser um espaço de neutralidade baseado na sua função social de informar, revela a partir de seus discursos os embates ideológicos, as pressões sociais e os posicionamentos dos sujeitos. É dentro destes embates que Schwaab e Zamin (2014) apontam que os discursos jornalísticos funcionam como um reforço para certas práticas de união, exclusão, desigualdades e opressão. Assim, pode-se entender que a imparcialidade na actividade jornalística é problemática, principalmente na editoria de política, porque as notícias significam a partir de interesses políticos, interpretando a partir de formações discursivas e no movimento de consolidação de sentidos de uma memória dita como “oficial”. (Affonso, 2010).

BREVES NOTAS SOBRE A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO

A questão da representação é descrita como crucial no estudo da cultura. Pois a representação é o processo pelo qual os significados são produzidos e partilhados pelos membros de uma determinada comunidade. (Hall, 2016). De acordo com Stuart Hall (2016), existem três perspectivas de teorias da representação: a reflexiva, a intencional e a construtivista. No que se refere à abordagem reflexiva, esta parte da premissa de que a ideia de que o sentido está no “objecto, pessoa, ideia ou evento do mundo real, e a linguagem, nesse processo, funciona como um espelho para reflectir a verdadeira realidade. Significado como já existe no mundo” (Hall, 1997:24).

Já a teoria da representação intencional sustenta que “é o falante ou o autor que impõe seu significado único ao mundo por meio da linguagem” (Hall, 1997:25). Para Hall (2016), essas duas abordagens são inadequadas para explicar a produção de significados, pois nem as coisas em si nem os usuários individuais da linguagem podem fixar significados. Corroborando com esse entendimento, esta pesquisa enfatiza a perspectiva construtivista. Nessa abordagem, a representação é parte central do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma determinada cultura. Hall (2016) concebe a representação como um processo pelo qual os membros de uma comunidade, de um jornal, rádio, televisão, etnia, religião, etc., dentro de uma cultura, usam a linguagem para dar sentido a objectos, pessoas, eventos, etc. Nesse entendimento, esse autor enfatiza que o significado não é fixo, final ou verdadeiro, pois são os indivíduos dentro de sua cultura que significam as coisas. Com isso em mente, não há garantia de que o mesmo evento seja igualmente significativo em todas as comunidades culturais.

PROCEDIMENTOS METODOLOGIA

Os dados analisados nesta pesquisa foram seleccionados na Televisão de Moçambique (TVM) e na TV Miramar. A selecção

destes meios reside no facto destes terem uma cobertura significativa no cenário nacional e o facto de serem audiovisual permite incluir uma grande parte da população que não sabe ler nem escrever em língua portuguesa. Foram seleccionados 19 reportagens acessadas na plataforma Youtube, onde catorze reportagens foram da TVM e cinco reportagens da TV miramar. Como ilustra a tabela 1, abaixo, o critério da selecção do material a ser analisado foi na base da sua disponibilidade no youtube, razão pela qual a Miramar apresenta menos reportagens do que a TVM.

Tabela 1: títulos das reportagens publicadas pelas três televisões

TVM	Dia	TV miramar	Dia
FDS afirma que os terroristas temtêm sido seletivos nos alvos em cabo Delgado	10/08/2021	Terrorismo em Pemba: 21 pessoas sequestradas foram resgatadas em cabo Delgado	13/01/2021
Capturados em cabo delgado alguns líderes mais próximos de Bonomade Omar tido como comandante sénior	12/08/2021	Terrorismo em cabo Delgado.	17/11/2020
Terroristas degolaram 12 cidadãos estrangeiros no hotel Amarula em Palma.	dia 08/04/2021	Terrorismo em cabo Delgado	24/01/2022
Terroristas cada Terroristas cada vez mais confinados nas matas e alguns estão em fuga em cabo Delgado	21/08/2021	População de Ancuabe em fuga de paz	08/06/2022
FADM desbloqueiam estrada Macomia-Awasse, em cabo Delgado. NoticiaNotícia	17/08/2021	Nyusi interage com deslocados em Niassa	21.01.2022
Fuzileiros navais moçambicanos contam como foi o ambiente no Porto de Mocimboa da praia			10/08/2021

Distrito de Macomia em cabo Delgado: Sara Adamo viu terroristas a esartejarem os irmãos	28/02/2021
Capturados 2 menores terroristas no interior do distrito de Macomia	28/12/2021
Força de defesa e segurança libertam dos terroristas o posto administrativo Pundanhar em Palma, cabo Delgado	20/02/2022
FDS abatem 7 terroristas e consolidam a ocupação da base de comunicação do grupo All sunna wa jamma'h	20/02/2022
Terroristas davam de beber sangue humano as crianças, diz rapariga vítima do terrorismo.	20/10/2021
23 terroristas mortos em cabo Delgado: FADM e SAMIM relatam 3 óbitos e 6 soldados feridos	23/12/2021
Histórias de terror Mocimboa da praia	28/02/2021
Em palma: Militares determinados em Aniquilar os terroristas, apesar de poucos	05/04/2021
Tvm testemunhou corpos de terroristas espalhados pela vila em palma, cabo Delgado	05/04/2021

Fonte: elaborado pelos autores de acordo com as reportagens seleccionadas

No que concerne a análise dos dados, em primeiro lugar, seleccionamos as reportagens que abordam a situação militar de Cabo Delgado. Feita a selecção transcrevemos em verbatim as reportagens. Nesta transcrição, aproximadamente, 27 páginas foram analisadas recorrendo a análise de discurso. O emprego da Análise do Discurso (AD) para o presente artigo justifica-se pela necessidade de apontar as estratégias de construção do discurso noticioso usado pelas televisões em estudos e para identificar as marcas ideológicas presentes na construção do discurso informativo sobre o conflito político-militar entre o governo e a Renamo. Assim sendo, socorremo-nos da abordagem de Soares (2009), que segundo este a análise do discurso informativo pode assentar nos seguintes aspectos:

- **Semânticos**-principais percursos semânticos intradiscursivos; principais estratégias de persuasão: selecção lexical e selecção de personagens/ Fontes, relação entre explícitos e implícitos

e silenciamento; e principais oposições discursivas (Soares, 2009).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Para análise dos dados expostos na metodologia elencou-se em três categorias semânticas e discursivas empregues pelas três televisões na representação do conflito político-militar em Cabo Delgado, Moçambique, a saber: principais percursos semânticos, principais estratégias de persuasão e principais oposições discursivas.

PRINCIPAIS PERCURSOS SEMÂNTICOS

Nesta categoria apresenta-se os aspectos intradiscursivos que dizem respeito ao conjunto de termos usados pelas três televisões para caracterizar a situação e os envolvidos na ação, como mostramos a partir da tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Percursos semânticos

Percursos Semânticos	
TVM	TV Miramar
Terroristas	Terroristas
Destruição	Insurgentes
Saqueamento	Raptadas
Insurgentes	Invadida
Dramático	Tratamentos cruéis
Horrores	Brutalidade
Inimigo	Ataque bárbaro

Maldosos	
----------	--

Fonte: Autores baseados nos percursos semânticos encontrados

As duas televisões apresentam perspectivas semelhantes sobre o mesmo acontecimento. Essa semelhança é ilustrada através da forma como os “outros” são adjectivados: insurgentes; terroristas, brutais, etc. Assim adjectivados, remete-nos à terceira e quarta razão apontada por Robinson (2004), no qual em tempo de conflitos os órgãos de comunicação tendem a defender ou “apoiar nossas tropas”. Mas, também, se conteúdo crítico ou controverso for disseminado gera um grau desproporcional para o governo de dia o que pode resultar em o órgão ou o jornalista ser considerado como antipatriota. Assim agindo, a mídia foca na guerra e não na paz como coloca, pois, focar na paz exige que os editores em situação de guerra devem disseminar conteúdo que visa criar oportunidade, onde a sociedade valorize a não violência. (Lynch e MCgoldrick, 2007).

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE PERSUASÃO

No que concerne às estratégias de presunção podem-se verificar preferências e tendências na selecção das autoridades militares e governamentais para falarem sobre o que está a acontecer em Cabo Delgado. Muitas vezes, o jornalista não tem alternativa de selecção de fontes de informação sobre o conflito entre os terroristas e as forças governamentais. São as autoridades que definem quando e o que o jornalista deve publicar e como publicar. A independência jornalística como princípio defendido por Kovach e Rosenstiel é colocada de lado. A credibilidade ficava a cargo dessas fontes consultadas como ilustram as reportagens da TVM do dia 10/08/2021, onde o oficial das Forças de defesa e Segurança de Moçambique fala dos terroristas serem selectivos nos alvos em cabo Delgado. Noutra reportagem do dia 12/08/2021,

o oficial fala da captura, em Cabo Delgado, de alguns líderes mais próximos de Bonomade Omar tido como comandante sênior.

A população como fontes aparece de forma tímida nas reportagens da TVM como ilustra a reportagem do dia 28/02/2021 em que o repórter dá o seguinte título: “Distrito de Macomia em cabo Delgado: Sara Adamo viu terroristas a esquartejarem os irmãos”. Por seu turno, os trabalhos da Tv Miramar se baseiam mais na população como fontes como ilustram as reportagens do dia 13/01/2021, do dia 17/11/2020 e do dia 08/06/2022, em os títulos: “Terrorismo em Pemba: 21 pessoas sequestradas foram resgatadas em cabo Delgado”; “terrorismo em Cabo Delgado”; “População de Ancuabe em fuga de paz”, Respectivamente.

O facto da TVM optar como fontes as autoridades oficiais do exército pode ilustrar uma clara exclusão das outras partes o que pode levar à conclusão de que, por um lado, a TVM não se preocupa com o contraditório, elemento basilar do Jornalismo, por outro lado, não se preocupava em cruzar as fontes trazendo apenas uma fonte. Ou seja, as vítimas não são dadas oportunidades para se expressarem ou contar a versão dos factos do que viveram ou vivem. Assim agindo, pode-se afirmar que há uma intenção de persuadir o leitor a seguir o discurso do governo e culpabilizar os insurgentes de todos os males que acontecem em Cabo Delgado. Ao isolar a população afasta a possibilidade de esta denunciar situações de abusos de autoridades militares estaduais. A questão de se seleccionar as fontes oficiais é descrita por Robinson (2004) como uma das primeiras razões que caracterizam o jornalismo de guerra, o que deixa de lado os critérios de noticiabilidade, construindo heróis e vilões. Este tipo de jornalismo é criticado por essa possibilidade de estimular os conflitos. Deste modo, Galtung (2003) afirma que um jornalismo responsável e imparcial é necessário na cobertura de conflitos militares, isto é, aquele que apresenta a situação crítica do conflito, informa a audiência as causas do conflito e as soluções possíveis. Na análise feita às reportagens das duas televisões, não são relatadas as causas do conflito o que não ajuda na sua solução.

No que concerne a Miramar, embora dê oportunidade para a população falar observa-se que selecciona fontes que confirmam

a narrativa hegemónica ou governamental. Isto pode resultar das intimidações sugeridas por alguns membros do governo e do partido ou necessidade de apoiar as tropas governamentais como Robinson (2001) argumenta. Estudo do MISA Moçambique (2021) confirma a existência de actos intimidatório aos jornalistas, o que leva a crer que esses actos também se estendem para as comunidades. Aliás, jornalistas entrevistados afirmam que em Cabo Delgado é muito difícil conseguir fontes para falar sobre o conflito, incluindo os refugiados. Há um forte controlo sobre os movimentos quer dos jornalistas como dos cidadãos.

SELECÇÃO LEXICAL

Nesta categoria foram analisadas as estratégias usadas para sedução do leitor através do emprego de termos dramáticos e vocábulos exagerados. Em relação ao léxico, na TVM é comum o uso de vocábulos dramáticos, exagerados, como: “Há coisas estranhas aqui na vila de Mocimboa da Praia onde encontrámos cenário de total destruição, mas, há casas, residências ainda intactas”, reportagem do dia 10/08/2021; “Terroristas degolaram 12 cidadãos estrangeiros no hotel Amarula em Palma”, reportagem do dia 08/04/2021; “Vamos ao cenário de devastação nesta torre de controle de aeroporto da vila de Mocimboa da Praia”, reportagem do dia 10/08/2021; “É desumano, violência brutal aquilo que está acontecer aqui em Cabo Delgado, é simplesmente terrível” reportagem do dia 28/02/2021.

Por sua vez, a TV Miramar publicou no dia 17/11/2020 “No mês de outubro a aldeia de Manica, posto administrativo de Mocoche, em Macomia foi invadida por terroristas”; “depois de me capturarem o chefe do grupo perguntou a outros membros se alguém tinha faca para decapitarem-me.”

Os resultados da pesquisa mostram que os vocabulários dramáticos foram usados com a intenção de seduzir o leitor como mecanismo de legitimar a narrativa hegemónica.

SILENCIAMENTO

O silenciamento como estratégia persuasiva consiste na selecção de personagens oficiais. Todavia, mesmo a Tv Miramar que traz a população como fonte de informação, estas pessoas são seleccionadas de modo que enriqueçam a narrativa hegemónica ou governamental. No seu percurso semântico as televisões adoptam o governo como mocinho e os insurgentes como vilões ignorando as diferentes visões que apontam as origens deste conflito conforme referimos anteriormente.

OPOSIÇÕES DISCURSIVAS

As oposições discursivas como categoria de análise dizem respeito à forma como a realidade é construída em cada televisão, ou seja, objetiva-se compreender se os discursos publicados por estes órgãos se opõem ou encontram-se, completam-se ou distanciam-se. A este respeito, Soares (2009) afirma que não há discurso que não se relacione com outros e mesmo que um discurso defenda determinada ideologia, traz em si fragmentos de outros discursos, seja a favor dela, seja contra.

Nos discursos da TVM e Tv Miramar pode-se ver uma tomada de posição. Todas as televisões apontavam os méritos do Governo de forma positiva. Elas o fazem influenciados pelas posições governamentais e pelo medo de serem considerados colaboradores de terroristas, de estar a fazer trabalhos para os terroristas, de serem antipatriotas. As ameaças, as agressões, as detenções e os raptos e desaparecimentos de jornalistas criam, no seio dos profissionais da comunicação social, um ambiente de elevada volatilidade e exposição a ataques, gerando medo e fazendo com que evitem fontes inconvenientes que os possam colocar sob o risco. (Robinson, 2001).

O mesmo medo é partilhado pelas fontes que acompanham o que acontece aos jornalistas. Tudo isso concorre para que a informação divulgada seja de romantismo ao Estado.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

As 19 reportagens disseminadas via youtube pela TVM e Tv Miramar sobre a representação do conflito-militar em Cabo Delgado foram analisadas recorrendo aos aspectos semânticos, onde foi possível observar que as duas televisões têm a mesma perspectiva. Em termos de personagens ou fontes, a TVM apresenta como fonte principal as autoridades militares e governamentais e de forma tímida as populações. A Tv Miramar, embora tenha como fonte as autoridades militares e governamentais. Mas apresenta também as populações como fontes justamente para legitimar a posição oficial. No que tange ao silenciamento, é explícito que os dois órgãos ignoram as fontes alternativas como especialistas em estudos de terrorismo, académicos, militares especialistas já na reserva, autoridades tradicionais. Nas oposições discursivas, as duas televisões convergem na forma de abordar o assunto, onde todas adoptam uma posição pró-governamental ou governista.

Um olhar mais atento às dinâmicas desses confrontos militares, traduz-nos a ideia de que, estes meios não estiveram ao serviço de um jornalismo de paz, pois a preocupação é apresentar os envolvidos um como heróis e outro como inimigo ou um a vencer e outro a ser derrotado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Alessandra Vieira. Produção de Sentidos no Jornalismo sobre as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora). Jornadas de Estudo da língua, 2010

HABIBE, Saíde, FORQUILHA, Salvador e PEREIRA, João. Radicalização Islâmica no norte de Moçambique: O caso de Mocímboa da Praia. Maputo: Cadernos de IESE: IESE. 2019.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Editora PUC-Rio. Brasil. 2016

HALL, Stuart. The work of representation. In Hall, S. (ed.). *Representation: Cultural representations and signifying practices*. London: Sage. 13-76. 1997.

GALTUNG, J. Peace journalism. *Media Asia*. 2003. 30(3), 177-18.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os Elementos do Jornalismo. O que os profissionais devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora. 2001.

NHANALE, Ernesto e NHANTUMBO, Armando. *Os media e o conflito político-militar em Moçambique: a orientação para paz e o conflito nos jornais Savana e Domingo*. Comunicação & Sociedade. CEC. 2018.

NYGREN, et al. *Journalism in the Crossfire*. *Journalism Studies*. disponível em [file:///C:/Users/USU% C3% 81RIO/Desktop/JOURNALISM% 20 CROSSFIRE.pdf](file:///C:/Users/USU%20C3%2081RIO/Desktop/JOURNALISM%20CROSSFIRE.pdf) acessado em 19 de maio de 2022.

OLIVEIRA, Joelma. O discurso jornalístico e a produção de sentidos: vá criança e o adolescente na mídia impressa. *Revista eletrônica Temática*, Novembro, 2009.

OLIVEIRA, Pedro Júlio Santos de, MAGALHÃES, Francisco Laerte Juvêncio. *Ethos e embates ideológicos no discurso jornalístico: uma análise crítica da reportagem do Fantástico sobre o uso do Santo Daime por presos em Rondônia*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, 2015;

OSORIO, Conceição e SILVA, Teresa Cruz e. *Silenciando a discriminação: Conflitos entre fontes de poder e os direitos Humanos das mulheres em Pemba*. WLSA-Moçambique, Maputo: 2018

ROBINSON, Piers. *Researching US Media-State Relations and Twenty-First Century Wars.* In *Reporting War. Journalism in Wartime*, edited by S. Allan, and B. Zelizer, 96–112. London and New York: Routledge. 2004.

SOARES, Maria Juliana Horta. Linguagem e ideologia no discurso jornalístico: o noticiário sobre transporte e trânsito no estado de minas (1955-1956 e 2005-2006). Uberlândia, 2009.

SCHWAAB, Reges e ZAMIN, Ângela. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. *Vozes e Dialogo*, Itajaí, 2014

VAZ, Egídio. Abaixo Xiconhoca. Maputo, 8 Setembro 2022. Facebook: <https://web.facebook.com/egidiovaz>. Acessado em 8 Setembro 2022.

VAZ, Egídio. Não fiquem inocentes em apoio ao terrorismo. Maputo, 7 Setembro 2022. Facebook: <https://web.facebook.com/egidiovaz>. Acessado em 8 Setembro 2022.

ULYSSES DO NASCIMENTO VARELA*
ADA CRISTINA MACHADO SILVEIRA**

MIDIATIZAÇÃO DE CIÊNCIA: PERSPECTIVAS SOBRE A ABORDAGEM DE CIÊNCIA NA COBERTURA TELEJORNALÍSTICA NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE

Resumo: Este artigo aborda o fenômeno da midiática de ciência a partir da comparação da cobertura telejornalística de duas realidades (Brasil e Moçambique). Parte de um problema que busca entender de que forma ocorrem as abordagens sobre assuntos de ciência, tecnologia e inovação na cobertura telejornalística do Brasil e em Moçambique. A partir do embasamento teórico destaca o processo de midiática de ciência no telejornalismo e metodologicamente perpassa pela análise de conteúdo de seis edições de dois telejornais envolvendo as queimadas na Amazônia e a cobertura do ciclone Idai em 2019. Os resultados apontam que, apesar dos cenários organizados quanto ao cumprimento das linhas editoriais adotadas, ambas realidades necessitam de melhor atenção para que a midiática de ciência alcance resultados de qualidade capazes de promover as transformações sociais.

Palavras-chave: *Comunicação, Midiática de Ciência, Telejornalismo, Brasil/Moçambique.*

Science mediaticization: *Perspectives on the approach to science in tele-*

* Doutor em Comunicação, área de concentração: Comunicação Midiática pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria

** Professora titular da UFSM, Colaboradora do Mestrado profissional em Comunicação e indústria criativa da Unipampa, Pesquisadora CNPq

journalistic coverage in Brazil and Mozambique

Summary: This article approaches the phenomenon of the mediatization of science from the comparison of telejournalistic coverage of two realities (Brazil and Mozambique). It starts from a problem that seeks to understand how approaches to science, technology and innovation issues occur in television news coverage in Brazil and Mozambique. From the theoretical basis, it highlights the process of mediatization of science in telejournalism and methodologically permeates the content analysis of six editions of two newscasts involving the fires in the Amazon and the coverage of cyclone Idai in 2019. The results indicate that, despite the organized scenarios as for the fulfillment of the adopted editorial lines, both realities need better attention so that the mediatization of science achieves quality results capable of promoting social transformations.

Keywords: *Communication, Mediatization of Science, Television journalism, Brazil/Mozambique.*

INTRODUÇÃO

As tendências do progresso tecnológico na área de comunicação indicam que ainda estamos vivendo um momento de transformações nos processos comunicativos que envolvem a sociedade. Nos dias de hoje percebemos que é intensa e diversificada a quantidade de informações que chegam às massas devido às facilidades proporcionadas pelas tecnologias da comunicação de forma que, para atingir aos usuários/consumidores instaura-se uma “guerra” por audiências na qual entre as “armas” está inserida a necessidade de reconfigurações dos produtos audiovisuais. Para compreender este cenário propomos um aprofundamento nestas questões a fim de comprovar que, no processo de midiatização de ciência, este cenário não é diferente, seja

nos meios tradicionais (rádio, jornais impressos e televisão) ou digitais (*smartphones*, *notebooks*, redes de mídias sociais etc.) nos quais os níveis de complexidade empregados determinam o sucesso da midiatização da Ciência.

Assim como o próprio conceito de midiatização se firma enquanto teoria no meio acadêmico, o progresso tecnológico dos meios de comunicação também evoluiu e aponta para a necessidade de transformações nos processos comunicativos que envolvem a sociedade, principalmente em relação aos produtos noticiosos produzidos e transmitidos pela televisão aberta. Neste cenário o processo evolutivo das tecnologias é caracterizado pela enorme quantidade de informações disponibilizadas ao público, tanto pelas mídias tradicionais quanto pelas mídias digitais, via *internet*, de modo que a quantidade de informações e a necessidade cada vez maior de se adequar ao público e ao meio escolhido surpreendem pela velocidade com que se reconfiguram.

A partir deste cenário fica evidente a importância que deve ser atribuída ao estudo das complexidades que envolvem a midiatização de ciência na atualidade em qualquer lugar do mundo. Consideramos relevante investigar os recursos necessários para que os meios tradicionais, como a televisão, continuem atuando no processo de midiatização de ciência no cenário de transformações dos meios de comunicação.

A condução da abordagem do tema do geral para o particular induz à busca de respostas ao problema de pesquisa na seguinte questão: de que forma os níveis de complexidade estão presentes na midiatização de ciência, enquanto abordagem sobre assuntos que envolvem ciência, tecnologia e inovação, na cobertura telejornalística no Brasil e em Moçambique?

Além de envolver o presente e o futuro da midiatização de ciência, este questionamento nos motiva a desenvolver uma pesquisa para atingirmos um nível de discussão crítica capaz de tencionar a percepção sobre a midiatização de ciência na programação telejornalística, o que nos remete ao enunciado da tese que originou este trabalho

quando diz que: A midiatisação de ciência, a partir da cobertura da televisão aberta, vai além da ação instrumental que engloba o jornalismo científico, principalmente quando o nível de complexidade empregado, contempla o envolvimento das características da complexidades, sendo considerada de fundamental importância ao processo comunicativo e ao desenvolvimento humano em sociedade.

Nosso objetivo é identificar a complexidade da midiatisação de ciência na atividade telejornalística produzida no Brasil e em Moçambique. Assim como compreender a dinâmica da midiatisação de ciência enquanto suporte na abordagem sobre ciência na televisão aberta, além de realizar uma análise comparativa das características que envolvem a midiatisação de ciência a partir do telejornalismo desenvolvido nos dois países.

A motivação para realização deste trabalho parte do tema 'Midiatisação de Ciência' estar inserido em uma área da comunicação em plena transformação e que necessita de estudos por, possivelmente, ser alvo de transformações significativas no futuro (Burch, 2005 e Martín-Barbero, 2009). Tal abordagem ocorre por percebermos, durante a realização de um doutorado sanduíche na Universidade Pedagógica de Maputo (UPM), em Moçambique, na África em 2018-2019, por meio do Projeto Educomunicação Intercultural para Inclusão Social em Moçambique, inserido no Programa Abdias Nascimento da CAPES/Brasil, a relevância e o impacto do telejornalismo enquanto difusor de informações sobre ciência por meio de notícias diárias em locais que, apesar de distantes geograficamente, estão ao mesmo tempo, próximos quanto a alguns aspectos culturais e envolvimento em fatos de repercussão internacional.

Sobre a eleição da abordagem do conceito de ciência, nosso posicionamento é em oposição a perspectiva elitista sobre ciência, que concebe divulgá-la somente a partir da presença de um pesquisador ou dos resultados formais de pesquisas em laboratórios, principalmente quando levada em consideração uma sociedade tão rica em biodiversidade e poderosa em natureza quanto a Amazônia e uma sociedade

tão tradicional e rica culturalmente quanto a moçambicana, o que não justifica trabalhar apenas com uma perspectiva elitista de ciência na mídia.

Metodologicamente, o artigo se enquadra enquanto uma pesquisa explorativa essencialmente qualitativa (Minayo, 2000) ideal para “preencher lacunas do conhecimento; para identificar inconsistências entre o que uma teoria prevê e o que o resultado da pesquisa registra, ou entre a teoria e o resultado de práticas resultado de diferentes pesquisas”. (Dencker, 2007: 121). Trata-se de uma pesquisa comparativa (Lakatos e Marconi, 2007), na qual utilizaremos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica ancorada em Stumpf (2010) e a análise de conteúdo baseada em Laurence Bardin (2011), Massarani et al. (2012) e Gomes (2007). Assim analisamos de forma comparativa as notícias de seis edições de dois telejornais (Jornal Nacional no Brasil, exibido pela Rede Globo de Televisão e o Jornal da Noite em Moçambique, exibido pelo grupo Soico TV/STV) exibidas nos dois países durante a cobertura dos eventos de repercussão internacional para encontrar as respostas ao nosso problema de pesquisa.

Para facilitar o desenvolvimento das análises dos telejornais e matérias sobre ciência adotamos o “protocolo de análise de conteúdo de notícias relacionadas a ciência e tecnologia veiculadas por telejornais” desenvolvido por pesquisadores da Rede Ibero-americana de Monitoramento e Capacitação em Jornalismo Científico, descrito em Massarani et al. (2012). O protocolo, que sugere uma proposta de ferramenta para análise de conteúdo a partir de notícias científicas veiculadas em telejornais, nos ajudou a traçar um encaminhamento metodológico adequado, indicando os pontos observáveis e capazes de extrair as informações necessárias para as análises comparativas.

Para tornar ainda mais precisa a análise e dar conta de alcançar os objetivos propostos adotamos o conceito de “modo de endereçamento”³ que “tem sido apropriado para ajudar a pensar como um determi-

³ O modo de endereçamento se caracteriza pela relação que o programa

nado programa se relaciona com sua audiência a partir da construção de um estilo, que o identifica e que o diferencia dos demais” (Gomes, 2007: 20), e que está vinculado à “análise fílmica”.

A partir de oito categorias analisamos aspectos como: quantidade e duração das matérias, dias da semana e blocos do telejornal em que as notícias foram veiculadas, a presença de chamada na abertura do programa, áreas de conhecimento abordadas, enquadramentos narrativos utilizados, utilização de recursos visuais, fontes e vozes citadas, gêneros dos cientistas entrevistados entre outros aspectos que ajudarão a indicar a complexidade existente na midiaticização de ciência em telejornais.

Merece o registro que este trabalho foi desenvolvido entre os anos de 2018 e 2022, enquanto o mundo inteiro foi surpreendido pela pandemia de Covid-19 que mudou a vida de todos interferindo diretamente nas atividades humanas, entre elas a educação e o desenvolvimento de pesquisas, em decorrência do isolamento social imposto pelas autoridades. Apesar deste trabalho estar vinculado diretamente a uma instituição de ensino Brasileira (UFMS) que optou por dar continuidades às suas atividades de forma remota entre os anos de 2020 a 2022, a ausência de aulas e encontros presenciais não prejudicaram o desenvolvimento da pesquisa, mas ampliariam mais ainda o nosso olhar sobre o tema pesquisado.

COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIAS E MODERNIDADE

Os constantes avanços na área de telecomunicações, a facilidade na transmissão digital de dados e as transformações e evoluções dos meios de comunicação apontam para um futuro ainda incerto quando

propõe para ou em conjunto com a sua audiência: “O conceito de ‘modo de endereçamento’ designa as específicas formas e práticas comunicativas que constituem o programa, o que teria referência dentro da crítica literária como o seu ‘tom’ ou o seu ‘estilo’” (MORLEY; BRUNSDON, 1999, p.262).

o assunto é a quantidade e a qualidade de informações disponibilizadas à sociedade diariamente por diferentes meios. Isto ocorre porque esta modernidade, além de trazer avanços, traz também novos problemas comunicacionais como as novas linguagens e fenômenos como as *Fakes News* e suas consequências, por exemplo. O fato é que estas evoluções influenciam direta e indiretamente no dia a dia de milhares de consumidores seja por meio do rádio, da televisão, do impresso ou da *Internet*.

As novas formas de comunicação via dispositivos móveis e aplicativos de redes sociais fizeram crescer a quantidade de material audiovisual de ficção, documentários, notícias e transmissões ao vivo. Este cenário nos apresenta uma nova realidade que é a intensificação da produção/disponibilização/exibição de material audiovisual nos mais variados formatos e suportes, além da diversificação da procedência, partindo das tradicionais TVs aos smartphones e do amador ao profissional.

Com base nas teorias de Jenkins sobre a Cultura da Convergência, Tellaroli (2013: 123) afirma que “a convergência tecnológica, que se materializa nas mãos dos consumidores é resultado da evolução dos meios de comunicação em plataformas cada vez mais envolventes, interativas e completas”.

Para Massarolo (2001) as vantagens criativas que a tecnologia digital oferece são enormes, pois elas possibilitam uma maior liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que permite integrar, num mesmo sistema, os procedimentos de produção em cinema, vídeo e televisão. Este é um diferencial extremamente importante, pois na atualidade é impressionante a velocidade com que as tecnologias evoluem, se transformam e se renovam ao mesmo tempo em que, sem perceber, transformam a sociedade.

Os avanços da telefonia móvel, com maior número de recursos e funcionalidades, o uso dos *tablets* ou *smartphones*, móveis, práticos e conectados às nuvens ou a conectividade digital *full time* apontam um cenário no qual é difícil prever com exatidão como, por exemplo,

a televisão e a sua programação jornalística se manterão no mercado. Assim como fez o rádio com a chegada da TV, sabemos que hoje ele se reinventa em *podcasts* ou como rádios *on line* para continuar resistindo ao tempo, sempre com adaptações.

Assim como diversas áreas a comunicação humana evolui e necessita de estudos que desvendem como foi, como está e como esta será no futuro, principalmente, com a evolução das tecnologias digitais. Nesse aspecto, pesquisadores em várias partes do mundo tentam contribuir para a ampliação do conhecimento científico em comunicação, uma área, de certa forma, carente de pesquisas, se comparada a outros campos do conhecimento humano.

MIDIATIZAÇÃO, CONCEITOS E APLICAÇÕES

A abordagem sobre midiatização por autores de referência indica que não há como chegar a uma única definição sobre midiatização enquanto um conceito unívoco, mas entendemos que a partir de um levantamento histórico pode ser possível entender a evolução deste entre os estudiosos e a partir daí perceber o papel e a importância da midiatização nas pesquisas em comunicação nos dias de hoje.

O termo midiatização se configura como um elemento das sociedades contemporâneas cujas dinâmicas se inserem na necessidade de uma reflexividade dos processos que envolvem comportamentos, atitudes e posicionamentos por parte da sociedade e por isso é ímpar entender como as abordagens e utilização do termo Midiatização tanto no século XX quanto hoje se inserem em processos.

Ferreira e Cortes (2020) destacam os conceitos do ‘norte’ onde, sob um ponto de vista da abordagem, pode ser considerada: ascendente, por se ater a construção social do midiático ou descendente, por estar relacionada aos meios e à cultura e por ver a midiatização como derivada da interação e da acomodação dos diferentes campos às lógicas dos meios.

Chamamos a primeira de ascendente porque considera a mediatização como uma derivada, e não um processo específico, fundador de um deslocamento social que se sobrepõe às propensões das construções sociais de sentido viabilizadas pelos usos sociais dos meios; a segunda hipervaloriza os meios e suas lógicas, organizados ou institucionalizados, e não problematiza o contexto em que os meios midiáticos estão também imersos em um processo que se sobrepõe a eles (Ferreira e Cortes, 2020: 46).

Vale destacar que em ambas as abordagens, por estarem relacionadas às transformações da matriz de interação o conceito de interação e reprodução é central, ou seja, o conceito de mediatização se opõe às linhagens de pesquisa baseadas em processos de produção e/ou recepção. Isto é exatamente o que se observa no Sul, especificamente, no que se refere a abordagem conceitual adotada pelo Grupo de Pesquisa Mediatização e Processos Sociais, por exemplo, no qual predomina a diversidade de pesquisas que partem das teorias da recepção e da mediação adotadas nas epistemologias sobre mediatização adotadas no Sul, cuja centralização está nos processos de produção e de circulação.

Apesar de existir certa diversidade nas abordagens e definições sobre mediatização Verón (2014) destaca que “mediatização é, linguisticamente falando, um substantivo que dá nome a um processo, as entidades consideradas como sujeitas a tal processo são, na maioria dos casos, as sociedades em si ou subsistemas particulares delas” (Verón, 2014: 14).

Como forma de encontrar um consenso sobre a conceituação do termo mediatização a partir de alguns autores veremos como cada um pensa. Verón (1997) evoluiu na busca por uma definição do termo ao afirmar que “é a partir da evolução tecnológica e da emergência de novas tecnologias, articuladas com condições e modalidades sociais de produção e de recepção que a comunicação midiática gera um pro-

cesso de midiáticação das sociedades industriais” (Verón, 1997: 14).

Bem mais direto Verón (2014) conceitua midiáticação ao afirmar que “os fenômenos midiáticos e, portanto, a midiáticação, são tão importantes quanto os sistemas psíquicos do *Homo sapiens* que, por sua vez, são uma precondição dos fenômenos midiáticos e dos sistemas sociais complexos” (Verón, 2014: 18).

Enquanto Hepp (2014: 51), por sua vez, define a midiáticação como: “conceito usado para analisar a inter-relação (de longo prazo) entre a mudança da mídia e da comunicação, por um lado, e a mudança da cultura e da sociedade, por outro, de uma maneira crítica”, Hjarvard (2012), ao analisar o trabalho de outros pesquisadores diz que “midiáticação é um conceito utilizado para caracterizar uma determinada fase ou situação do desenvolvimento global da sociedade e da cultura no qual os meios de comunicação exercem uma influência particularmente predominante em outras instituições sociais” (Hjarvard, 2012: 61).

Podemos afirmar que, apesar de o termo midiáticação estar sendo utilizado com frequência pelo mundo ainda não é possível encontrar uma única definição, pois isto depende dos aspectos de interesse e a forma de abordagem em cada pesquisa. O que podemos afirmar até aqui é que o termo midiáticação tem sido aplicado em várias partes do mundo, em diferentes contextos para caracterizar a influência que a mídia pode exercer sobre os fenômenos ligados à comunicação humana em sociedade, em especial as abordagens que envolvem comunicação, tecnologia e sociedade.

A TV ABERTA E O TELEJORNAL DE CADA DIA

Podemos afirmar que a Televisão aberta pode ser considerada hoje um veículo que, apesar dos avanços tecnológicos e a popularização da *internet*, está em pelo processo de transição, remodelação,

convergência ou adaptação, como melhor preferir. Mas, apesar disso a TV ainda é considerada um meio capaz de atingir as massas sendo responsável por levar entretenimento e informação a milhares de lares pelo mundo devido ao fato de suas ondas digitais e seu sinal aberto ter maior acessibilidade em comparação ao sinal de *internet*, por exemplo, que é pago.

É preciso que fique claro que, quando falamos de TV aberta, nos referimos as transmissões de sinais por emissoras públicas ou privadas que não cobram pelo acesso a este sinal, ou sejam um sinal que não depende de pagamento para ser acessado conforme define Scorsim (2007: 93).

Para melhor compreensão das categorias, adotaremos as seguintes definições: o modelo comercial de televisão consiste em emissoras que usufruem de concessão para exploração comercial dos canais de TV. Estatais designam as emissoras gerenciadas por entes da federação ou por entidades (na forma pública ou privada) criadas por ente da federação. Enquanto a TV pública compreende: uma emissora de televisão, cujo controle pertença de direito e de fato à sociedade civil, e não ao governo, nem às emissoras privadas.

Wolton (2012) corrobora para a nossa compreensão sobre televisão aberta enquanto um sistema produtor de sentido. O autor defende que por muitos anos, a televisão tem sido o meio de comunicação tido como referência da e para a sociedade. Um dos fatores que permitem isto é o seu consumo enquanto uma atividade “transversal”, ou seja, capaz de promover “a ligação igualitária entre os ricos e os pobres, os jovens e os mais velhos, os moradores rurais e os urbanos, os cultivados e os nem tanto. Todo mundo assiste à televisão e fala sobre o que vê”. (Wolton, 2012: 72).

O fato é que a televisão aberta tal como abordamos neste trabalho faz parte de uma das modalidades de serviço de televisão, inte-

grante do sistema de radiodifusão público ou privado, caracterizada como um serviço aberto ao público, não-privativo do Estado e ainda, bem diferente da televisão privada que corresponde àquela de titularidade dos agentes econômicos que oferecem uma programação voltada para o atendimento de sua finalidade exclusivamente lucrativa por meio de sinal fechado (pago).

Exatamente por não adotar este caráter exclusivamente voltado ao lucro uma das funções da televisão aberta, segundo Wolton (2012) é justamente oferecer ao telespectador “um pouco de tudo” durante a sua programação, do entretenimento à informação, e aí incluem-se os grandes telejornais como o jornal Nacional no Brasil e o Jornal da Noite em Moçambique, por exemplo.

Não só nestes dois casos, mas na sua grande maioria, o fato de se constituir enquanto TV aberta é um fator que permite também uma maior abrangência de públicos. A ampla abrangência nas abordagens de temas em um telejornal torna possível informar ao público, ao mesmo tempo, por exemplo, assuntos diversificados como: ciência e tecnologia, política, economia, cultura entre outros. Esta prática tem favorecido ao acesso sobre conhecimentos amplos e, de certa forma completos sobre o que ocorre em âmbito local, regional, nacional e até internacional.

A COMUNICAÇÃO COMO FATOR DE APROXIMAÇÃO ENTRE BRASIL E MOÇAMBIQUE

O desafio de falar ou desenvolver uma pesquisa que envolva aspectos comunicacionais que levem à ligação entre países do Sul Global perpassa, obrigatoriamente, pela história destes países, mas, principalmente, pelo aspecto colonial em comum pelo qual passaram, enquanto colônias de Portugal, o qual influenciou diretamente no desenvolvimento dos dois territórios e sobre o que cada um representa nos dias de hoje. De imediato, a proximidade entre os dois países recai sobre a

característica colonizadora de Portugal a partir de 1498 em Moçambique e de 1500 no Brasil, assim como suas independências de Portugal a partir de 1822 no Brasil e, bem mais tarde em Moçambique no ano de 1974.

Esta revisão se enquadra nos estudos decoloniais⁴ que, apesar de seguirem uma orientação voltada à teoria e ao abstrato, procura localizar e explicitar as diferentes práticas decoloniais em relação aos fenômenos culturais, políticos, ambientais, raciais, de gênero, artísticos e pedagógicos em todo o mundo.

Os estudos decoloniais possuem como característica uma heterogeneidade tanto em relação a suas posturas quanto aos eixos de reflexão.

Estes estudos e pesquisas decoloniais propõem esclarecer a complexidade das relações entre a Modernidade (suas narrativas e ideologias) e sua exterioridade colonial. Segundo vários autores, estes estudos podem ser considerados como uma “opção” (Mignolo, 2001), uma “virada” (Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel, 2007), ou mesmo uma “inflexão” (Restrepo, 2010) nas ciências humanas da América Latina e agora em várias regiões do mundo (Lefèvre et al, 2021:1).

Conforme apontam Martins e Rosa (2021) esta abertura de pensamento é capaz de reconectar a complexidade dos saberes das pessoas do sul global, e por que não dizer das suas formas de comunicação.

⁴ Adotamos o termo “decolonial” por existir um consenso sobre esta perspectiva de estudos a partir da linha seguida por Walsh (2009, p. 15). A autora prefere utilizar o termo “decolonial”, suprimindo o “s” para distinguir o significado de descolonizar no sentido clássico. “A intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua”.

Afirmamos que os estudos que promovam o diálogo entre países do sul global, a partir da incorporação de referentes teóricos decoloniais, são uma forma de reposicionar socialmente os sujeitos e democratizar a produção de conhecimento (Martins e Rosa, 2021: 33).

Por isso entendemos que a comunicação e a imprensa dominados pelo idioma⁵ e as pretensões extrativista de Portugal sobre suas colônias no passado foram e continuam sendo determinantes para a compreensão dos períodos ou eras da comunicação e do jornalismo tanto no Brasil quanto em Moçambique.

Em Moçambique a influência da ruptura cultural portuguesa referente à comunicação aponta que “estudos sobre o jornalismo em Moçambique respeitam duas eras, (i) a colonial e (ii) a de Moçambique independente” (Langa, 2017: 68). Porém a superação imediata esperada após a “guerra da libertação”, em 1975, apesar das ideologias, se manteve sobre o regime do partido único baseado nos ideais da Frelimo⁶ (Frente de Libertação de Moçambique), de modo que o controle da nova gestão do país tinha, sob o comando de Samora Machel⁷, além do objetivo de defender os interesses da nova República independente, facilitar a propagação dos ideais do novo regime, como o objetivo de consolidar uma unidade nacional.

⁵ Brasil e Moçambique são países ligados pela mesma língua materna (Portuguesa), por processos de colonização, pela literatura, arte e imigração. Ao mesmo tempo, se constroem por bases históricas, culturais, etapas colonizatórias e trajetórias particulares.

⁶ A Frelimo, Frente de Libertação de Moçambique, foi o movimento que dirigiu a luta de libertação nacional que culminou com a independência nacional em 25 de junho de 1975. Desde então esse movimento político, se tornou um partido político, que até hoje, domina a política nacional.

⁷ Samora Machel, além de ter sido o líder da Luta de Libertação de Moçambique, sob os ideais da Frelimo, tornou-se o primeiro presidente popular do País ficando no poder entre 1975 e 1986.

Para além dos três “D” (Descolonizar, Democratizar e Desenvolver), Samora Machel define 4 pilares (informar, educar, mobilizar e organizar a população) sobre os quais a imprensa devia guiar-se. A decisão de controlar a imprensa foi alicerçada pela adesão da Frelimo à ideologia socialista (Marxismo e Leninismo). Vincou a ideia de lutar contra o capitalismo; imperialismo e construir o homem novo (Langa, 2017: 69).

De acordo com a realidade do País atualmente, apesar de um certo desenvolvimento nos últimos anos, os ideais propostos para a criação da “identidade Nacional” e do “homem novo”, ainda que perfeitos em teoria, na prática, não apresentaram uma evolução tão significativa e os avanços após a libertação de Portugal também não foram assim tão rápidos quanto se esperava. Mais uma prova de que a descolonização não é o suficiente para inserir um país em um patamar mais elevado, ao ponto de ainda hoje Moçambique estar classificado pela Unicef (2000), como um país subdesenvolvido.

Localizado no sudeste do continente africano, Moçambique é um País voltado para o oceano Índico que segundo dados do Unicef (2020), apesar de apresentar certo crescimento econômico está entre os países com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, destacando-se pelos altos índices de desigualdade social.

No campo da comunicação por meio da televisão, vale destacar que durante a libertação de Moçambique em 1975 a televisão ainda não havia sido instalada no país, vindo a ocorrer somente em 1979 quando uma empresa italiana expôs, na Feira Internacional de Maputo (FACIM), o equipamento de captação e transmissão televisiva, com as primeiras transmissões em 1979. (Miguel, 2013: 88), mas só começando suas transmissões regulares a partir de 1981 com a instalação da Televisão Experimental de Moçambique a qual, dez anos depois, se tornou a primeira TV aberta, pública e estatal do país - Televisão de Moçambique - TVM, em funcionamento até os dias de hoje.

Nessa trajetória histórica dos meios de comunicação, distinguem-se quatro etapas principais. A primeira, em que se estabeleceram jornais impressos e uma rádio nacional, que serviam aos interesses da metrópole (Portugal); a segunda, compreende a época do surgimento da imprensa de combate criada pelos moçambicanos, cuja função era contestar a presença colonial no território moçambicano; a terceira é a da imprensa no período pós-independência, usada pelo governo para a mobilização das massas. Nesse período, os órgãos de informação deviam informar, educar e mobilizar o povo para o combate à miséria, à ignorância, ao subdesenvolvimento, ao tribalismo e ao racismo; a quarta etapa constitui o período dos anos 90 até a atualidade, que é marcada pela ampliação do mercado dos meios de comunicação no âmbito nacional e pela entrada de novas emissoras privadas de televisão (Muatiacale, 2007b: 57).

De 1979 aos dias atuais a trajetória do telejornalismo moçambicano pode ser resumida em três fases. A primeira fase de 1979 a 1990, designada como fase dos documentários ideológicos vincando os ganhos da independência do país. A segunda fase, de 1991 a 2002, caracterizada pela expansão da TV, marcada pela entrada em vigor da primeira lei de imprensa no país, Lei nº 18/91 de 10 de agosto, que permitiu a abertura do mercado de mídia e impulsionou o surgimento da imprensa independente. E, finalmente, a terceira fase, de 2002 até a atualidade, a da lógica comercial, quando se estabelecem disputas por audiência e obtenção de lucro.

As características básicas dos telejornais moçambicanos não os diferem dos telejornais de emissoras de outros países, que tenham mais tempo de transmissões e maior alcance de telespectadores como o Brasil e Portugal. Em termos de estilo, possui traços característicos herdados do padrão norte-americano e europeu, sobretudo Portugal, que formou os primeiros profissionais da televisão pública moçambi-

cana.

Também é fato notável que na atualidade os telejornais moçambicanos têm se assemelhado muito aos do Brasil, principalmente, na forma de organização das notícias em blocos bem definidos e separados por comerciais. Essa característica é mais patente nos telejornais de emissoras privadas que têm parcerias com algumas emissoras brasileiras que é o caso da TV Miramar com a TV Record e; da STV com a Rede Globo de Televisão (Muatiacale, 2007a: 53).

Em termos editoriais, os telejornais moçambicanos possuem uma tendência mais descritiva e menos opinativa, não obstante o *Jornal da Noite*, objeto de estudo empírico aqui referido, apresentar-se com o mais ousado na sua abordagem temática e nos enquadramentos noticiosos.

Uma característica marcante no telejornalismo moçambicano é o oficialismo de fontes, um fenômeno já criticado na atividade jornalística alemã dos anos 1970 (Kunczik, 2002). As principais fontes de notícia são autoridades ou membros do governo. Em pequenas proporções aparecem personagens da sociedade civil e/ou outros atores sociais ou mesmo especialistas das áreas das ocorrências dos temas em destaque no telejornal.

No Brasil, alguns fatores históricos marcam a aproximação entre Brasil e Moçambique por meio da colonização portuguesa, mas a história da libertação do Brasil de Portugal, em relação à Moçambique, se difere fundamentalmente por ter ocorrido num espaço temporal de 150 anos mais cedo, pois a independência do Brasil, em 1822, se deu quando Dom Pedro I rompeu os laços com Portugal, que até então dominava a colônia assim como suas formas de expressão. Somente em 1824, com a 1ª Constituição outorgada por D. Pedro I teve fim a censura prévia, com a determinação no inciso 4º do artigo 129, o direito de todos à liberdade de expressão por meio da imprensa, “contanto que

hajem de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determina” (Mattos, 2005: 102).

Somente em 1889 ocorreria a Proclamação da República, rompendo de vez a fase imperialista do Brasil. Apesar do tempo maior da transição de colônia para uma república, o Brasil teve suas lutas e dificuldades comuns num processo de descolonização.

No campo da comunicação televisiva a transmissão de sinal de TV no Brasil aconteceu bem mais cedo, em relação a Moçambique, com uma diferença de 29 anos.

Em 1950 existiam diversos modelos de receptores. Estava, portanto, concretizado o invento que uniu o som e a imagem em movimento. O Brasil foi o quinto país do mundo a possuir emissora de televisão, depois dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Países baixos e França. A primeira emissora brasileira foi a PRF3-TV, futura Rede Tupi de São Paulo, inaugurada em setembro de 1950 (Perles, 2007: 11).

Mattos (2005: 152) reitera o crescimento da TV brasileira durante o governo de Juscelino Kubitschek entre os anos de 1956 e 1961, tanto em relação aos critérios de clientelismo político quanto à instalação do Conselho Nacional de Segurança que marcariam a concessão de canais. “Considerada um dos principais sistemas de comunicação brasileiro por décadas, a TV aberta tem no telejornal seu produto de honra ao proporcionar credibilidade à emissora e habilitá-la à partilha de poder político”. (Mattos, 2005: 152).

Além da predominância do uso da linguagem conversada, na qual prevalece o discurso do apresentador/editor chefe, e da adoção de estratégias de aproximação com o telespectador, os telejornais brasileiros buscam acompanhar as evoluções do mercado televisivo. Após 72 anos o desafio do telejornalismo brasileiro está em refletir sobre como os telejornais contribuem para o aperfeiçoamento da

democracia brasileira, tanto nos aspectos sociais, quanto políticos e econômicos. Por isso, são considerados como “a principal fonte de informação da sociedade brasileira: mais barata, mais cômoda e de fácil acesso [...] ocupando um lugar central na vida dos brasileiros” (Porcello, 2006: 13).

As formas de organização das narrativas telejornalísticas tanto no Brasil quanto em Moçambique são distintas, mas apresentam características comuns. No caso de Moçambique, com ênfase no Jornal da Noite da STV, as matérias abrem com um assunto factual e depois mostram os personagens envolvidos ou os entrevistados. “Raramente as matérias iniciam com histórias dos personagens como acontece, por exemplo, no telejornalismo brasileiro”. (Muatiacale, 2007a: 57).

A dimensão internacional e o interesse em nível global devido à influência nas mudanças climáticas do planeta e o fato de ser alvo da mídia devido às constantes queimadas na Amazônia⁸ para fins agropecuários e exploração de recursos além de outros ataques chamam a atenção do público nos telejornais.

A MIDIATIZAÇÃO DE CIÊNCIA NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE

A partir da observação e análise visual e auditiva, os dados obtidos tanto em relação às oito dimensões quanto aos enquadramentos e categorias definidos a partir dos procedimentos metodológicos foram gerados quadros de respostas e informações apresentados e interpre-

⁸ Conforme Ab'Saber (2002), adotamos o termo Amazônia enquanto o conjunto de ecossistemas formadores do Bioma amazônico que ocupa, aproximadamente, 49,29% do território brasileiro e envolve tanto a bacia hidrográfica do Rio Amazonas quanto a Floresta Amazônica, uma região do planeta rica em biodiversidade. Fazem parte da Amazonia brasileira os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.

tados a partir daqui. Mas antes apresentamos de forma breve algumas características básicas das emissoras, dos telejornais e dos eventos abordados.

A STV E O JORNAL DA NOITE

O grupo Soico Televisão (STV) está entre as três emissoras mais relevantes de abrangência nacional de Moçambique (TVM, STV e TV Miramar). A STV é uma emissora privada de Moçambique com transmissão em canal aberto para todas as províncias do País (Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa). Criada em 2002, atualmente é responsável pela transmissão de sinal 24 horas, sendo um dos canais mais assistidos em Moçambique e, juntamente com o canal STV Notícias (privado/fechado) atinge uma abrangência internacional alcançando telespectadores em Angola e Portugal. A programação do canal valoriza os programas ligados a informação e ao entretenimento.

A STV procura dar prioridade assuntos ligados a sociedade no geral e, o seu grau de programação demonstra mais liberdade que a TV Miramar e TVM, uma atrelada na igreja ou no poder político e governamental do país, ela procura ser mais aberta, embora em alguns momentos se centra em atividades do poder executivo tais como do presidente da república assim como outros membros do governo e do estado (Muchisse e Fischer, 2021: 137).

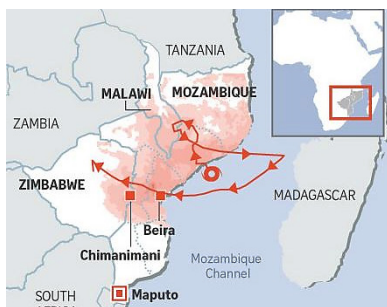
O Jornal da Noite é um programa jornalístico/informativo de formato tradicional que vai para o ar todos os dias, das 19:55 às 21:00 horas, com objetivo de difundir o resumo das principais informações do dia, tanto nacionais quanto internacionais, na área social, educação e política. Os programas televisivos analisados na íntegra, Jornal

da Noite (2019), foram extraídos do repositório da emissora no portal Sapo/STV Play e plataforma YouTube.

SOBRE O CICLONE IDAI

De acordo com Instituto Nacional de Gestão de Calamidades de Moçambique INGC (2019) o ciclone Idai, de intensidade 4 (na escala de Saffir-Simpson), ocorrido entre os dias 14 e 15 de março de 2019, atingiu uma extensa área da região central do país. O evento climático foi responsável por um dos maiores desastres naturais ocorridos em Moçambique nos últimos anos e, apesar de previsto, surpreendeu a todos pela força de destruição após a sua passagem. Conforme as figuras 01 e 02.

Figura 01 – Mapa do trajeto e região atingida pelo ciclone Idai.



Fonte: Reprodução - elaborado pela Cruz Vermelha (2019).

Figura 02 – Vista aérea da região da cidade da Beira destruída.



Fonte: Reprodução - IFRC/Red Cross Climate Centre via Reuters (2019).

Além do rastro de destruição na região central do país, em particular a cidade da Beira e regiões vizinhas, tirou a vida de pelo menos 714 pessoas devido a ocorrência dos alagamentos, desabamentos e as rajadas de ventos que ultrapassaram os 240 km/h. No total foram contabilizadas cerca de 2.855.000 pessoas diretamente afetadas.

Nos dias 15 e 16 de março de 2019, dias de maior intensidade do ciclone, a região atingida ficou totalmente isolada do mundo, sem acesso terrestre, energia elétrica, fornecimento de água potável e sem comunicação por telefones fixos ou celulares. Aos poucos as informações que chegavam confirmaram a gravidade da situação com o registro da destruição de habitações e todas as infraestruturas sociais, incluindo as vias de acesso às zonas afetadas. Conforme ressaltam (Matos e Ndapassoa, 2020: 143).

Cerca de 750 mil pessoas necessitaram de assistência humanitária urgente. O desastre destruiu 94 unidades de saúde nas províncias afetadas e na sequência, surgiram 83.138 casos de malária, associados ao surto de cólera, que resultou em 6.727 casos de morbidades.

Sobre a cobertura da catástrofe, o que se observou 24 horas após o ocorrido é que nem o País tinha o total conhecimento da dimensão da destruição, pois poucas eram as informações que circulavam na mídia impressa e as imagens nos telejornais locais só apresentaram a real situação após as abordagens feitas por emissoras internacionais e após acesso das equipes aos locais afetados, com o passar dos dias.

A TV GLOBO E O JORNAL NACIONAL

A Rede globo de Televisão é uma emissora que cobre cerca de 98,4% do território nacional, atingindo, mais de 5 mil municípios e 99,5% da população brasileira (Rede Globo, 2019). A Rede globo foi selecionada para esta pesquisa por ser a TV brasileira com abrangência nacional e maior audiência no país. Criada em 1965 na cidade do Rio de Janeiro a TV Globo está presente em todas as regiões do país incluindo os seis estados da região norte (Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará), onde se localiza a Amazônia brasileira.

A emissora possui abrangência nacional por meio de afiliadas e repetidoras que transmitem o sinal com a programação nacional, incluindo o Jornal Nacional, além da programação local voltada basicamente para a informação e o entretenimento. Para efeito de análise optamos por analisar as edições do Jornal Nacional (2019) veiculadas nacionalmente as 20h30 horas a partir da cidade do Rio de Janeiro, onde se localiza a sede da TV Globo no Brasil.

O Jornal Nacional, no ar há mais de 50 anos, foi idealizado para integrar o país por meio de informações nacionais e internacionais de interesse dos brasileiros. Vai ao ar de segunda a sábado, sendo considerado o principal programa telejornalístico da Rede Globo.

Rezende (2000, p.170) considera que o JN, como é conhecido, tem sua importância medida pela audiência que alcança desde a sua estreia. Apesar de uma relativa queda por conta da mudança na programação da emissora em 2020 durante a pandemia, segundo dados

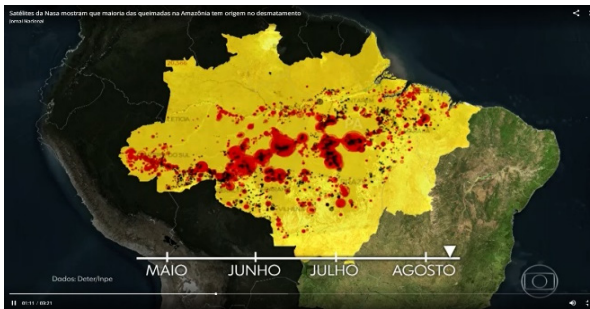
do IBOP entre 2016 e 2020 ela se manteve sintonizada por mais de 42 % dos brasileiros e com uma média anual acumulada de 27,7 pontos de audiência.

As edições do programa televisivo *Jornal Nacional* (2019) foram extraídas do repositório da emissora, estando disponíveis no repositório do jornal no portal *Globo Play* e cujos links para acesso à cada edição estão disponíveis na bibliografia.

SOBRE AS QUEIMADAS NA AMAZÔNIA

As queimadas na Amazônia se referem aos incêndios florestais ocorridos na Amazônia e que registraram um alto número de focos de incêndios no período de janeiro a outubro de 2019, cerca de 45% a mais em relação ao mesmo período de 2018, e um aumento de 84% só no mês de agosto daquele ano. Figuras 03 e 04.

Figura 03 – Registro de focos e avanço das queimadas em 2019.



Fonte: Reprodução – Montagem Rede Globo / INPE (2019).

Figura 04 – Avanço das queimadas na Amazônia 2019.



Fonte: Reprodução – Foto: Victor Moriyama -Greenpeace (2019).

Apesar de ocorrerem todos os anos os incêndios de 2019 chamaram a atenção porque representaram os maiores números desde que o Brasil começou a coletar dados por satélites em 2013, por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) chamando a atenção dos pesquisadores e da mídia nacional e internacional pelo fato de se relacionar às mudanças climáticas e ao aquecimento global, devido a emissão de dióxido de carbono na atmosfera.

Entre 1º de janeiro e 29 de agosto de 2019, o INPE detectou 45.256 focos de calor no bioma Amazônia, o maior já registrado desde 2010. Este aumento expressivo de focos, comparados há anos anteriores, ocorreu em praticamente todas as categorias fundiárias, em especial nas propriedades privadas, que cobrem 18% do bioma e concentraram 33% do total de número de focos neste ano (Alencar et al., 2019: 1).

Independente dos motivos que levaram ao aumento das queimadas, dos culpados ou ainda das políticas de governo que levaram a este cenário, os dados foram considerados tão preocupantes que o tema foi pauta na 45ª reunião de cúpula do G7 em 2019 e pautou os principais telejornais do Brasil e em vários países pelo mundo.

As coberturas destes dois acontecimentos se relacionam não somente por estarem ligados às questões ambientais, de saúde, ou da vida no planeta terra, mas também pelo fato de estarem relacionadas ao conhecimento científico acumulado, aos resultados de pesquisas e ao uso que a sociedade pode fazer deste conhecimento para evitar, reverter, preservar ou evitar danos ambientais, catástrofes, mortes e destruição.

A MUDIATIZAÇÃO DE CIÊNCIA NOS TELEJOURNAIS

A compreensão da midiática de ciência nos telejornais, veiculados no Brasil e em Moçambique, dependeu de um esforço que contou com a observação do objeto empírico conforme recomenda Morin (2006): a partir de um pensamento e um olhar complexo.

Pensando deste modo, cada telejornal não foi apenas somente assistido, descrito e analisado, mas sob um olhar complexo, desmembrado em diversas camadas de modo que cada uma destas pudesse nos trazer pistas e informações capazes de tornar possível atingir nossos objetivos para conhecer o processo da midiática de ciência.

Para efeito de melhor identificação a partir de agora nos referimos ao Jornal Nacional como: (JN) e o Jornal da Noite como: (JDN).

As seis edições, de cada telejornal (Jornal Nacional e Jornal da Noite) estão aqui representados por suas bancadas, conforme a figura 05 e a descrição no quadro 01 a seguir.

Figura 05 - Bancadas de apresentação do Jornal Nacional e Jornal da Noite



Fonte: Montagem com prints extraídos do Globo Play e Sapo/STV On line (2020).

A constituição das amostras aponta que a pesquisa é composta pelas seis edições de cada telejornal e contabilizando 10h17m de produção dos telejornais analisados.

Quadro 1 - Análise quantitativa dos telejornais analisados.

TELEJORNAL / STV - JORNAL DA NOITE						
Edição	Data 2019	Tempo	Bloc	Total de Matérias	C&T	Link de acesso:
01	15/03	55m	04	19	02	https://videos.sapo.pt/6Ena2oDHIZZzVGnK-FaH0
02	17/03	1h01m	03	16	04	https://www.youtube.com/watch?v=Cp0LjKdGbGU
03	20/03	1h22m	04	22	04	https://www.youtube.com/watch?v=dOYvx_Kh81k
04	22/03	1h07m	03	23	04	https://youtube.com/watch?v=SvcTc51d-KzA&t=585s
05	25/03	46m	03	20	03	https://videos.sapo.pt/L3g-mziZ9WIAhmDrUs3Fz
06	26/03	51m	03	22	03	https://videos.sapo.pt/1i0OouCEmZcNhcn-w3QfZ
Total	6dias	6h02m	Méd-3	122	20	
TELEJORNAL / REDE GLOBO - JORNAL NACIONAL						
Edição	Data	Duração	No. Blocos	Total de Matérias	C&T	Links de acesso:
01	15/08	42m	05	16	03	https://globoplay.globo.com/v/7846910/
02	16/08	43m	04	12	05	https://globoplay.globo.com/v/7849982/
03	20/08	46m	04	19	03	https://globoplay.globo.com/v/7858536/
04	21/08	32m	03	11	03	https://globoplay.globo.com/v/7861484/

05	24/08	44m	03	18	05	https://globoplay.globo.com/v/7869716/
06	26/08	48m	04	12	05	https://globoplay.globo.com/v/7873524/
Total	6dias	4h15m	Méd-4	88	24	

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As características gerais apontam ainda que, no total, para o período selecionado em cada veículo, foram assistidas um total de 210 reportagens, incluindo-se todos os formatos e gêneros, independente de conteúdo jornalístico abordado pelos dois programas telejornalísticos. Do montante de reportagens registradas em cada telejornal, identificamos um total de 44 (30%) notícias com abordagens sobre Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), sendo vinte e quatro (24) no JN representando 27% das notícias do veículo e vinte (20) notícias no JDN representando 16,9% do total de notícias veiculadas e sobre as quais aplicamos o desenvolvimento metodológico a partir das oito dimensões e categorias.

ASPECTOS COMPARATIVOS E SUAS REALIDADES

As comparações entre os resultados obtidos a partir das realidades sobre a complexidade empregada no processo de midiatização de ciência no Brasil e em Moçambique destacam as principais diferenças e similitudes, assim como regularidades e irregularidades encontradas a fim de contribuir para a reflexão final deste trabalho.

Na maioria dos países em desenvolvimento uma parte significativa da população não tem acesso à educação científica formal, e nestes casos as mídias tradicionais e em especial a televisão assumem um papel importante enquanto possibilidade de aproximação dos cidadãos com as informações sobre ciência e tecnologia, seja local, nacional ou internacional.

Enquanto a realidade brasileira aponta para a oferta de museus,

centros de ciência, jardins botânicos, feiras e eventos científicos e uma tentativa constante de implementar uma educação científica formal nas escolas de ensino fundamental e médio as conjunturas políticas e de desenvolvimento percebemos que em Moçambique o cenário encontra-se em desvantagem, pois o país se desdobra num esforço para alcançar um nível de interação entre ciência e sociedade mais estável. Apesar de existirem esforços neste sentido, como uma política de governo formal e ações pontuais como a feira anual de ciência, ainda é possível observar uma desvantagem em relação às ações já consolidadas no Brasil, inclusive no que se refere a intensificação da divulgação científica nos meios de comunicação.

Isso remete a um fato presenciado enquanto foram ministradas oficinas de jornalismo científico às turmas de graduação e mestrado na Universidade pedagógica em Maputo durante o doutorado sanduíche realizado naquele país.

Ao serem questionados se tinham conhecimento sobre o termo ou se já tinham tido contato com a prática do jornalismo científico a maioria manifestou que desconhecia o termo e não sabia exatamente do que se tratava.

Se compararmos as quantidades de programas jornalísticos nas TVs selecionadas para esta pesquisa (Rede Globo e STV) e nas TVs Públicas (Brasil e TVM), chama atenção a quantidade bem maior de programas voltados para a divulgação de ciência, no Brasil. Isso demonstra um amadurecimento acentuado em relação a questão desta aproximação entre ciência e sociedade, quando comparadas as duas realidades.

Apesar de serem consideradas relevantes, a abrangência e a audiência da televisão aberta, tanto no cenário brasileiro quanto no cenário moçambicano, e de ser reconhecido que a televisão aberta ainda se constitui como um dos meios com maior acessibilidade por parte da população, as realidades encontradas a partir das observações e análises apontam para a necessidade de uma maior atenção quanto à otimização do uso da TV aberta para este fim.

Em relação à midiaticização de ciência no jornalismo praticado no Brasil e no país africano, de maneira geral, chama a atenção o número reduzido de matérias que abordam assuntos ligados a CT&I em relação ao tempo total de duração dos noticiários e às quantidades de matérias produzidas diariamente nos telejornais que foram analisados em cada país.

Ficou evidente que, enquanto no Brasil, exatamente por existir uma certa “consciência” em relação ao tema a cobertura sobre ciência nos telejornais deveria ser maior ou mais bem explorada. Se no Brasil identificamos que isso não ocorre na prática, a realidade Moçambicana apresenta-se com uma desvantagem bem acentuada ainda por apresentar um número maior de matérias por edição no seu telejornal. Esta divergência pode ser justificada ou compreendida quando analisamos as características políticas, econômicas e sociais que operam naquele país.

Os formatos rígidos dos dois telejornais observados, em que pese a superioridade técnica da produção brasileira, ainda estão presos a noções fundamentadas em preceitos decorrentes de valores universais propostos por Kant (2007). Em que pese tais valores gozarem de cada vez menos prestígio, especialmente entre camadas populares, sua adoção para conformar a abordagem de ciência na mídia é irreparável.

A ausência de histórias locais na cobertura telejornalística de eventos dramáticos como o ciclone em Moçambique e até nas queimadas da Amazônia, denota a debilidade desse propósito. Apesar de se autodeclararem independentes das amarras políticas em vigor, fortemente prejudicadas nos dias de hoje pela pandemia que assola o mundo é evidente nos dois telejornais um certo direcionamento institucional na cobertura dos assuntos voltados para CT&I.

Sob o olhar complexo, os cenários se mostram organizados e apresentando certa ordem quanto ao cumprimento das linhas editoriais adotadas, mas ao mesmo tempo um nível elevado de desordem quando verificados os aspectos constitutivos da elaboração da notícia sobre ciência no telejornal.

Apesar de nos dois países haver certa ordem na estruturação dos telejornais e a preocupação de seguir os moldes do telejornalismo internacional, há também uma desordem se levado em consideração aspectos como o enfoque dado a presença do repórter ou de cientistas entrevistados ou na relevância destinada ao tema durante a cobertura e a apresentação da notícia sobre ciência nos dois telejornais. Neste caso, com uma desvantagem bastante acentuada para o Moçambique. Isto foi percebido na reportagem sobre o rastreamento do ciclone Idai, construída integralmente a partir de uma entrevista com um pesquisador sem a presença do repórter, sem imagens de apoio, sem *Offs* ou recursos gráficos.

Apesar destas percepções bem mais evidentes em Moçambique, no Brasil, por meio do Jornal Nacional, também foram detectadas uma série de fatos que apontam um certo grau de deficiência nas coberturas de CT&I de forma que o olhar a partir da complexidade revelou falhas quase imperceptíveis. Falhas que, a partir das circunstâncias políticas e estruturais das emissoras de TV e seus profissionais, poderiam ser facilmente superadas. Em ambas as realidades o aspecto relacionado à integração ou à ausência dela nas atividades jornalísticas que envolvem as oito dimensões analisadas aponta que uma ação mal desempenhada ou a falta desta, no processo de elaboração e apresentação da notícia em telejornais, vai interferir diretamente em outra parte do processo produtivo da matéria, o que resultará em uma exploração superficial do fato a ser noticiado. Sobre isso, um reposicionamento dos processos produtivos da cobertura da notícia envolvendo a CT&I e, conseqüentemente, a midiatização de ciência no telejornalismo resolveriam o problema fazendo que os temas científicos fossem mais bem incorporados ao dia a dia do telespectador.

Outro aspecto que chama a atenção quando comparamos as duas realidades é no caso de Moçambique a prática comum do repórter não se fazer presente, mesmo nas matérias no formato de reportagens, o que segundo Gomes (2007) é indicado como importante para passar credibilidade ao telespectador. O mesmo ocorre quanto a presença de

especialistas ou pesquisadores durante as reportagens e quanto a introdução de informações relevantes sobre as próprias especificidades dos temas científicos nas reportagens, como deixar claros os conceitos abordados, os benefícios ou promessas da ciência e até referências sobre quem e onde a pesquisa ou o tema científico foi ou está sendo desenvolvido.

Sobre estas realidades e o aprofundamento das causas destas ações ou falta delas, apesar de não ter sido o objetivo deste trabalho, foi possível perceber que, mesmo havendo interesse e envolvimento dos profissionais no processo produtivo das notícias e dos telejornais, falta um maior comprometimento dos veículos de comunicação com a qualidade do material (reportagens e telejornal) produzidos e disponibilizados ao telespectador. No Brasil, a partir do Jornal Nacional, o porte da Rede Globo e o reconhecido “padrão de qualidade” dos produtos jornalísticos deixam o telejornal brasileiro em melhor posição que a realidade percebida no telejornal moçambicano.

A reflexão final permite considerar que, a partir das análises, ficou comprovado que é evidente uma variação acentuada nos níveis de complexidade empregados nas duas realidades, apesar do jornal Nacional apresentar um certo grau de vantagem em relação à realidade moçambicana.

O ideal é que haja harmonia nos processos produtivos e que a qualidade no telejornalismo seja alcançada a partir de melhorias das oito dimensões das notícias que foram abordados durante as análises. Só assim será possível perceber a importância da relação especial que há entre a ciência, os meios de comunicação, a sociedade no processo de midiaticização de ciência e sua complexidade.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Os resultados desta pesquisa nos mostram que, independentemente do nível de desenvolvimento do país, a falta de informações

científicas, principalmente para a população com menos conhecimento e poder aquisitivo, pode ser fatal e que a falta de informação ou informações incompletas e até mesmo a desinformação por meio das *fake news* podem ser extremamente prejudiciais à sociedade.

Uma vez que as semelhanças entre Brasil e Moçambique vão além do idioma oficial adotado ou do passado como países que foram explorados enquanto colônias portuguesas, hoje percebemos outras similaridades, como a de duas nações que lutam atualmente para fortalecer suas agendas políticas a fim de alcançar maiores índices de desenvolvimento socioeconômico e, conseqüentemente, evoluir na aproximação entre ciência e sociedade também por meio da TV aberta e seus telejornais.

Esta pesquisa permitiu confirmar o quão importante é nos dias de hoje a relação entre o audiovisual e a divulgação científica e como esta dispõe de um espaço privilegiado: a televisão. É nela, especialmente na Tv aberta, que encontramos os telejornais enquanto um meio de aproximação entre a ciência, tecnologia e a sociedade e que, portanto, necessita ser estudado.

Os resultados alcançados enfatizam que, em vários aspectos, há uma certa defasagem em relação à forma como a atividade de midiática de ciência no telejornalismo é desenvolvida nos dois países e a partir do reconhecimento dos níveis de complexidades envolvidas é possível mudar esta realidade.

O fato dos aspectos constitutivos do processo de midiática de ciência estarem relacionado à busca, tanto pelo Brasil quanto Moçambique, por cumprirem o formato estrutural, as linhas editoriais e os padrões telejornalísticos internacionais, ainda que de certa maneira, a partir de uma perspectiva cosmopolita, apontam que tanto Moçambique quanto Brasil, apresentam um nível de desordem e falta de integração acentuado nas coberturas que envolvem assuntos sobre ciência, principalmente, por não priorizar a execução de reportagens completas e ou por deixar de envolver, de forma coesa e criteriosa, as oito dimensões analisadas.

Estes resultados chamam a atenção para o papel relevante da cobertura de CT&I nos dois países abordados nesta pesquisa. Os dois fenômenos/fatos relevantes, tanto para os públicos locais quanto internacionais, representados pelas queimadas na Amazônia e o surgimento de ciclones devastadores, ambos relacionados às mudanças climáticas do planeta Terra, são ocorrências que, devido às suas magnitudes e abrangências, não podem passar despercebidos durante as coberturas telejornalísticas e, conforme identificamos, por se tratar de mediação de ciência, necessitam atender ao mínimo de requisitos para promover de fato o acesso ao conhecimento pela sociedade como forma de integração, alerta, prevenção e lição para as futuras gerações.

Apesar dos avanços da tecnologia, da diversificação e da acessibilidade aos meios eletrônicos portáteis, ainda hoje o telejornalismo detém um papel de referência junto ao público assumindo um lugar de orientação social. Exatamente por isso entende-se que é nosso dever trabalhar para que a sociedade avance no sentido de ter acesso ao conhecimento gerado pela ciência e, principalmente, compreenda a importância desse processo para a sua vida. Trata-se de uma lição que a pandemia de Covid-19 vem mostrando a todo o planeta.

Reconhece-se que os resultados aqui apresentados estão limitados igualmente pela perspectiva rígida e disciplinar do rigor científico, reconhecido pelo protocolo de análise adotado e pela análise de conteúdo aplicada, permitindo assinalar a ausência da vida cotidiana e suas histórias locais, fruto de uma percepção exterior oriunda da percepção periférica da atividade científica e Defende-se que urge a necessidade de construção de um novo pacto entre cientistas e mídia, o qual observe, por um lado, possibilidades criativas nos limites impostos pela realidade de cada campo. Nesse contexto, é primordial discutir e produzir iniciativas de dimensões práticas e democráticas que promovam um novo ambiente comunicacional que assegure aos atores envolvidos (cientistas, divulgadores, público) um lugar de destaque no processo de construção (e apropriação) no processo de mediação de ciência.

Os apontamentos moçambicanos coincidem com um cuidado assinalado por um pesquisador brasileiro quando afirma que “o perigo de uma imagem muda é tanto maior em razão do grau de precisão e clareza da mensagem que se pretende transmitir” (Rezende, 2000: 48). Observa-se, assim, que a ênfase na oralidade talvez marque uma semelhança identitária a ser investigada também nos futuros estudos comparativos entre Brasil e Moçambique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ab’saber, Aziz (2002). Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, 16(45) (23.03.2020), de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9866>.

Alencar, Ane et al (2019). *Amazônia em Chamas - onde está o fogo*, Nota técnica nº 2. Brasília: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, (08.11.2020), de <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-onde-esta-o-fogo/>.

Bardin, Laurence (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Burch, Sally (2005). *Sociedade da informação / Sociedade do conhecimento*. In Vecam (Org) *Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação*. C&F Éditions,

Dencker, Ada. de Freitas (2007). *Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas*. 9ed. São Paulo: Futura.

Ferreira, Jairo e Cortes, Denis (2020). O duplo vínculo entre a dádiva religiosa e mediática. *Revista Animus*, 19 (40). 43-72.

Gomes, Itânia Maria (2007). Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise, *Revista e-Compós*, (10.03.2020), de <https://www.compos.com.br/e-compós>.

Hepp, Andreas (2014). *As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da midiaticização na era da “mediação de tudo”*. 8 (1). São Paulo: Matrizes.

Hjarvard, Stig (2012). *Mediatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural*. MATRIZES. Ano5 – n.2 jan./jun. São Paulo. 53-91.

Ingc – Instituto Nacional de Gestão de Calamidades. (2019). *Balanço da época chuvosa e ciclônica 2018-2019*. Maputo: INGC.

KANT, Immanuel (2007). *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70.

Kunczik, Michael. (2002). *Conceitos de jornalismo, norte e sul: manual de comunicação*. São Paulo: Edusp.

Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. 6 ed. reimpressão. São Paulo: Atlas.

Langa, Sérgio (2017). *O modelo editorial do jornal impresso em Moçambique: uma abordagem baseada no design gráfico dos diários Notícias e O país*. Maputo: Educar/UP.

Lefèvre, Sebastian. et al (2021). *Estudos decoloniais. Da teoria à prática, Chamada de trabalhos, Revue d'études décoloniales* Calenda, (08.08.2021), de <https://calenda.org/851409>.

Martins, Vera e Rosa, Rosane (2021). *Ao Sul das referências: Reflexões decoloniais*

para desierarquizar os processos de produção de conhecimento. *Comunicação Mídia Consumo*. São Paulo, 18 (51), 16-35.

Massarani, Luiza et al (2012). *Monitoramento e capacitação em jornalismo científico: a experiência de uma rede ibero-americana*. Rio de Janeiro: Museu da Vida / Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ; Ciespal. 108p.

Massarolo, João Carlos (2001). *Cinema na web*. *Revista de Cinema Sinopse*. 3 (06). 74-76.

Matos, Pedro e Ndapassoa, Anastácio (2020). *O ciclone Idai e os desafios da ajuda Humanitária em moçambique, Veredas do Direito*, Belo Horizonte, 17(38), 139-160.

Miguel, João (2013). *Economia política da televisão*. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos.

Minayo, Maria Cecília (2000). *O desafio do conhecimento: pes-*

quisa qualitativa em saúde. 7a Ed. São Paulo: Hucitec.

Morin, Edgar (2006). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 3a Ed.

Morley, David e Brunsdon, Charlotte (1999). *C. The Nationwide Television Studies*, London: Routledge.

Muatiacale, Leonilda Sanveca (2007a). *Estratégias Discursivas dos Telejornais de Moçambique: Análise crítica do Jornal Nacional e do Jornal da Noite*, em São Paulo (Dissertação de Mestrado em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

Muatiacale, Leonilda Sanveca (2007b). *O discurso dos telejornais da rede pública e privada de moçambique: Jornal Nacional e Jornal da Noite*. *Revista Estudos da Comunicação*. Curitiba: 8 (17), 219-228.

Perles, João (2007). *Comunicação: conceitos, fundamentos e história*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. (10.03.2021), de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>.

Porcello, Flávio (2006). *Mídia e poder: o que esconde o brilho luminoso da tela da TV?*. In: Vizeu, Alfredo; Mota, Célia; Porcello, Flávio. (Orgs). *Telejornalismo: A nova praça pública*. (79-84). Florianópolis: Insular.

Rede Globo. Institucional. (2021). Rio de Janeiro. (12.11.2021), de <https://redeglobo.globo.com/>.

Rezende, Guilherme Jorge (2000). *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*. São Paulo, Summus.

Scorsim, Ericson. Meister (2007). *Estatuto dos Serviços de Televisão por Radiodifusão*. (Tese de doutorado em Direito do Estado, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo), São Paulo.

Soico Televisão. (2021). *Quem somos*. Moçambique. (05.03.2021), de <http://www.stv.co.mz>.

Stumpf, Ida (2010). *Pesquisa bibliográfica*. In Duarte, Jorge e Barros, Antônio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2a ed. São Paulo: Atlas.

TVM. (2021). *Televisão de Moçambique: Programas*. Moçambi-

que, (05.07.2021), de <https://www.tvm.co.mz/>.

TV Brasil, (2021). Programação, São Paulo. (08.07.2021), de <https://tvbrasil.ebc.com.br/programacao/>.

Tellaroli. Taís. (2013). Display digitais interativos: Nova base de recepção das mídias audiovisuais. Comunicação tecnologia e Inovação. Estudos interdisciplinares de um campo em expansão, Porto Alegre: 1ª ed. Buqui.

Unicef. (2020) Ciclones Idai e Kenneth em Moçambique. (24.07.2020), de <https://www.unicef.org/mozambique/ciclone-idai-e-kenneth>.

Verón. Eliseo (1997). Esquema para el analisis de la mediatización. Diálogos de la Comunicación, Lima, n. 48, 10-17.

Verón. Eliseo (2014). Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. Matrizes, São Paulo: 8 (1), 13-19.

Walsh, Catherine (2009). Interculturalidad, estado, sociedade: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito-Equadro: Universidade Andina Simón Bolívar.

Wolton, Dominique (2012). Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina.

ELIAS GILBERTO FILIMONE DJIVE*
FRANCISCO PEDRO NGUENHA**

MEDIATIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIEN- TAL EM SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Resumo: O presente artigo busca refletir em torno do conceito de mediatização enquanto realidade contemporânea que se constitui pelas evoluções das tecnologias de comunicação e informação nas suas diversas formas de interação com a sociedade. A media como um ator no meio de vários, cria cenários que tem como resultado uma sociedade mediatizada, com reflexos nas esferas econômicas, culturais, políticas e sociais dos sujeitos. O objetivo central do presente artigo é compreender como os processos de mediatização abrem possibilidades para que sujeitos, individuais e coletivos, atuem nas ações de educação ambiental nos media digitais. Para refletir sobre este tema, foram suportes teóricos autores como Muniz Sodré, com o seu conceito de bios mediático, Stig Hjarvard (2015, 2012), António Fausto Neto (2012), Manuel Castells, com suas discussões sobre sociedade em rede, Luís Martino (2014), André Lemos(2013), entre outros. Metodologicamente, esse trabalho se baseou em pesquisas bibliográficas. Com este trabalho, constatamos que, nos media digitais, as sociedades se tornam cada vez mais mediatizadas e, porém, nem todas as sociedades são mediatizadas, ainda que as consequências desses processos possam ser mais abrangentes que pertencer ou não à sociedade mediatizada. Dois conceitos são cruciais para pensar a mediatização: o bios mediáti-

* Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil.

** Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade Autónoma de Barcelona (UAB), Espanha

co e a sociedade em rede.

Palavras-chave: *Mediatização, Sociedade mediatizada, Media digitais, Educação Ambiental.*

Abstract: This article seeks to reflect on the concept of media coverage as a contemporary reality that is constituted by the evolution of communication and information technologies in their various forms of interaction with society. The media, as an actor in the midst of several, creates scenarios that result in a mediated society, with reflections in the economic, cultural, political and social spheres of the subjects. The main objective of this article is to understand how the mediatization processes open possibilities for individuals, individuals and collectives, to act in environmental education actions in digital media. To reflect on this theme, authors such as Muniz Sodré, with his concept of media bios, Stig Hjarvard, António Fausto Neto, Manuel Castells, with his discussions on network society, Luís Martino, André Lemos, among others, were theoretical supports. Methodologically, this work was based on bibliographic research. With this work, we found that, in digital media, societies become increasingly mediated and, however, not all societies are mediated, although the consequences of these processes can be broader than whether or not belonging to the mediated society. Two concepts are crucial for thinking about mediatization: the media bios and the network society.

Keywords: *Mediatization, Mediatized society, Digital media, Environmental education.*

INTRODUÇÃO

O campo da comunicação, como uma ciência recente, se comparada com outros campos das Ciências Sociais e Humanas, tem sido permeado pelas transformações constantes e aceleradas que se operam nas tecnologias da comunicação e informação. Desses processos, também se encontra a mediação e a mediatização nas sociedades con-

temporâneas, o que gera situações indeterminadas e experiências diversas nos sujeitos. Nos espaços sociais criados pelas *media* digitais, onde se incluem as redes sociais, constituem-se públicos e audiências³ específicos com propósitos sociais diversos, desde o entretenimento, a troca de informações, o exercício de influenciar sujeitos, incluindo ações de mobilização social por causas que tornem a vida em sociedade mais estável.

Nos últimos anos, as abordagens sobre meio ambiente nesta sociedade contemporânea, através da mediatização, tem sido um dos propósitos de tornar o planeta mais habitável, assumindo-se como campo de debates entre governos e diversos movimentos sociais que lutam por essas causas sociais, valendo-se, também, das *media* digitais. No Brasil, por exemplo, dois grandes eventos se fazem presentes na memória das sociedades de todos os continentes, referimo-nos à Rio 92 e Rio + 20. Estes e outros eventos internacionais também não são alheios ao espaço acadêmico, visto que é um espaço de produção e circulação de conhecimentos científicos em benefício das sociedades e da própria ciência.

No presente trabalho, pretendemos abordar conceitos-chave desse novo cenário designado de mediatização, fazendo uma introspeção no agir moçambicano face à aplicabilidade deste conceito em contextos locais e práticos. Tais conhecimentos são a mediatização, *bios* mediático, sociedade em rede, mobilidade. No entanto, nosso propósito não é esgotar todos os vieses que permeiam discussões sobre a mediatização.

³ Pese embora diferentes autores entendam que com os novos *media* os conceitos de audiência desaparecem – como refere Lemos (2005) baseando-se no entendimento de William Gibson, nosso entendimento é o de que as audiências prevalecem, mas não mais na asserção tradicional na qual se atribuía passividade dos sujeitos na fruição de produtos midiáticos, dada a sua condição de ser consumidor e produtor, reciprocamente.

CONTORNOS DO CONCEITO DE MEDIATIZAÇÃO

Numa das palestras organizadas pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação, Informação e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Lampe-UERJ), em abril de 2017, Muniz Sodré, referiu que a mediatização é um conceito ecológico que passa para o ambiente tecnológico. A sociedade mediatizada desenha-se como um passo adiante na produção de modelos *difusionistas* tradicionais, centrados nos efeitos das mensagens dos *media* nas massas. Este incremento de tecnologias digitais afeta as representações de tempo e espaço, e influi, ecologicamente, nas experiências das institucionais de vinculação e de distribuição de informações.

O mesmo autor reforça que o sistema mediático emerge como alternativa ao sistema tradicional dos *media* nos contextos das sociabilidades e quotidianidade, em que a produção de conteúdos dos *media* estava centralizada nas instituições, e os sujeitos ocupavam a outra ponta da cadeia da produção e circulação da informação. Nesse caso, a mediatização seria não a substituição dos meios de comunicação tradicionais (massivas), mas a articulação entre os tradicionais e os novos *media*. E essa lógica de articulação corrobora as constatações de Henry Jenkins (2012), na sua obra *Cultura da Convergência*, ao afirmar que os *media* atuais não substituem os meios tradicionais, mas atualizam.

No mesmo diapasão da imbricação entre os *media* e as experiências quotidianas dos sujeitos, Hjarvard (2012: 55) vai afirmar que “A sociedade contemporânea está permeada pela *media* de tal maneira que ela não pode mais ser considerada como algo separado das instituições culturais e sociais”. E é aqui nessa indissociabilidade entre *media*, cultura e sociedade em que se contextualiza a mediatização.

Pretendendo trazer uma trajetória histórica, Hjarvard (2012) refere que este conceito foi utilizado, primeiramente, para se referir às influências da *media* na vida política. Ainda na trajetória da mediatização, Rüdiger (2015: 748) refere que “a teoria da midiatização se encontra pré-figurada em meio à área de estudos de mídia e cultura desde, pelo menos, a década de 1970”, significando isto que a sua emergência não é tão recente, mas é na contemporaneidade que o mesmo ganha proeminência com a aceleração das tecnologias de comuni-

cação que, reconhecidamente, reconfiguram o modo como os sujeitos relacionam-se com os media, nas suas diversas plataformas.

Para além da centralidade da *media* na vida política, Hjarvard (2012) traz a influência da *media* na pesquisa e nas práticas religiosas. Mas, para o mesmo autor, são autores como Thompson (1995), Schulz (2004) e Krotz (2007) que vão enxergar as relações entre a mediatização e suas consequências culturais, assim como a emergência de grandes corporações de *media* nos âmbitos nacional e internacional. Na óptica de Hjarvard, desses três autores, Krotz (2007) vai entender a mediatização como um *metaproc*esso, dado que os meios alteram as relações e o comportamento humano.

Se entendermos a mediatização como conceito e também como teoria, Hjarvard (2012, p. 60) vai afirmar que ela “está em consonância com a teoria do meio no que diz respeito à observação das diferentes formatações de cada meio de comunicação e dos impactos sobre as relações interpessoais às quais dá origem”. Nisso, uma característica importante que a mediatização traz para a sociedade é a expansão das oportunidades de interação em espaços virtuais, permitindo reformar as ações e relações entre os sujeitos.

Uma ressalva importante, no contexto da globalização, é a ideia lançada por Hjarvard (2012) segundo a qual a mediatização não é característica de todas as sociedades. E tem razão de ser essa afirmação, se tomarmos em conta que nem todas as sociedades têm acesso às tecnologias de informação. O exemplo disso são os países do Terceiro Mundo, como Moçambique, que ainda enfrentam grandes desigualdades de conectividade no seio da sua população, onde, por exemplo, de acordo com INE (2019), dos mais de 28 milhões de habitantes, somente menos de 6,5% tem acesso às tecnologias digitais de forma particular. Estes dados não conheceram um crescimento considerável de 2019 a 2021, dado que, segundo a mesma fonte, neste último ano, houve decréscimo de 28,4%⁴ de acesso à telefonia móvel, que é uma das plataformas que chega ao maior número da população para acesso à internet e seus serviços. No entanto, Hjarvard (2012) vislumbra uma

⁴ Estes dados constam do INE (2021), no Relatório de Estatística dos Transportes e Comunicações

situação progressiva de mediatização das sociedades, à medida que se materializa o avanço tecnológico e sua respectiva expansão, o que nos parece cada vez mais difícil, para o caso de Moçambique, conforme referido anteriormente.

Olhando ao cenário moçambicano de forma particular no que concerne aos contextos de mediatização podemos aferir que a mediatização, conforme atestam os autores, não cinge somente em ter acesso às tecnologias digitais, mas mais do que nunca, saber manipular-las como forma de construir relacionamentos seguros. Entretanto, a expansão das oportunidades de interação em espaços virtuais no contexto moçambicano não tem estado a reforçar as ações e relações entre sujeito, conforme nos referem os autores, mas diminuem-nas, muito em particular, não somente pela forma como se partilham os conteúdos, mas o tipo de conteúdo em si e os circuitos de comunicação criados que, aparentemente, servem à minoria dos que foram contabilizados pelo INE.

Pese embora alguns autores usem os conceitos de mediação e mediatização como indistintos, Hjarvard estabelece claras diferenças entre esses dois termos. Para o autor, “a mediatização não deve ser confundida com o conceito mais amplo de *mediação*. Mediação refere-se à comunicação através de um meio do qual a intervenção pode afetar tanto a mensagem quanto a relação entre emissor e receptor” (2012: 66). Num outro texto, o mesmo autor vai reforçar essas distinções entre mediação e mediatização:

Por mediação, habitualmente entendemos o uso de um meio para comunicação e interação. (...) O estudo da mediação debruça-se sobre o impacto da mídia em situações comunicativas específicas situadas no tempo e espaço. Por sua vez, o estudo da mediatização considera as transformações estruturais de longo prazo no papel da mídia na sociedade e na cultura contemporâneas. (HJARVARD, 2015: 53)

Mesmo depois de estabelecer essas distinções, o autor acima vai ressaltar que tais diferenças são meramente do âmbito teórico e analítico, sendo que os mesmos processos de mediação e mediatização não são distintos, dado que os processos de mediação representam a mediatização. Na mesma lógica de distinção de Hjarvard (2012), Martino refere que,

A mediação seria a conexão de um indivíduo ou uma pessoa a um determinado meio de comunicação e a realização de atividades diversas através desse meio; a mediatização seria um processo mais amplo, no qual essas atividades são reorganizadas no contexto de instituições sociais alteradas pelo, e progressivamente dependente dos, meios de comunicação (MARTINO, 2014: 238).

Acompanhando o raciocínio de Sodré quanto às mudanças que se operam no campo da *media*, Gomes (2007: 01) vai afirmar que “estamos vivendo hoje uma mudança de época, uma nova inflexão, com a criação de um bios mediático que toca profundamente o tecido social. Surge uma nova ecologia comunicacional”. Esse *bios*, no entendimento deste autor, é *bios virtual*, que faz emergir um novo modo de ser que é representado pelo conceito de mediatização. Esse *bios* configura novas formas de unificação da sociedade, que é uma espécie de retorno ao Uno. Quando este autor afirma que “a mediatização é a reconfiguração de uma ecologia comunicacional (ou um bios midiático)” (GOMES: 07), corrobora a ideia de Sodré (2017), já referida no início deste texto, segundo a qual a mediatização é um conceito ecológico que passa para o ambiente tecnológico.

Se há, até aqui, um entendimento recorrente sobre em que medida emerge a mediatização, esse entendimento encontra suas razões nas mudanças tecnológicas da comunicação. A esse entendimento, Fausto Neto (2012) vai reforçar essa constatação do que legitima processos de mediatização:

A mediatização resulta da evolução de processos mediáticos

que se instauram nas sociedades industriais, tema eleito em reflexões analíticas de autores feitas nas últimas décadas e que chamam atenção para os modos de estruturação e funcionamento dos meios nas dinâmicas sociais e simbólicas (FAUSTO NETO, 2012: 90).

É essa evolução que vai consubstanciar “efeitos de ruptura” que, no entender de Fausto Neto (2012), vão se situar nos deslocamentos da visão representacional à visão de mediatização, em que o protagonismo não reside somente nas tecnologias em si, “mas na sua conversão na forma de meios, segundo dinâmicas de operações de sentido, no âmbito das práticas sociais” (2012: 91). Com as transformações ocorridas nas tecnologias de informação, a preocupação não reside mais em reconhecer qual é a centralidade da *media*, mas em como as práticas, lógicas e esquemas de codificação são permeados pela cultura da *media*. Com a sociedade mediatizada, os *media* não se apresentam mais como auxiliaadoras, mas sim como parte do modo de ser das sociedades, nos seus processos de interação e de ação nas suas experiências cotidianas. Num contexto assim caracterizado, os sujeitos enquanto produtores e consumidores encontram-se na mesma realidade de fluxos de intercâmbio entre o conhecer e o reconhecer.

O protagonismo, em contextos moçambicanos torna complexo o processo de mediatização na medida em que o *quem*, da visão Lasswelliana, afigura-se determinante não somente na sugestão do autor (*quem*), mas mais do que isso, tem que ver, não com a posição em si, que o define como o *primery definer*, capaz de mover as massas no sentido a que pretende dar à mensagem de forma particular, excluindo-se o poder de influenciar e trazer debates que constroem, potencializando a capacidade de geração do conhecimento na mediatização.

Mesmo reconhecendo a transformação da sociedade dos meios em sociedade mediatizada, que é anterior à internet, há que estabelecer uma distinção que foge ao entendimento funcionalista que reitera a influência dos meios sobre a sociedade. Nisso, Martino (2014) afirma que,

Uma sociedade mediatizada não é uma sociedade controlada pela mídia. O processo não é de mão única, no sentido de que a mídia possa ter ‘efeitos’ sobre as pessoas ou as instituições. O conceito de mediatização não trabalha em uma perspectiva causal, como ‘o que a mídia faz com as pessoas’, mas a partir de um ponto de vista relacional, no sentido de ‘como as pessoas relacionam suas práticas cotidianas com as possibilidades abertas pelas mídias’, em um processo contínuo, sem começo nem final, que possam ser facilmente estabelecidos (MARTINO, 2014: 240).

Com maior precisão, acima, Martino especifica o uso historicamente concebido do que seria sociedade mediatizada ou informação mediatizada. Essas concepções prevalecem na atualidade, de forma equivocada, um pouco do que argumentamos ser no contexto moçambicano nos parágrafos acima, como contraponto a autores como Hjarvard, Fausto Neto (2012) e Gomes (2007) trazem de forma explícita o que seria mediatização, diferente de mediação. Nas suas palavras, Martino (2014) vai dizer que,

Aparentemente, um dos usos mais antigos - e mais radical - foi feito pelo francês filósofo Jean Baudrillard, em 1976. Na p. 83 de seu livro *A troca simbólica e a morte*, o filósofo usa a palavra ‘mediatização’ no contexto de uma discussão sobre a realidade e os meios de comunicação. Baudrillard identifica uma divisão entre o mundo que seria “real”, que se torna praticamente invisível diante do que ele denomina “informação mediatizada”, isto é, retrabalhada pelos meios de comunicação. Há uma diferença radical entre essas duas dimensões - a informação mediatizada, longe de garantir o acesso ao mundo real que ela deveria representar, torna a realidade cada vez mais opaca e difícil de ser compreendida fora desses meios. O conceito, portanto, tem conotações fortemente negativas. (MARTINO, 2014: 235-236)

Há, no excerto da citação acima, em Baudrillard, uma análise dos meios que supõe serem irrealista na medida em que, segundo o autor, buscam reflectir sobre uma realidade que se torna aparente. Portanto, o autor afirma que os meios se manifestam como se estivessem a apagar a existência real pela forma como eles dinamizam os fluxos de mensagens que denotam o mundo como um todo, tornando-se invisível. Deste modo, o *ethos* da mediatização compreende um fazer que engloba um conjunto de signos cuja significação nos remete à ideia de realidade, porém, uma realidade reconstruída pelos meios, na medida em que a realidade reconstruída encontra uma diferença mínima com a realidade observada, particularmente, porque os meios (ou a mediatização) apresentam a realidade em função do que eles assumem como tal, pois, entre os *media*, os factos podem mostrar realidades diferentes partindo do ponto de vista de sua representação na tentativa de mediatizar uma informação.

A informação mediatizada, considerada espaço vazio, na vertente de Baudrillard (1976), é o elemento pelo qual comunidades se interconectam, usando códigos que sustentam as relações ora criadas no campo mediático e mediatizado. Nos espaços mediáticos, constroem-se realidades a partir do que poderíamos considerar como “trecho”, ao que em Traquina (2001) é considerado como sendo acontecimento, que cria notícia, espelho da realidade. Consideramos “trecho” ao que Traquina (2001) e outros assumem como sendo acontecimento na medida em que a construção da notícia é feita em perspectivas subjectivas do sujeito, o que, de certa forma, torna-se em produtos da mediatização, manipulados na tentativa de construir uma realidade que visa construir conhecimento.

A mediatização, neste caso, considera os acontecimentos como gerais e universais e, a partir deles, a *media* procura dar a verdade de forma geral, construindo a ideia universal das coisas ou mesmo dos acontecimentos.

A experiência mostra que o resultado dos produtos mediatizados

é uma construção que, afirmado por Traquina (2001), trazem relatos sobre o que aconteceu. Porém, em diferentes meios de comunicação social, ao mediatizar esses acontecimentos, observa-se uma ligeira diferença sobre a forma como aquilo que antes era realidade foi transformado em produto mediático. Portanto, essa forma de comunicar torna-se infinita à medida que as necessidades sobre informação para transformar tornam-se cada vez mais em uma necessidade.

Neste contexto, Freire (2012) aponta que o *bios informacional* torna cada vez mais abundante a informação, fazendo com que as pessoas, no dizer de Bauman (2007), tornem-se líquidas. Pois, o ser líquido transforma o social das pessoas à medida que os sistemas de tecnologia, bem como a educação digital, vão se distribuindo nas células orgânicas cada vez mais pequenas. Entretanto, observa-se que as partículas mais ínfimas da sociedade moçambicana, por exemplo, não conseguem transformar esse *bios informacional* em vantagem adquirida, particularmente por questões linguístico-culturais.

Efetivamente, o conceito de mediatização confere às sociedades contemporâneas características permeadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação, o que se constitui em um ecossistema tecnológico, que se pode designar de *bios virtual* como referiu Muniz Sodré e outros autores aqui referenciados. Portanto, neste contexto, entende-se que a mediatização, na escala planetária, influencia, de certa forma, “o consumo programado pela socialização latente do mercado e da ordem tecnológica” (FREIRE, 2012: 241).

MEDIATIZAÇÃO E MEDIA DIGITAIS

Conforme buscamos explicitar, no tópico anterior sobre o conceito da mediatização, são as mudanças tecnológicas de comunicação e informação, que intensificam a mediatização da sociedade. E mais, também explanamos sobre a necessidade do entendimento de que nem todas as sociedades são mediatizadas, dadas as diferenças de aces-

so aos meios tecnológicos que os confeririam esse estatuto.

Pretendendo abordar sobre os *media* digitais ou novos *media*. Começaremos por esclarecer que, para o presente texto, empregamos indiscriminadamente as duas noções – *media* digitais e novas *media* – dado que diversos autores usam-nos, também com significados similares.

No contexto atual, “as novas mídias são consideradas como revolucionárias ou significativamente transformadoras da cultura e da sociedade, seja no nível do poder político global, ou no nível das relações humanas individuais” (HJARVARD, 2015: 51). Por isso, a *media* não é mais vista como fator externo à sociedade, mas, sim, como parte integrante e imbricada nas relações sociais que se estabelecem entre os sujeitos.

O mesmo autor, baseando-se em Finnemann, vai pontuar três recursos que são proporcionados pelos *media* digitais: a hipertextualidade, a multimodalidade e a interatividade. Eles incluem as expressões escrita, oral, textual, audiovisual, assim como os diferentes gêneros mediáticos. Isso significa que os *media* digitais incorporam e atualizam os *media* tradicionais, sem os substituir.

Com os *media* tradicionais, havia uma clara distinção entre o público e o privado, no processo comunicativo, mas com os *media* digitais essas distinções desaparecem. Uma informação postada por um dirigente de um país, nas suas contas de redes sociais – Twitter ou Facebook – tem repercussões e implicações que vão para além dos seus produtores e da sua vida privada. Claro que aqui, também, entra a questão do capital social e político que essas duas figuras ocupam na esfera social. Mas isso não se restringe a figuras públicas, podendo incluir todos os sujeitos que se utilizam dos *media* digitais.

Falando das noções de espaço e tempo, os *media* digitais dissolvem o conceito tradicional de espaço, trazendo o espaço comum – o *bios mediático* – que permite que os sujeitos estejam conectados uns com os outros na troca de informações e experiências do seu quotidiano; a localização física, como a concebemos tradicionalmente, nos

media digitais torna-se diluída. No entanto, Hjarvard (2015) não concebe o território como uma categoria que desaparece com os *media* digitais, mas é complexificada nas interações sociais, o que permite,

Aos atores, performar em diferentes palcos sociais ao mesmo tempo e, assim, alternar entre estar no palco e nos bastidores em um ou outro encontro. Além disso, as novas mídias permitem aos atores otimizar a interação social em vantagem própria, ao capacitá-los a esconder ou destacar aspectos particulares de suas performances cara-a-cara. Estas transformações territoriais se tornam componentes das propriedades situacionais que governam a interação social, inclusive o exercício do controle social (HJARVARD, 2015: 59).

Os atores são entendidos, aqui, na ótica de papéis sociais que os sujeitos ocupam nos *media* sociais em interação com outros sujeitos. As esferas públicas, na sua multiplicidade em rede, sendo de natureza comercial, política e cultural criam conexões entre instituições e sociedades, e isso torna essas instituições semi-independentes e, ao mesmo tempo, interdependentes. Diante disso, as próprias instituições passam a reconsiderar as esferas públicas geradas nos *media* digitais nas suas práticas.

Quando falamos dos *media* sociais enquanto espaço de interação social, outro fator que está presente é o de *poder*. Castells (2009: 49) vai dizer que “El poder es la capacidad relacional que permite a un actor social influir de forma asimétrica en las decisiones de otros actores sociales de modo que se favorezcan la voluntad, los intereses y los valores del actor que tiene el poder”. O mesmo autor pontua que o fator coação, enquanto elemento de persuasão de uns sobre os outros nas interações sociais, exerce-se mediante construções de significados, levando em consideração discursos através dos quais os sujeitos ou atores guiam-se ou accionam nas suas interações sociais.

O conceito de *media* digitais obriga-nos a buscar compreender o

que seria uma sociedade em rede, dado que o *bios mediático* gera comunidades virtuais que, não raras vezes, não coincidem com as comunidades do mundo “real”. Em resposta a essa questão, Castells (2009) diz que,

Una sociedad red es aquella cuya estructura social está compuesta de redes activadas por tecnologías digitales de la comunicación y la información basadas en la microelectrónica. Entiendo por estructura social aquellos acuerdos organizativos humanos en relación con la producción, el consumo, la reproducción, la experiencia y el poder expresados mediante una comunicación significativa codificada por la cultura (CASTELLS, 2009: 50-51).

Aqui está, mais uma vez, uma característica excludente deste tipo de sociedade em rede, a necessidade de uma estrutura microeletrônica para que os sujeitos participem nessas sociedades, através de tecnologias de informação e comunicação. E, claro, essa não é a única condição, visto que não basta ter acesso às tecnologias para participar na sociedade em rede. Há, também, condicionantes como habilidades de uso desses artefactos tecnológicos, o valor simbólico cultural atribuído às tecnologias digitais pelas comunidades e os custos associados a essa utilização.

Os *media* digitais propiciam diferentes tipos de interações que os *media* tradicionais não o faziam. Mas, apesar de poderem encurtar distâncias entre os sujeitos, há ações que demandam agenciamentos para além da rede. Por isso, Hjarvard (2012) pontua que,

A televisão, os telefones e a internet encurtam distâncias, mas os usuários dificilmente abandonam seus sofás ou mesas para entrar no espaço interativo. Assim, os meios de comunicação tanto conectam os participantes na interação quanto, ao mesmo tempo, criam uma distância entre o palco virtual do espaço

interativo e os respectivos contextos sociais delimitados dos participantes, dos quais eles continuam a fazer parte (HJARD, 2012: 81).

Isto significa que o fato de podermos partilhar mesmo espaço virtual, através das comunidades criadas por cada tipo de afinidades e interesses, certas delimitações espaciais não desaparecem. Não há dúvidas, também, que com os *media* digitais algumas formas de interações sociais deixaram de ser feitas, exclusivamente, no espaço físico, porque as instituições, também, *virtualizaram-se*. Exemplo dessa *virtualização* das instituições é a possibilidade de colegas da mesma instituição poderem interagir no seu dia-a-dia graças às tecnologias digitais. O mesmo se pode dizer de muitas atividades académicas que acontecem, tanto virtualmente como em presença. Isso bem o diz Fausto Neto (2012: 96), ao afirmar que “A mediatização institui um novo ‘feixe de relações’, engendradas em operações sobre as quais se desenvolvem novos processos de afetações entre as instituições e os atores sociais”.

A mobilidade informacional cria dinâmicas tensas entre o espaço público e o espaço privado, entre o próximo e o distante, entre a curiosidade e a apatia, e é nesses processos cambiantes que se produz a política, a cultura, a sociabilidade e a subjetividade. Lemos (2009) refere que,

A comunicação se estabelece nessa dinâmica do móvel e do imóvel. Comunicar é deslocar. Toda mídia libera e cria estrangimentos no espaço e no tempo. A comunicação implica movimento de informação e movimento social: saída de si no diálogo com o outro e fluxo de mensagens carregadas por diversos suportes (LEMOS, 2009: 28).

Lemos considera que, na mobilidade, há três dimensões fundamentais: o pensamento, a desterritorialização e o informacional. É aqui onde se estabelecem relações entre comunicação, espacialização

e mobilidade. Com os *media* digitais há possibilidades de consumo e de produção e distribuição de informações para além das fronteiras do mundo físico. No entanto, a cultura da mobilidade não deve ser vista como novidade ou inerente à sociedade da informação e seus aportes tecnológicos, o nomadismo é característica essencial da espécie humana. O que os dispositivos informacionais fazem é ampliar essas possibilidades de deslocamentos. Mas o fator importante que os *media* digitais proporcionam-nos, no contexto da mobilidade, é podermos expandir a nossa compreensão do mundo e de nós mesmo. Elas ampliaram o outro genérico e a relação que estabelecemos com o lugar, dada a visão expandida de outros lugares (pela experiência ou pelos *media*).

Sobre os diferentes usos de que se pode fazer com os artefactos tecnológicos da cultura digital, Lemos (2013) coloca seguintes questões de reflexão: “A internet emancipa ou é totalitária? O *Facebook* é o lugar do narcisismo e da superficialidade, ou de informações e confissões? O *Twitter* é pura emulação de pensamentos imperfeitos ou ferramenta revolucionária? Ora, eles não são nem uma nem outra coisa, podendo ser uma coisa ou outra a depender da associação em jogo. E tudo depende também do momento e do lugar” (LEMOS, 2013 24). São questões importantes para repensar nossa presença nos espaços virtuais enquanto sujeitos e atores sociais, tendo em conta diferentes problemas com os quais nos confrontamos quotidianamente, nas esferas política, social e cultural. E Martino diz algo tão importante para se pensar. Para o autor, “Uma pessoa não se torna necessariamente racista ou homofóbica na internet, mas racistas e homófobos podem se aproveitar da arquitetura das comunidades virtuais para encontrar quem compartilhe de sua visão da realidade” (MARTINO, 2014: 46). Assim sendo, há que repensar no conceito de alteridade nas sociedades mediatizadas.

MEDIATIZAÇÃO E INTERAÇÃO EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A autora, Michèle Sato (1997), baseando-se em Robbottom & Hart (1993), traz três categorias distintas sobre a educação ambiental, que se resumem no seguinte: *educação para o meio ambiente*, *educação no meio ambiente*; e educação sobre o meio ambiente. Todas estas categorias, a nosso ver, são susceptíveis de mediatização e um conjunto de práticas comunicacionais que caracterizam o momento contemporâneo. Essas três categorias de educação ambiental estão relacionadas com três linhas de pensamento filosófico, que são o positivismo, o construtivismo e o reconstrutivismo. Dependendo da visão de cada autor, pode se considerar que a educação para o meio ambiente é prioritária das três, no entanto, no nosso estender as três categorias ou linhas de pensamento filosófico sobre educação ambiental acima referidas são importantes, e devem ser encaradas de forma articulada.

A categoria de educação *sobre* o meio ambiente, alicerçada na corrente positivista, privilegia as experiências adquiridas no ambiente natural dos sujeitos, busca refletir sobre a interação do homem com a natureza (mesmo que tal educação não seja *in loco*). Na categoria educação *no* ambiente, de pensamento construtivista, privilegia-se a realidade concreta dos sujeitos nos processos de educação; o entorno dos sujeitos é matéria de aprendizagem. Na terceira categoria, *educação para o ambiente*, de alinhamento filosófico *reconstrutivista*, valoriza-se a interdisciplinaridade e a ação coletiva dos sujeitos; privilegia-se, também, a aprendizagem através de resolução de problemas. Em todas estas possibilidades de aprendizagem sobre o meio ambiente, os *media* (tradicionais e digitais) jogam papel preponderante, sobretudo se os tomarmos como um dos agentes de socialização.

A par do acima dito, fazendo uma leitura genérica de diferentes Declarações Internacionais sobre o meio ambiente, podemos observar que os *media* sempre estiveram presentes como espaço de materialização dos objetivos da redução dos impactos ambientais em vários países. Se atentarmos à Declaração do Rio 92, as tecnologias já estavam presentes:

Os Estados deverão cooperar para reforçar as capacidades próprias endógenas necessárias a um desenvolvimento sustentável, melhorando os conhecimentos científicos através do intercâmbio de informações científicas e técnicas, e aumentando o desenvolvimento, a adaptação, a difusão e a transferência de tecnologias incluindo tecnologias novas e inovadoras.

No entanto, está claro que quando se aborda a questão de “transferência de tecnologias” não se limita, apenas, às tecnologias de comunicação e informação, mas podemos aventar a hipótese de que elas também estejam incluídas neste princípio.

A Conferência Intergovernamental sobre educação ambiental, realizada em 1977, Tbilisi, Geórgia, na sua Declaração, já contemplava o uso dos meios de comunicação como promotores desse desiderato ao afirmar que “A Educação Ambiental deve atingir pessoas de todas as idades, todos os níveis e âmbitos, tanto da educação formal quanto da não-formal.” Acrescenta, ainda, que “Os meios de comunicação social têm a grande responsabilidade de colocar seus imensos recursos a serviço dessa missão educativa”. Aqui, pelo horizonte temporal da elaboração da referida Declaração, fica evidente que ainda não se falava de *media* digitais, mas sim dos *media* tradicionais, as massivas.

A Rio+20 traz a centralidade e necessidade de participação de todos os cidadãos nas questões ambientais, no seu Princípio 10 refere que,

O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo em suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção

de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre os quais o ressarcimento de danos e os recursos pertinentes.

Sem pretender esgotar o conteúdo de todas as Declarações Internacionais sobre o meio ambiente e educação ambiental, especificamente, os exemplos aqui trazidos demonstram que desde as décadas 60 e 70, dos primeiros movimentos ambientalistas, a *media* sempre esteve presente como um dos alicerces dos desideratos dessas ações de cuidado e convivência com a natureza.

Numa sociedade mediatizada em que nos encontramos, os atores sociais não são mais (somente) instituições formais em prol do meio ambiente, são, também, movimentos sociais, atores individuais, pois a sociedade em rede permite que todos e cada um estejamos envolvidos nessas *démarches*. No reforço desse reconhecimento dos movimentos sociais em rede, Manuel Castells (2009: 81) traz uma visão clara sobre a nossa contemporaneidade, dizendo que “Los conflictos de nuestra época se dirime; entre actores sociales en red que pretenden llegar a sus bases de apoyo y a sus audiencias mediante la conexión decisiva con las redes de comunicación multimedia”. Portanto, a comunicação multimídia referida pelo autor inclui os *media* digitais e suas diversas redes sociais, como espaços de interação social. O autor, também, refere-se às potencialidades que a sociedade em rede oferece para a comunicação e autocomunicação, nos seguintes termos:

La capacidad interactiva del nuevo sistema de comunicación da paso a una nueva forma de comunicación, la autocornunicación de masas, que multiplica y diversifica los puntos de entrada en el proceso de comunicación. De ahí la autonomía sin precedentes de los sujetos comunicadores para comunicarse en sentido amplio (CASTELLS, 2009: 188).

Com os *media* digitais, especificamente as redes sociais, as ações de educação ambiental ganham um novo ímpeto, dado que há maior participação e interação entre os atores sociais. Sendo assim, os movimentos sociais e as instituições direcionadas para a educação ambiental têm nas redes sociais um espaço de maior visibilidade das suas ações, no âmbito local, nacional e transnacional.

Numa sociedade em rede, os movimentos sociais “Piensan de forma local, arraigados en su sociedad, y actúan de forma global, haciendo frente al poder donde estén quienes lo ostentan, en las redes mundiales de poder y en la esfera de la comunicación”, diz Castells (2009, 542). Claro que no caso da educação ambiental não se refere a questões de poder e contrapoder, mas a lógica de atuação local e global é válida. O autor reforça suas convicções sobre as potencialidades das tecnologias nas lutas dos movimentos sociais afirmando que,

La capacidad para colgar vídeos en YouTube y otros espacios sociales de Internet, o la posibilidad de colocar links del movimiento en sitios populares como MySpace o Facebook, han ampliado los usos de la autocomunicación de masas como expresión de nuevos valores y proyectos. Los medios de comunicación alternativos están en el centro de las acciones de los movimientos sociales alternativos (CASTELLS, 2009: 448-449).

Esses espaços virtuais – *YouTube*, *MySpace*, *facebook*, *twitter* – mais do que espaços de interação entre pessoas, individualmente, servem de plataformas de retroalimentação entre instituições, movimentos sociais com outras comunidades virtuais com os quais partilhem os mesmos objetivos.

TRAÇOS DA MEDIATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MOÇAMBIQUE

Duas experiências: *Cooperativa de Educação Ambiental Repensar* e o *Movimento Lets do it Moçambique*, como organizações da sociedade civil, e a *MozBio Moçambique*, que é uma organização de conservação ambiental do Fundo Nacional do Desenvolvimento Sustentável, tutelada pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. Cada uma desta organização operacionaliza suas actividades contando com a mediatização que os media possibilitam, com particular ênfase às redes sociais. No presente estudo, focalizamos a análise das três organizações no âmbito da sua actuação no facebook, como uma das plataformas digitais mais utilizadas em Moçambique.

A Cooperativa de Educação Ambiental Repensar é uma organização não governamental que, conforme a sua designação, actua na área de educação ambiental no território moçambicano. Esta organização, além de ser reconhecida e ter parcerias no País, faz parte do conjunto de movimentos ambientalistas que actuam no mundo, como é o caso do Movimento Ambiental *Lets Do It*, que tem como foco o dia internacional. Na sua página do FB, tem mais de 12 mil seguidores, o que é relevante para as suas acções.

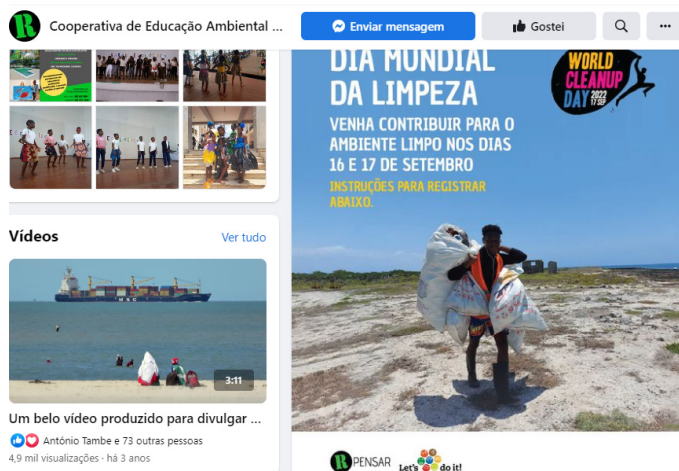
Figura 1: Acções de preparacao do dia mundial da limpeza-2022



Fonte: Página do FB da Coop. Repensar

Conforme se pode observar das imagens acima, as acções da Cooperativa Ambiental Repensar direccionam-se a diferentes idades e, com o uso dos *media* digitais (Facebook no caso), conseguem chegar a esses diversos públicos, com vista a aderirem às campanhas de sensibilização de recolha de lixo nas praias, nos bairros e em diferentes espaços onde se note haver necessidade de intervenção. Na imagem maior abaixo, é possível observar que o sujeito que carrega sacos de lixo trata-se de um voluntário e não um funcionário de um município cuja tarefa seja, estritamente, esta. O que se mediatiza, nesta imagem, a nosso ver, são as acções associadas ao dia mundial de limpeza. Com base nestas acções de mediatização, consegue-se maior número de voluntários para o propósito do dia.

Figura 2: Campanha do dia mundial de limpeza-2022



Fonte: Página do FB da Coop. Repensar

A Cooperativa Ambiental Repensar, ao se utilizar da mediatização através das redes sociais, demonstra o reconhecimento de que além das comunidades tradicionais com as quais se interage presencialmente ou através dos *media* tradicionais, há que se fazer presente e inerpelar as

comunidades virtuais que se encontram nesta rede social.

A par das ações da Cooperativa de Educação Ambiental Repensar, encontra a organização internacional *Let's Do It Moçambique* que, conforme pode-se ler na respectiva página do FB, que integram instituições, comunidades e cidadãos juntos por um Planeta e por um País (Moçambique) sem lixo. Na sua página de FB, tem cerca de 38 mil seguidores, o que está acima do que a Repensar apresenta. Igualmente, faz-se saber que trata-se de um Movimento mundial *Let's Do It World*, que tem como acção principal promover acções conducentes ao Dia Mundial da Limpeza. Importa ressaltar que o foco do movimento *Let's Do It* é o dia mundial de limpeza, logo, não se lhes pode cobrar mais do que essas acções. No entanto, eles têm feito outras acções de solidariedade, por exemplo, mas que não trouxemos ao texto, porque desviam o nosso objectivo, que é a educação ambiental.

Figura 3: Campanha do dia mundial de limpeza

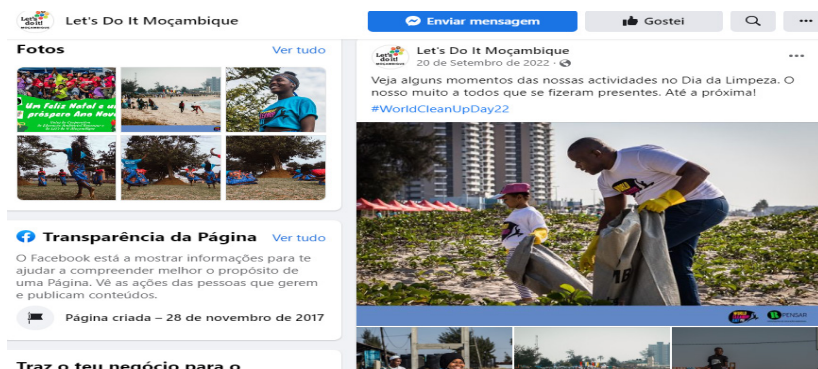


Fonte: Página do FB da *Let's Do It Moçambique*

A título de exemplo de diferentes parcerias e do impacto da mediatização das suas acções no concernente às campanhas de limpeza no respectivo dia Mundial do ano transacto (2022), segundo os dados que

constam da mesma página, nos dias 16 e 17 de Setembro, participaram cerca de 2.000.000 (dois milhões) de voluntários de diferentes faixas etárias, que abrangiam escolas, bairros, praias e comunidades. Para um País com cerca de 30 milhões de habitantes, sendo considerado um país com fracos índices de educação e, particularmente sobre educação ambiental, ter esse número de voluntários é uma ganho. Na figura abaixo, pode constatar-se as diferentes faixas etárias que participaram nas acções de limpeza de Setembro de 2022.

Figura 4: Campanhas do dia mundial de limpeza



Fonte: Página do FB da Let's Do It Moçambique

Um dos diferenciais que as acções de limpeza da *Let's Do It Moçambique* trazem é o nível de abrangência não só do ponto de vista das faixas etárias envolvidas, como temos vindo a referir, mas, também, o facto de se limitarem ao espaço da capital do país ou das praias. Se assim fosse, haveria espaço para inferir que essas acções são mais para pessoas urbanas que, hipoteticamente, supõe-se que tenham acesso à educação formal, onde há possibilidade de discussões

atinentes à educação ambiental.

A terceira e última experiência de mediatização em ações de educação ambiental, com recurso às redes sociais é a organização governamental *MozBio* que, conforme foi dito acima, trata-se de um movimento de educação ambiental que está adstrito ao Fundo Nacional do Desenvolvimento Sustentável (FNDS), do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Do conjunto de suas actividades, segundo o que consta da página (FB), trata-se de um Projecto das Áreas de Conservação para Biodiversidade e Desenvolvimento, cujo foco está virado à promoção e conservação da biodiversidade, divulgação de áreas de turismo conducente ao seu desenvolvimento. No âmbito destas ações, a *MozBio* tem mediatizado diferentes espécies animais e vegetais com a finalidade de dar ampliar o conhecimento da sociedade moçambicana, bem como na necessidade de preservação de espécies que estejam ameaças de extinção.

Figura 5: Vegetação preservada e promovida pela BioMoz

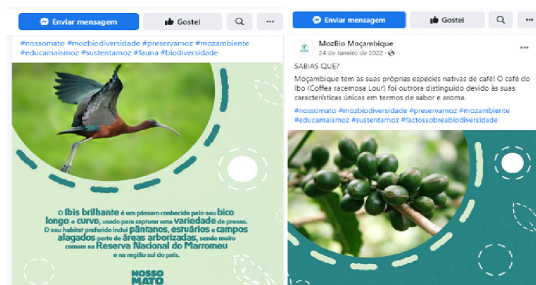


Fonte: Página do FB da MozBio Moçambique

Se tomarmos em conta que a erosão costeira constitui um dos males que afectam o país, mediatizar o potencial de que Moçambique

dispoe no referente aos mangais pode contribuir para a preservação destas espécies, assim como para as próprias zonas costeiras.

Figura 6: Espécies preservadas pela BioMoz.



Fonte: Página do FB da MozBio Moçambique

Mais de 2000 pessoas seguem esta página que, embora não esteja na dimensão de outras duas organizações acima referidas, apresenta-se como um conjunto de ações de educação ambiental que se socorrem da mediatização através das redes sociais.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

As discussões sobre mediatização e sociedade mediatizada são fundamentais no contexto em que nos encontramos da virtualização das instituições e das experiências dos sujeitos, particularmente olhando aos contextos dos países em desenvolvimento como Moçambique, onde os níveis de educação para o meio ambiente ainda estão a quem para responder ao básico e fazer com que diferentes pessoas e de diferentes idades sintam-se engajados no processo. Com a sociedade mediatizada, reforçam-se e se ressignificam as interações sociais entres os sujeitos, e os conceitos de tempo e espaço não se anulam, mas se transformam. Com tudo isto, nos estudos nas Ciências da Comunicação, ganham centralidade os conceitos de sociedade em rede e mediatização sem,

no entanto, descurar os meios de comunicação tradicionais e o seu lugar reatualizado pela convergência entre estas e as novos *media*.

No contexto da educação ambiental, a mediatização da sociedade e o consequente uso de *media* digitais, as ações de mobilização ganham visibilidades e as sinergias entre os movimentos sociais que lutam por causas ambientais se reforçam. Os conceitos de sociedade em rede e sociedade mediatizada têm muito a contribuir nas ações de educação ambiental, nas suas três dimensões: educação *para* o meio ambiente, educação *sobre* o meio ambiente, educação *no* meio ambiente.

Os três exemplos de uso da mediatização de acções de educação ambiental presente no texto, sobre o contexto moçambicano, demonstraram que há um recurso, sim, das redes sociais (facebook) que, porque é, também, um espaço onde se tecem as sociabilidades, e onde coabitam diferentes gerações, permitem desenvolver o sentido do cuidado da natureza como um bem comum. Além dos movimentos ambientalistas da sociedade civil (Cooperativa Repensar e o Let's Do It), o MozBio, enquanto entidade governamental, também reconhece as redes sociais como um espaço de comunicação com a sociedade moçambicana, e não só, sobre as diversas espécies de animais e de recursos florestais, assim como os espaços de preservação e conservação de espécies que se encontram ameaçadas.

Destes movimentos, notou-se que a MozBio, por exemplo, tem menor número de pessoas (internautas) que acompanham e aderem aos seus processos de comunicação através das redes sociais, o que desafia esta plataforma a intensificar e diversificar os conteúdos e as estratégias que são adoptadas para a materialização dos propósitos da criação desta plataforma virtual, que pretende potenciar o desenvolvimento sustentável no País. No caso de outros dois movimentos da sociedade civil, constatou-se há uma articulação entre ambas, o que permite articular as preocupações locais e globais sobre o meio ambiente.

Portanto, podemos compreender a relação entre a mediatização da educação ambiental através dos *media* sociais (FB) como processos comunicativos que se fazem presentes, em Moçambique, pese embora,

haja uma população bastante reduzido dos que têm acesso ao media digitais e, em geral, o acesso e os benefícios da internet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. (2007) *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BRAGA, J. L. (2006). Sobre “mediatização” como processo interacional de referência. *Compôs. Bauru* Unesp.

CASTELLS, M. (2009). *Comunicación y poder*. Traducción de María Hernández. Madrid: Alianza editorial.

FAUSTO NETO, A. (2012). Fragmentos de uma analítica da midiatização. *Matrizes*, São Paulo, ano 5, n. 2, jan.-jun.

FERREIRA, J. (2007). *Midiatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação*. *Compôs*, 2007. Disponível em <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/196/197>. Acessado em 30.11.2018

Freire, C. (2012). O bios virtual, o local e o papel da diversidade na educação. São Paulo-Brasil. *Revista Matrizes*. Ano 6, Nr 1.

GOMES, P. G. (2007). *O processo de midiatização da sociedade*. São Leopoldo: Unisinos.

HJARVARD, S. (2012) *Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural*. *Matrizes*. Ano 5 – No 2 jan./jun. p. 53-91.

HJARVARD, S. (2015). *Da Mediação à Midiatização: a institucionalização das novas mídias*. Tradução de Livia Silva de Souza. Parágrafo. JUL. /dez.2015 v. 2, n. 3.

INE. (2021). *Estatística dos Transportes e Comunicações*.

JENKINS, H. (2012). *Cultura da Convergência*. Trad. Susana Alexandria. 2ª ed. São Paulo: Aleph.

LEMOS, A. (2013). *A comunicação das coisas: Teoria ator-rede e*

cibercultura. São Paulo: Annablume.

LEMOS, A. (2005) *Ciber-cultura-remix*. São Paulo, Itaú Cultural.

LEMOS, A. (2009). *Cultura da mobilidade*. Revista FAMECOS, Porto Alegre. nº 40.

MARTINO, L. M. S. *Teoria das mídias digitais: Linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RÜDIGER, F. (2015). Os estudos de mídia e a problemática epistemológica da teoria da midiatização – uma nova escolástica? *Intexto*, v. 34, n. 3, p. 745-769.

SATO, M. (1997). *Educação para o Ambiente Amazônico*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos.

TRAQUINA, N. (2001). *O estudo do Jornalismo no século XX*. Brasil: Editora Unisinos.

Página do Movimento Let's Do It: <https://web.facebook.com/Lets-Do-It-Mo%C3%A7ambique-1515240705225304/>. Acesso em 16/01/2023.

Página da Cooperativa de Educação Ambiental Repensar: <https://web.facebook.com/Cooperativa-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental-Repensar-646867618780971>. Acesso em 16/01/2023.

Página da MozBio Moçambique: <https://web.facebook.com/MozBiodiversidade>. Acesso em 16/01/2023.

[Lets-Do-It-Mo%C3%A7ambique-1515240705225304/](https://web.facebook.com/Lets-Do-It-Mo%C3%A7ambique-1515240705225304/). Acesso em 16/01/2023.

Página da Cooperativa de Educação Ambiental Repensar: <https://web.facebook.com/Cooperativa-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental-Repensar-646867618780971>. Acesso em 16/01/2023.

Página da MozBio Moçambique: <https://web.facebook.com/MozBiodiversidade>. Acesso em 16/01/2023.

ISAIAS CARLOS FUEL

EXPERIÊNCIAS DO AUDIOVISUAL EM RAPALE-SEDE: Uma Reflexão Barberiana em Articulação com as Preposições de Orozco

Resumo: O presente artigo analisa os significados construídos pelo audiovisual. A pesquisa é suportada pela teoria barberiana, que destaca a análise estrutural e dinâmicas de produção, e composição textual para estudar o audiovisual, em articulação com as preposições de Orozco, que focam na análise axiológica. Os resultados mostram que o audiovisual veicula a modernidade como valor e a tradição como antivalor, isto é, a modernidade projecta valores com o respeito pela educação e pelos direitos à escolha, enquanto a tradição é descrita como projectando antivalores que minam os direitos da menina.

Palavras Chaves: *Audiovisual; Uniões Prematuras; Rapale-sede*

Abstract: This article analyzes the meanings constructed by the audiovisual as a tool in preventing and combating premature unions in rural Mozambique. The research is supported by the barberian theory that highlights the structural analysis and dynamics of production, and textual composition as categories to understand audiovisual, in conjunction with Orozco's prepositions that focuses on axiological analysis. The results show that the audiovisual conveys modernity as a value and tradition as an anti-value. Modernity projects values with respect for education and respect for the human right, while the tradition is described as projecting anti-values that undermine the girl's rights.

Keywords: *Audiovisual; Premature Unions; Education and Entertainment; modernity; Tradition*

INTRODUÇÃO

O audiovisual em análise, com o título “Educação da rapariga”, faz parte dos materiais avaliados durante a tese “EMBATE ENTRE A “MODERNIDADE” E A “TRADIÇÃO” EM MOÇAMBIQUE: Recepção e apropriação de audiovisuais de prevenção e combate às uniões prematuras”, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Este foi disponibilizado pelo Instituto de Comunicação social, delegação de Nampula e, também, disseminado no posto administrativo de Rapale-sede, distrito de Rapale, província de Nampula, zona norte de Moçambique. Para a sua análise socorreu-se a teoria barberiana, que se foca no estudo das dinâmicas de produção e composição textual. Contou-se, ainda, com as preposições do Orozco que se concentram na análise axiológica, isto é, nos valores e antivalores veiculados pelos audiovisuais.

O artigo estrutura-se da seguinte maneira: em primeiro lugar se debate as uniões prematuras em Moçambique e o contexto de disseminação dos audiovisuais; em segundo lugar se foca no audiovisuais e a criação de novas partilhas; em terceiro a teoria barberiana em articulação a análise axiológica; em quarto lugar se descreve a análise recorrendo as categorias das dinâmicas de produção e a composição textual do audiovisual, em articulação com a análise axiológica; e por fim as considerações finais.

UNIÕES PREMATURAS EM MOÇAMBIQUE E O CONTEXTO DE DISSEMINAÇÃO DOS AUDIOVISUAIS

O dilema das uniões prematuras em África é discutido dentro de duas temporalidades: a modernidade e a tradição. A modernidade entendida como um “estilo, costume de vida ou organização social, que emergiu na Europa, a partir do século XVII e que ulteriormente se tornou mais ou menos mundial em sua influência”. (Giddens, 2005: 8). Dentro da modernidade,

os modos de vida produzidos nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo. [Enquanto] em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. (Giddens, 2005:10).

Em resumo, este autor diz: “[a] característica da modernidade não é uma adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada — que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão. (Giddens, 2005:39).

No que tange a tradição, Anthony Giddens (2005:39) argumenta que “é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência para o presente”. Acrescenta este autor que nas “culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição não só resiste à mudança como pertence a um contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa” (Giddens, 2005:39)

O embate entre a modernidade e a tradição é descrita como um

problema da maioria dos países africanos, como argumenta o pesquisador ugandês Mohmood Mandani (1996), no seu livro intitulado *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Este autor afirma que a modernidade e a tradição são um problema de África, porque há uma necessidade, dentro da liderança africana, de introduzir os valores modernos como direitos civis enquanto se mantém as leis do direito tradição. Na mesma senda, Guillermo Batalla (2018:26) falando do contexto do continente americano, especificamente, sobre o México, afirma que este país é marcado na sua “história do confronto permanente entre aqueles que pretendem impor ao país o projecto da civilização ocidental e aqueles que resistem.” Argumenta este autor que, dentro desta situação de implementação de “dois projectos civilizatórios, dois modelos ideais de sociedade, dois futuros possíveis diferentes são projectados”. (2018:26). Os argumentos dos dois autores deixam claro que a convivência de dois sistemas, que as vezes entram em conflito, é característico dos países colonizados.

Em Moçambique o problema das uniões prematuras tem “barbas brancas”, porém a sua visibilidade aconteceu em 2014, como resultado da intervenção da sociedade civil moçambicana e das organizações não governamentais nacionais e estrangeiras ao exigirem uma lei que penalizasse os infractores. Esta exigência resulta pelo facto de as estatísticas mostrarem uma situação preocupante, no que concerne a esse problema, pois Moçambique está no décimo lugar entre os países com problemas de uniões prematuras.

Sara Pinto (2017), descreve que em Moçambique a zona norte lidera: Cabo-Delgado com uma percentagem com 9,6%; Nampula com 20,6% e Niassa com 24,2%. A zona centro tem: Tete com 19%; Sofala, 18,6%; Manica com 20,8%; e Zambézia com 23,3%. Por fim, a zona sul onde temos: Maputo-Cidade com 3,9%; Maputo província com 5,8; Gaza com 8,8%; e finalmente Inhambane com 9,4%.

Falando das consequências desta problemática, Francisco (2014) aponta para o acesso, permanência e conclusão do sistema educati-

vo por parte das meninas. Aponta, ainda, os problemas de saúde e no empoderamento da rapariga e da mulher como um todo. A título ilustrativo, o analfabetismo em Moçambique tem percentagens elevadas, onde os dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) 2014/2015, indicam que “as mulheres continuam em desvantagem em relação aos homens no que concerne ao domínio da leitura e da escrita, ao apresentarem uma taxa de analfabetismo em 2014/15 de 57.8%, comparativamente a 30.1% dos homens (INE, 2015: 68).

Perante um cenário triste, o Governo moçambicano, através do Ministério do Interior criou mais de 200 gabinetes da polícia para o atendimento de crianças e mulheres vítimas de violência, abuso e exploração. Argumenta Albino Francisco (2017) que “esses gabinetes oferecem um espaço seguro para as vítimas denunciarem incidentes de violência sexual à polícia. A polícia tem, ainda, o dever de encaminhar para a acção social, saúde e outros provedores de serviços relacionados. “Em adição a esta estratégia, estabeleceu-se uma abordagem multisectorial que visa criar um sistema de encaminhamento para assistência e reintegração social das vítimas (Francisco, 2017:10).

É dentro da abordagem multisectorial que, o Instituto de Comunicação Social (ICS), espalhado em todo país junto com diversas organizações não governamentais, produz conteúdos audiovisuais para a prevenção e combate as uniões prematuras, que são disseminados através das Unidades Móveis Multimídia (UMM). Elas estão em quase todas as delegações do ICS e estão equipadas de um veículo, um gerador eléctrico, uma tela de projecção gigante, projector, mesa de som, alto-falantes, jornal o campo, revistas, uma cadeira, bidões de combustível, bidões de água, tenda, lona para proteger o equipamento e mantas. Ana Quisbert (2019), afirma que as UMMs têm mais de 15 anos e foram implementadas na busca de respostas às dificuldades de acesso à informação, comunicação e educação em locais mais recônditos de Moçambique. Acrescenta que, a partir de 2002, a UNICEF em parceria com o ICS e algumas instituições nacionais implementaram iniciativas de educação comunitária usando o audiovisual. O alvo são

as comunidades com altos índices de analfabetismo e com dificuldades de acesso à media.

De acordo com Ana Quisbert (2019) com a iniciativa objectiva-se: encorajar os debates na comunidade sobre questões relacionadas com o HIV/SIDA, saúde sexual e reprodutiva, promoção da educação dos jovens especialmente para a rapariga disseminação de informação sobre os Serviços de Saúde Amigos de Adolescentes e Jovens (SAAJ), Geração Biz (GB) e serviços de Aconselhamento e Testagem para Saúde (ATS). (Quisbert, 2019:12). Como resultado desta estratégia, Ana Quisbert (2019) aponta que em 2006, as actividades das UMM alcançaram mais de 100.000 pessoas em 147 comunidades, num total de 28 distritos das províncias abrangidas pelo projecto. Acrescenta a autora que, as UMM provocaram efeitos favoráveis aos 3 níveis da Dimensão Consciência da mudança do comportamento: 1) exposição ao novo comportamento, 2) conhecimento e aprendizagem e 3) disposição a pôr em prática o novo comportamento.

As UMMs, na sua forma de actuação, usam como estratégia de comunicação o género de Educação e Entretenimento (EE). De acordo com Martine Boumann (1999:25, tradução nossa), este género consiste em “o processo de colocar conteúdo educacional nas mensagens da media de entretenimento para aumentar o conhecimento sobre um problema, criar atitudes favoráveis e mudar comportamentos evidentes sobre a questão ou tópico da educação.” Enquanto no sentido mais amplo, EE é concebido como é

a utilização do entretenimento como prática comunicacional específica, destinada a comunicar estrategicamente as questões do desenvolvimento, de forma e com finalidade que pode ir desde o marketing social dos comportamentos individuais em sua definição mais limitada, até a articulação de agendas em busca de mudança social, liderada por cidadãos e de afecto lib-

ertador¹. (Tufte, 2015:89, tradução nossa).

À luz da compreensão, acima, o EE é uma estratégia comunicacional fulcral quando o objectivo é comunicar-se com as comunidades rurais. Este género de acordo com Thomas Tufte (2015), surge no ano de 1973, no Texas, Estados Unidos de América. Para este autor é um género que está sendo usado para a promoção da mudança de comportamento a nível individual e apoia a mudança social. Acrescenta que esta estratégia, também, estimula através da mobilização social a participação dos indivíduos e empoderamento dos grupos minoritários marginalizados para acções colectivas.

A história deste género subdivide-se em três momentos. Thomas Tufte (2015) argumenta que o primeiro momento se caracteriza pelo uso do marketing social, onde o EE foca nos comportamentos sociais entre os indivíduos que assistem os programas. O segundo momento, consiste em superar as limitações do marketing social que focava na mudança individual do comportamento. Nesta fase, a estratégia parte de um reconhecimento da complexidade dos problemas sociais de saúde e outras questões relativas ao desenvolvimento, como resultado introduz-se nesta estratégia o enfoque participativo. Thomas Tufte (2015) aponta que houve uma reorientação onde a sociedade passou a ser o centro de mudança. A teoria crítica social foi introduzida nos debates do EE desafiando as teorias de comunicação condutivistas de tipo causa e efeito. É introduzida, deste modo, a teoria da recepção que vai sugerir entendimentos mais atentos na complexidade dos processos de interpretação, construção de sentido e mudança.

O terceiro momento consiste no reconhecimento de que, a ex-

¹ El uso del entretenimiento como una práctica comunicacional específica, trabajada para comunicar estratégicamente respecto de cuestiones del desarrollo, em uma forma y com um proposito que pueden ir desde el marketing social de comportamientos individuales em su definición más limitada, a la articulación de agendas em pos del cambio social, liderado por los ciudadanos e de afecto libertador.

istência de pouca informação, não é o centro do problema e que o problema está na mudança que subjaze no desequilíbrio de poder, na desigualdade estrutural e nos problemas sociais profundos. Acredita-se, nesta fase, que a solução reside em fortalecer as pessoas de habilidades para identificar os problemas no dia-a-dia e habilidades para actuar, tanto coletivamente ou individualmente (Tuft, 2015:95). Partindo do pressuposto de que as desigualdades sociais são estrutural e devem estar no centro das atenções e a estratégia de Educação e Entretenimento focará na mudança social, sem excluir a mudança do comportamento individual.

Falando do contexto da disseminação dos audiovisuais, Isaias Fuel e Nilda Jacks (2020) destacam que o ponto de partida é a exibição de videoclipes de música de diversos estilos e só quando estiver presente no local um número de pelo menos 50 pessoas se inicia a projecção dos audiovisuais programados. Os videoclipes são de músicas do momento, tanto moçambicanas ou dos países vizinhos, dando-se primazia à música local. A música tem o papel de entreter e de chamar a comunidade ao local de projecção. Os audiovisuais são projectados no período noturno, por volta das 20 horas, pois é neste momento que a maioria das pessoas nas zonas rurais estão disponíveis para participarem.

Imagem 1 -Contexto de projecção dos audiovisuais



Foto: Autor

AUDIOVISUAIS E A CRIAÇÃO DE NOVAS PARTILHAS

Uma das grandes preocupações de Jacques Rancière (2005) é a relação entre política e estética. Na sua obra discute a partilha do sensível, onde está é concebida como:

sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de actividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (Rancière, 2005:15)

Falando sobre a política, Jacques Rancière (2005:17) argumenta que esta se ocupa do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de que tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço dos possíveis tempos. ” Assim concebendo, “a partilha define quem aparece e toma parte no comum de acordo com sua ocupação, tempo e o espaço em que desempenham essa função.” (Gomes, 2014:106).

Um olhar descritivo do audiovisual sobre o combate e prevenção das uniões prematuras há uma representação de que a menina deve ir para escola porque este é um espaço do empoderamento desta. Em adição, os ritos de iniciação devem ser limitados na sua competência de definir o crescimento das meninas. Socorrendo-se do Rancière (2005), a partilha estética é um sistema sensível que distribui as formas de ver, de falar de ouvir, isto é, a estética define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência” (Rancière, 2005:16). Em adição, a estética ocupa-se com o recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível (Rancière, 2005:16). É

dentro deste entendimento sobre a estética, que o audiovisual ao representar a rejeição dos desejos da menina, através das práticas culturais, que consistem na obrigação da jovem a celebrar o matrimônio que só beneficia, na maioria das vezes, a família e nunca a menina, abre possibilidade de pensar o audiovisual como uma afinação do olhar onde a arte carrega uma potência política.

De acordo com Suelem Freitas (2019) ao conceber a representatividade como uma potência política é mais sobre um dar a ver, mas também é uma produção de uma existência. Todavia, argumenta esta autora que a existência deve estar sujeita a questionamento permanente, no que concerne a forma como está sendo representada esse corpo e que o conteúdo relacionado com esse corpo. Assim sendo, no que toca ao audiovisual em estudo é importante questionar a construção de conteúdos que mobilize os familiares que incentivam às uniões prematuras, numa “via que sensibiliza, do sensível que alargue essa partilha do sensível” (Freitas, 2019, p. 8), na comunidade de Rapale-sede.

TEORIA BARBERIANA EM ARTICULAÇÃO AO MODELO DE ANÁLISE AXIOLÓGICA

Dentro da preocupação de Jesus Martín-Barbero em analisar os audiovisuais, este aponta as dimensões da análise estrutural e dinâmicas de produção e composição textual; enquanto Guillermo Gómez (1993) foca na análise axiológica. Para Jesús Martín-Barbero (1992), a estrutura e dinâmica de produção lida com as condições de produção de audiovisual, buscando captar o trabalho como mundo ideológico incorporado. Busca, ainda, compreender as técnicas, os procedimentos, as hierarquias de ordenação, as etapas e os recursos. Em resumo, este autor diz que isto implica duas operações:

- “Reconstrução etnográfica e sociológica de práticas e dis-

positivos, de rotinas e formas de divisão do trabalho ”
(Martín-Barbero, 1992, p.7 tradução nossa).

- “Construção de uma história das mudanças que ocorreram nessas condições e nos modelos culturais a que responderam.” (Martín-Barbero, 1992:7 tradução nossa). Este ponto não será tratado neste artigo.

A composição textual consiste em compreender o género, pois está é unidade mínima de conteúdo da comunicação de massa, tendo em conta que a demanda do público é feita no nível do género. Martín-Barbero (1992) aponta como eixos de análise: Material de representação; Estrutura imaginária; Fatos relatos e Linguagem do audiovisual. Dentro do material de representação, o pesquisador deve prestar atenção aos actores sociais, isto é, que protagonistas que aparecem na trama, que classe social, profissão, de que meio pertence, podendo ser urbano ou rural. Para além destas categorias, temos o género, contexto, conflitos representados podendo ser parentesco, de trabalho, de amor, avanço social, etc. Lugares de acção que podem ser na casa, rua, local de trabalho, no lazer, cidade, na vila, etc. por fim, quotidiano dos actores, isto é, de que comportamentos é feito o quotidiano dos personagens.

Na Estrutura imaginária o foco está nos objectos e espaços que encenam e produzem atmosferas e climas, etc. Foca, ainda, no tempo que podem ser referidos ou evitados. Adiciona-se neste eixo a categoria duração e por fim oposições que consiste em urbano verso rural, moderno verso tradicional, etc. Enquanto no eixo de formato de relatos, este apresenta como categorias a título, tipo de linguagem, crédi-

² El uso del entretenimiento como una práctica comunicacional específica, trabajada para comunicar estratégicamente respecto de cuestiones del desarrollo, em uma forma y com um proposito que pueden ir desde el marketing social de comportamientos individuales em su definición más limitada, a la articulación de agendas em pos del cambio social, liderado por los ciudadanos e de afecto libertador.

tos, música, nomeação de personagens continuidade, organização do drama, efetivação, permeabilidade. Por fim, a análise da Linguagem do audiovisual. Neste item foca-se nas seguintes categorias: uso da câmara, que pode ser em câmara contínua ou cortes, dos planos distantes ou próximos; recursos emprestados que podem virem do teatro, cinema, etc. e tipo de cenário, podendo ser artificiais ou naturais.

Falando do modelo axiológico de Guillermo Gómez (1993), este foca nos valores e antivalores. Segundo este autor os valores e antivalores “mais do que as atitudes ou as simples condutas refletem na racionalidade que está por detrás de certas acções.”³ (Gómez, 1993, p.11, tradução nossa), isto é, a nossa acção está directamente ligada com o tipo de valores ou antivalores que depositamos num dado fenómeno.

ANÁLISE

ANÁLISE ESTRUTURAL E DINÂMICAS DE PRODUÇÃO

O audiovisual foi produzido pelo ICS-Delegação de Nampula, resultado de uma parceria com a Unicef, num valor proximamente a 300.000,00Mts. De acordo com o chefe⁴ de produção, todo trabalho durou duas semanas, onde depois de um encontro com as duas equipas (ICS e Unicef) decidiu-se produzir um conteúdo em formato Educação e Entretenimento (EE), para mobilizar as famílias e a comunidade na importância da educação da rapariga.

O chefe da produção exigiu que os técnicos do ICS desenhassem o roteiro do audiovisual, para depois sentarem com os actores para o ensaio. Feito o ensaio dos actores escolheram os cenários, isto é, identificaram alguns locais onde a produção deveria ser feita.

³ Más que las actitudes o las simples conductas, los que reflejejan la racionalidade detrás de ciertas acciones.

⁴ Entrevista realizada com o chefe de produção no dia 14 de agosto de 2021, no Instituto de Comunicação Social por volta das 10horas.

Findo o processo acima descrito, foram para o terreno para a pré-produção. Este processo foi acompanhado com o pedido de autorização na estrutura governamental. Finda a pré-produção iniciaram a produção, que consistiu na filmagem e depois a edição. O trabalho contemplou discussões para apurar o que falhou, o que correu bem, o que faltou, o que se devia adicionar, o que devia ser retirado. A parte final consistiu na validação e sua posterior disseminação nas comunidades.

O processo de produção não incluiu a negociação com as comunidades em termo de conteúdo a ser proposto. O chefe de produção do ICS afirma que nunca houve uma negociação ou consulta às comunidades. Porém, depois da disseminação, as comunidades são estimuladas a opinar sobre o conteúdo. Este processo acontece através de debates sobre a mensagem e sobre os cenários. Segundo o chefe de produção, as pessoas presentes diziam às vezes que em algumas partes houve exagero e isso vai contra a cultura *macua*. É a partir destas sugestões que as próximas produções tomam em atenção.

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO TEXTUAL

A análise da composição textual é desenvolvida em articulação com o modelo de Orozco. Assim sendo, temos como oposição: a modernidade e a tradição, onde como valores temos respeito pelos direitos humanos, enquanto como antivalor interferência da família no futuro da criança. Outra oposição é estudar porque é criança e casar porque é adulta, pois já viu a primeira menstruação. Como valores temos: o respeito pelo desenvolvimento da criança e como antivalor o respeito pelo costume. Como ilustra a tabela, abaixo, que sumariza as categorias de análise audiovisual desenvolvida por Jesus Martín-Barbero (1992) em articulação com o modelo de Guillermo Orozco Gomez (1993), sobre análise axiológica.

Tabela 1- análise da estrutura e composição textual. Rapale-sede

Material de representação	Os actores sociais	Profissão		Camponeses, estudantes, sem indicação da profissão
		Género/ sexo/ idade		Famílias nucleares e estendidas: Homens, Mulheres e Crianças
	Género mediático	Educação e Entretenimento		
	Contexto	Comunidade rural		
	Conflito	Conflito é familiar sobre união prematura em articulação com a importância da escola.		
	Lugares de acção	A trama dá-se em casa, no rio.		
	Quotidiano dos actores	<p>O quotidiano dos actores se circunscribe em 31 cenas:</p> <p>10 : Meninas uniformizadas andando na rua</p> <p>20: Em casa do Mukussocame</p> <p>30: Pais organizam-se para ir a casa do Mwene</p> <p>40: Em casa do Mwene</p> <p>50: Cerimónia dos ritos de iniciação</p> <p>60: Saída do Pwarhó (local da educação).</p> <p>70: EThori.</p> <p>80: Saída da casa do Mwene para rio.</p> <p>90: Banho no rio.</p> <p>100: Em casa do Mwene</p> <p>110: Festa na família.</p> <p>120: Em casa do Mukussocame.</p> <p>130: Um homem faz proposta.</p> <p>140: Outro homem faz proposta.</p> <p>150: Futuros genros</p> <p>160: Briga na família.</p> <p>170: Em casa do tio de Subuhana.</p> <p>180: Empresto de roupa.</p> <p>190: Subuhana na estrada.</p> <p>200: Regresso da escola.</p> <p>210: Preparando-se para escola.</p> <p>220: A caminho da escola.</p> <p>230: Namoro.</p> <p>240: Diálogo entre dois jovens na rua..</p> <p>250: Retirada a força de roupa.</p> <p>260: Expulsão do Subuhana e Julieta.</p>		

				270: Regresso da Julieta à casa dos pais. 280: No hospital. 290: Choro da Mulher do Mukussacame. 300: Conversa entre Mukussacame e a esposa. 310: Conversa com a Irene, amiga do casal Mukussacame.		
Oposições/ valores e antivalores	Oposições/ valores e antivalores	Oposição	Modernidade	Tradição		
		Valor	Respeito pelos Direitos humanos	antivalor	Interferência da família no futuro da criança	
		Oposição	Estudar porque é menor	Casar porque é adulta		
		Valor	respeito pelo desenvolvi- mento da criança	antivalor	Respeitar os costumes	
	Objectos	Casas feitas de pau e pique, bares, mercados, montanhas e hospital				
	Espaços	Campo de cultivo, conversa no quintal				
	Tempo	A trama realiza-se no tempo presente e o futuro				
Formato de Relato	Créditos	Ficha técnica		Proprie- dade	Instituto de de- senvolvimento da educação Básica -Nampula	
				Persona- gens	Actores	
				Mukussa- came	Alfane	
				Subuhana	Raul Magito	
				Esposo do Mukusso- came	Sem indicação	
				Julieta	Sem indicação	
				Irene	Sem indicação	
				Mwene	Sem indicação	
				Mulher do Mwene	Sem indicação	
				Enfermeira	Sem indicação	

			Tio de Subuhana	Sem indicação
			Amigo de Subuhana	Sem indicação
			Técnico de saúde	Sem indicação
Duração	1'06"14"			
Tipo Linguagem	Uso do macua regional			
Música	<p>Escuta-se uma canção de fundo</p> <p>A letra:</p> <p>Vamos nos amar</p> <p>Amor começou aquando do meu nascimento</p> <p>Amor começou aquando do meu nascimento</p> <p>Amor começou aquando do meu nascimento</p> <p>Olhem como os negros, brancos e mulatos se amam como safrão</p> <p>Se nos amarmos ninguém irá nos destruir</p> <p>Se nos amarmos ninguém irá destruir</p> <p>Se nos amarmos ninguém irá destruir</p> <p>Olhem como os negros, brancos e mulatos se amam como safrão</p>			
Continuidade	<p>Há na trama diferentes formas de transição de uma cena para outras:</p> <p>1) às vezes feita através do flash e por um fundo preto.</p>			
Organização da trama	Episódio			
Efetivação	Espetacularização			
Permeabilidade	<p>A trama reflete num assunto atual, projectando um futuro melhor para a menina.</p> <p>As condições são precárias</p>			
Linguagem do audiovisual	Uso da câmara	Opera os cortes de câmara de planos próximo, médios e abertos		

Fonte: elaboração do autor de acordo com o conteúdo do audiovisual

O audiovisual é apresentado em episódio, com uma duração 1'06"14", usando a língua Macua falada nesta região do país. Este audiovisual opera os cortes de câmara nos planos próximos, médios e abertos. As cenas iniciam com uma música do grupo Eyuphuro, de

Nampula, cantada pela Zena Bacar⁵, em Macua. Na canção se explica a importância de nos ajudarmos para o desenvolvimento. Enquanto a música toca é mostrada a imagem do posto administrativo de Rapale, num plano aberto. É uma encenação de um conflito familiar sobre uniões prematuras em articulação com a importância da escola e a saúde da menina numa comunidade rural de Rapale.

Homens, mulheres e crianças representam a construção do futuro da menina em 31 cenas, que transitam de uma para outra através de *flashes*, isto é, de forma rápida. A primeira cena ilustra duas meninas, uniformizadas, camisa azul e saia preta do ensino fundamental, andando na estrada de terra batida de cor vermelha. A segunda cena acontece numa família rural, onde é possível ver uma casa com quintal vedado com bambu e uma outra residência feita de material precário de pau a pique. A conversa entre a mulher e o marido se foca no envio da filha aos ritos de iniciação, pois esta já viu a primeira menarca. É na terceira cena onde o casal está se preparando para ir à casa do *Mwene*. Enquanto na quarta cena o casal entra na casa do *Mwene* e depois das saudações apresenta a necessidade de enviar a filha deles nos ritos de iniciação em casa do *Mwene* e com uma galinha agradecem pelo facto do *Mwene* ter aceite a menina no seu *pwaro*.

Na quinta cena são ilustradas as famílias já com as meninas no *pwaro*. A cerimónia inicia com a oração do *Mwene* e da *Pia-Mwene* usando a farinha de mapira. Depois desta oração, as madrinhas das meninas ajoelhadas pedem sucesso para as afilhadas. Todavia, é na sexta cena que os ensinamentos dos Mukulucanas (educadores) acontecem. Esta é a fase designada de *Nassapala*, onde os ensinamentos acontecem com mistura de danças ao ritmo do batuque. A sétima cena

⁵ É uma cantora de música tradicional moçambicana, membro do grupo Eyuphuro, que significa remoinho e pode ser associado a ciclone. Um grupo da Província de Nampula fundado pela Zena Bacar, Omar Issa e Gimo Remane em 1981. O grupo tem como estilo uma combinação de música tradicional moçambicana e alguns estilos ocidentais. As músicas deste grupo versam sobre o amor, o quotidiano dos moçambicanos, a paz, etc.

consiste no *Ethorí*. Um momento onde a menina aprende a cultura macua através dos *melepo*, que são bonecos que representam animais, arco-íris, etc que servem de ferramentas para explicar o comportamento das pessoas e mostrar as formas correctas de viver em sociedade.

Imagem 2: meninas durante os ritos de iniciação



Fonte: Audiovisual

Da oitava à décima primeira cena constituem o fim da cerimônia. As meninas saem do local e vão tomar banho no rio e voltam para se despedir do *Mwene* e a *Pia-Mwene* e junto com as famílias voltam para casa para festejar o sucesso da cerimônia. É na décima segunda cena onde os pais projectam o casamento da filha, pois já passou dos ritos de iniciação. A mãe tem um papel central de informar a filha que o tempo para a casar já chegou. Todavia, a filha nega e os pais zangam dizendo que não irão comprar cadernos.

Na décima terceira e quarta cena, dois homens aparecem para apresentar propostas de intenção de casar a filha do casal. Os pais aceitam as propostas dos dois homens, exigindo em troca alguns bens. No primeiro, exigiram que trouxesse combustível porque é motorista, enquanto no segundo exigiram produtos da machamba (campo de cultivo) pois é agricultor.

Imagem 3: um dos homens pedindo casar com a filha depois de sair dos ritos de iniciação



Fonte: audiovisual

Na décima quinta cena, um dos homens entra e questiona o paradeiro da futura esposa. Enquanto os pais respondem, entra o segundo homem que pergunta do paradeiro da futura esposa. Com o questionamento do segundo homem, o primeiro procura saber dos sogros o que estava a acontecer. Este fica baralhado, sem saber o que dizer. Um dos homens por ver que os sogros não respondem, levanta e começa uma briga com o sogro. É dentro deste conflito que a vizinhança se aproxima para acudir. Enquanto os dois pretendentes se retiram, os vizinhos questionam a razão. A resposta dos pais não agradou aos vizinhos que os aconselharam a mandar a menina para escola porque ela ainda é criança.

O drama muda de tom entre a décima sétima e décima nona, pois aqui um jovem humilde que vivia como empregado doméstico em casa do tio, mas com mau carácter vai alugar roupas com objectivo de enganar meninas. Depois de alugar, este vai ficar na estrada para enganar meninas. É com esse espírito que encontra a Julieta, filha do Mukussocame, que tinha sido proposta a dois homens, mas com a intervenção da vizinhança os pais a deixaram a ir para escola. O

jovem bem vestido engana a menina, que mesmo com a insistência da amiga para que não falasse com ele, esta preferiu falar. Depois de uma conversa básica iniciaram os beijos.

Da vigésima à vigésima terceira cena a amiga da Julieta vai buscá-la para a escola, mas pelo caminho encontram o namorado e Julieta opta em ficar com o namorado e passa a viver com este. Porém, na vigésima quarta e quinta cenas as mentiras do namorado da Julieta são reveladas. Pois o dono da roupa aparece junto com a amiga da Julieta, Irene, para buscar as roupas. É uma cena que mistura emoções, porque o namorado da Julieta irá insistir que as roupas são dele. Enquanto criava uma estória para Julieta, entra o seu tio que o questiona a razão de estar numa casa suja e com uma menina. Sem explicação, o tio o expulsa. Enquanto caminham, a Julieta questiona como está sendo expulso se a casa é dele. A Julieta o chama de bandido e daí a briga começa.

Na vigésima sétima cena, os pais da Julieta questionam o desaparecimento da filha e entram em acordo de que se a filha voltar não a deviam a receber. Enquanto essa conversa acontece, a Julieta entra em casa e a mãe corre e abraça a filha e o marido nervoso questiona o que haviam combinados, mas este prefere calar e sai de casa. Depois dos abraços, a mãe diz a Julieta que terá que se ausentar para visitar um familiar e que ela devia ficar a cozinhar. Enquanto os parentes estão ausentes, ela fala sozinha que está grávida e que os pais não devem saber, pois sabia que iam ficar chateados. Assim, optou por tomar comprimidos para abortar. Porém, o aborto não caiu bem e foi levada para o hospital. É na vigésima oitava cena no hospital que a Julieta perde a vida.

Imagem 4: Julieta sucumbindo depois de tomar medicamentos para abortar

Fonte: Audiovisual

Na vigésima nona e trigésima cena, o drama mostra o desespero dos pais ao terem tentado de tudo, mas sem sucesso. Porém, enquanto lembram da perda da filha vão falando da vida amorosa que tiveram enquanto jovens. Na última cena, a ex-amiga da Julieta aparece e visita os pais da Julieta. Durante a conversa, os pais explicam o destino que a Julieta teve. Eles perguntam o que é feito dela e ela diz: - fiz o curso de professorado e estou a trabalhar. Enquanto a Irene explica, a mãe começa a chorar num tom de desespero do destino que a filha teve por não querer estudar.

O audiovisual, ao ficcionar a realidade vivida por muitas meninas, permite que a comunidade, em diferentes espaços, discuta e debata esta realidade em busca de uma solução para este mal. Como afirma Jacques Rancière (2005) que toda a realidade para ser pensada necessita de ser ficcionada. Assim pensando, se criar condições para reflexão sobre essa realidade. Esta reflexividade visibiliza o sistema machista, que relega para o segundo plano ou reduz a menina aos cuidados de casa e à procriação. Esta estratégia do uso do audiovisual no modelo EE abre, deste modo, uma janela onde os indivíduos ou comunidades possam refletir sobre as condições socioeconómica e cultural à sua volta. Pois, os audiovisuais têm a potência de construir

realidades (Comolli, 2015).

Audiovisuais possibilitam, ainda, tornar o invisível visível, o indizível dizível, dão a possibilidade para que as meninas ou as mulheres como um todo, principalmente nas zonas rurais, lutem contras esse machismo que as proibe de serem elas definidoras dos seus futuros (Fuel; Jacks, 2020). Agindo desta forma, os audiovisuais tornam visível o sofrimento, as humilhações, privações, etc. que este grupo enfrenta no seu dia-a-dia, abrindo, desta forma, uma possibilidade de debate profundo no seio das famílias e na comunidade como um todo. Assim concebendo, os audiovisuais são uma ferramenta de militância puxando como agenda o combate e prevenção às uniões prematuras que são marcadas por resistências sociais, culturais (Gender Links, 2017) e económicas (Rubin, 1971; Francisco (2014).

Aprofundando a análise do audiovisual, acima, pode se constatar que este recorre ao género de Educação e Entretenimento, como uma estratégia, que visa a promoção da mudança de comportamento a nível individual e apoiar ao desenvolvimento social (Tuftte, 2015). Este é desenvolvido articulando a crítica a prática das uniões prematuras e a necessidade da educação, como uma porta para a emancipação das meninas e da mulher como um todo.

O futuro positivo das meninas é projetado dentro de oposições entre a “modernidade” e a “tradição”. A “modernidade” é apontada como valor e projeta o respeito pelos direitos das crianças e o respeito ao desenvolvimento da menina. Estes valores podem ser encontrados na educação passada pela escola, através de mensagens poéticas e canções contra as uniões prematuras. Em contrapartida, a “tradição” é descrita como antivalor, ao realçar a ideia de que a família pode ir contra os desejos da criança e a ideia de que a menina deve casar, porque cresceu pelo simples fato de ter passado dos ritos de iniciação.

Por esse viés, fica evidente a convivência da “modernidade” e da “tradição” no cotidiano das meninas em estudo. A este respeito, Mohmood Mandani (1996) aponta que África é marcada por esta realidade, pois, a elite africana introduz ideias modernistas e, também,

busca manter a “tradição” africana. Cenário semelhante é descrito no Continente Americano por Guillermo Bonfill Batalla (2018) como resultado da sua história que apresenta uma presença colonial. Todavia, argumenta que a solução não reside nas escolhas extremistas, mas, sim, numa ecologia de saberes (SANTOS, 2009). Entendida segundo Boaventura Santos (2009, p.45) “se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimento heterogêneos e em interação sustentáveis e dinâmicas eles sem comprometer a sua autonomia.”

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

O audiovisual analisado aborda questões de prevenção e combate as uniões prematuras e enquadra-se no género de educação e entretenimento, uma estratégia central na disseminação de conteúdo para a mudança de social. Socorrendo-se da teoria barberiana, em articulação com as preposições de Orozco, foi central compreender que este audiovisual visibiliza o invisível. Uma visibilização que ocorre através da projecção da modernidade em oposição da tradição, onde a modernidade é descrita como valor, pois consiste no respeito pelos direitos da criança e o respeito pelo desenvolvimento da mesma. A tradição é descrita como antivalor, pois interfere negativamente na criança ao força-la a casar e o respeito pelos costumes que não respeitam o desenvolvimento faseado da criança.

O artigo sublinha que a existência a projecção da modernidade como valor e da tradição como antivalores. Esta dicotomia é descrita como problemática pois tanto a modernidade e a tradição projectam valores que orientam as comunidades. Valores este que as vezes entram em contradição. Assim sendo, a solução não deve ser de escolher a modernidade em detrimento da tradição vice versa, mas o desenvolvimento de uma estratégia que funcione nas bordas ou nas fronteiras, isto é, uma estratégia que possa tomar em conta os valores da modernidade e valores da tradição. E não construir apenas a

tradição como antivalores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boumann, Martine. 1999. The Turtle and the Peacock Collaboration for Prosocial Change: the Entertainment-Education Strategy on Television. Disponível em file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Downloads/TheTurtleandthePeacock.pdf acessado em 29 de março de 2020

Batalla, Guillermo Bonfill. 2018. México Profundo: Uma Civilização negada. Editora Universidade de Brasília.

Freitas, Suellem Lopes de. 2019. Cinema negro brasileiro: memórias e vivências no audiovisual contemporâneo. III Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. PPGCC. - Unisinos. São Leopoldo, RS.. Disponível em: <https://docplayer.com.br/144599516-Cinema-negro-brasileiro-memorias-e-vivencias-no-audiovisual-contemporaneo-1.html> acessado em 2 de janeiro de 2022

Fuel, Isaias e JACKS, Nilda. 2020. Campanhas contra uniões prematuras: experiências do audiovisual nas zonas rurais moçambicanas. Brasil, Intercom, 2020. Disponível em: <https://docplayer.com.br/204874502-Fuel-isaias-carlos-2-jacks-nilda-3.html> acessado em 20 de Março de 2021

Grosfoguel, Ramón. 2008. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80, p. 115-147, mar. .

Giddens, Anthony. 1991. As consequências da Modernidade. São Paulo: Ed. Unesp.

Comolli, Jean-Louis. 2015. O espelho de duas faces. In: YOEL, Gerardo (Org.). Pensar o cinema. Imagem, ética e filosofia. São Paulo:

Cosac Naify. 165-203.

Gender Links. 2017. Casamentos prematuros: um fenómeno social presente nas famílias Moçambicanas. Durban. Art Print.

INE. 2017. Censo de 2017: IV Recenseamento Geral da população e habitação.

Martin-Barbero, Jesus. 1997. Dos meios às mediações. Brasil. UFRJ.

Mandani, Mohmood. 1996. Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism. London. Disponível em: [file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Desktop/Mahmood_Mamdani_Citizen_and_Subject_Cont%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USU%C3%81RIO/Desktop/Mahmood_Mamdani_Citizen_and_Subject_Cont%20(1).pdf) acessado em 8 de maio de 2021

Pinto, Sara. Casamentos prematuros em contexto de ritos de iniciação feminina, praticados pela etnia Macua: olhares dos finalistas do curso de licenciatura em serviços sociais. Dissertação de mestrado em relações Interculturais. Universidade Aberta. Lisboa. 2017. Disponível em https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/7019/1/TMRI_SaraPinto.pdf acessado em 30 de Janeiro de 2019

Rancière, Jacques. 2005. A partilha do sensível. Estética e política. São Paulo: Editora 34.

Rubin, Gayle. 1993. O tráfico sexual de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: S.O.S Corpo. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1740519/mod_resource/content/1/Gayle%20Rubin_trafico_texto%20traduzido%20%286%29.pdf acesso em 20 de Junho de 2020.

Quisbert, Ana. 2019. Relatório de avaliação de resultado de unidades móveis multimídia na Zâmbia e Namíbia. Maputo. Unicef..

Tufte, Thomas. 2015. Comunicación para el cambio social. Spain. Romanya/Valls, s.a.

FULGÊNCIO FRANCISCO MUCHISSE*

UM OLHAR ATUAL SOBRE MOÇAMBIQUE A PARTIR DAS MEMÓRIAS E LEMBRANÇAS BUSCADAS NO KUXA KANEMA PELA E NA TVM

Resumo: O documentário é muitas vezes visto como algo muito próximo da realidade, tido como verdade. No entanto, esse gênero é também feito a partir de escolhas, recortes e interpretações. Este artigo busca entender questões sobre comunicação em que as memórias e as lembranças se atualizam dentro de um imaginário social, a partir de um contexto dos primeiros anos da independência de Moçambique, por meio de um cinejornal (Kuxa Kanema) que circulou no país entre 1976/1991 e, as suas memórias como lembranças, podem ser vistas na emissora pública de televisão a “TVM”. Sendo assim, há que olhar para a reapropriação, a resignificação e a reconstrução de memórias a partir de um olhar atual sobre Moçambique, no que diz respeito à produção televisiva da “TVM”.

Palavras-chave: *TVM; Kuxa Kanema; Memórias e lembranças; Moçambique.*

Abstract: The documentary is often seen as something very close to reality, taken as truth. However, this genre is also made from choices, clippings and interpretations. This article seeks to understand questions about communication in which memories are updated within a social imaginary, from a context of the first years of Mozambique's

* Universidade Eduardo Mondlane

independence, through *Kuxa Kanema* that circulated in the country between 1976 /1991 and, their memories as souvenirs, can be seen on the public television station “TVM”. Therefore, it is necessary to look at the reappropriation, resignification and reconstruction of memories from a current perspective on Mozambique, with regard to the television production of “TVM”.

Keywords: TVM; Kuxa Kanema; Memories and souvenirs; Mozambique.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, será apresentado o audiovisual produzido pelos moçambicanos para os moçambicanos. Uma criação impulsionada pelo Estado independente desde 1975, visto que, antes da independência a produção audiovisual que envolvesse ou abordasse reportagens realizadas pelos nativos quase não existia.

Moçambique é um país da África Austral que alcançou a sua independência de Portugal em 25 de junho de 1975, depois de quase 500 anos de colonização. O processo de libertação foi com base na luta armada, assim como em manifestações culturais. Quanto às manifestações culturais, o audiovisual foi muito importante durante a luta armada. O destaque foi para alguns lampejos de documentários cinematográficos e, com a conquista da independência, o documentário cinejornalístico *Kuxa Kanema*, numa primeira fase, depois na televisão, destacaram-se por meio de estratégias elaboradas pelo partido socialista marxista, à época – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). A FRELIMO é o movimento que lutou pela independência de Moçambique e, depois da conquista da independência, tornou-se um partido político e governa o país desde 1975 até então.

Os primeiros trabalhos audiovisuais rodados no país independente foram os documentários divulgados pelo Instituto Nacional do

Cinema (INC), denominados *Kuxa Kanema* – Cinejornal – uma série de documentários que serviam para informar aos cidadãos, bem como reforçar os ideais da FRELIMO em relação à união da nova nação. Os documentários são um retrato dos primórdios da produção audiovisual nacional e se ocupavam em trazer situações sociais, políticas, econômicas e culturais do país em formação e em consolidação. No entanto, a partir de percepção do processo audiovisual moçambicano, procuraremos entender a questões da memória e lembrança na Televisão de Moçambique (TVM) buscadas no cinejornal *Kuxa Kanema*, visto que este foi a primeira forma audiovisual que serviu para desconstruir a mentalidade colonial e contribuiu para a construção de um ‘homem novo’, conforme a ideia socialista do Governo da FRELIMO. Assim sendo, há que se procurar perceber a dinâmica da TVM a partir da memória e lembrança buscada no *Kuxa Kanema*.

Para a construção deste artigo tem-se como base a atualização dos documentários, vista na mobilidade atual, demonstrada pelo avanço tecnológico, neste caso o televisivo, mas para tal, tem-se a necessidade de desmitificar alguns aspectos do *Kuxa Kanema*, buscando algumas abordagens ancoradas em Viera (2017) e Cabaço (2016).

São trazidas algumas abordagens filosóficas de Bergson (1999/2006), Didi-Huberman (1998) e Deleuze (1999) que nos irão permitir entender questões ligadas à memória e à lembrança. E, a metodologia utilizada para produção deste artigo é bibliográfica e empírica.

CONCEITO SOBRE MEMÓRIA

A partir de estudos realizados por Bergson (2006), a memória pode ser entendida como um meio que se debruça sobre questões que exploram a duração, as percepções e a lembrança. Com base na memória se entende o que se viveu, pois auxilia a desvelar o passado do homem. No entanto, para entender a memória há que desvendar o seu

próprio passado.

Sendo a memória construtora de consciência, há que entendermos o princípio da duração, em que Bergson (2006, p. 47) afirma que a memória não pode ser vista como um instante que substitui outro instante, pois “a duração é o progresso contínuo do passado, e que incha à medida que avança”. Assim, se o passado cresce de forma infinita, a duração desse passado também se conserva de forma indefinida. Diante disso, e, ainda, considerando os estudos de Bergson (2006) “[...] a memória não é uma faculdade de classificar recordações numa gaveta ou de inscrevê-las num registo”. Visto que o passado se conserva, o cérebro reúne e divulga apenas o que interessa para esclarecer o presente.

Falar da divulgação do passado, é trazer à lembrança os fatos que contribuíram para a construção da identidade do ‘homem novo’ moçambicano. Esta, por sua vez, é vista como parte de um processo, que até certo ponto, procura evocar períodos da história, isto é, saímos do presente e vamos para o passado, entramos nele, porque só assim é possível compreendê-lo (BERGSON, 1999). A fim de elucidar este processo de lembrança e para que não seja confundido com outro, Bergson (1999) destaca que,

Imaginar não é lembrar-se. Certamente uma lembrança, à medida que se atualiza, tende a viver numa imagem; mas a recíproca não é verdadeira, e a imagem pura e simples não me reportará ao passado a menos que seja efetivamente no passado que eu vá buscá-la, seguindo assim o progresso contínuo que a trouxe da obscuridade à luz. (BERGSON, 1999, p.158).

Importa aqui referenciar que, existe uma dificuldade de se perceber a lembrança dissociada da percepção. Para tal, Bergson (2006, p. 50) destaca que isso é possível à medida que “[...] não temos o que fazer com a lembrança das coisas enquanto temos as próprias coisas. A consciência descarta essa lembrança como inútil e a reflexão teórica a considera inexistente. Assim nasce a ilusão de que a lembrança sucede

à percepção.”

Continuando, o autor nos diz:

[...] essa ilusão tem outra fonte, ainda mais profunda. Provém de que uma lembrança reavivada, consciente, causa em nós a impressão de ser a própria percepção ressuscitada sob uma forma mais modesta, e nada mais que essa percepção. Entre a percepção e a lembrança haveria uma diferença de intensidade ou grau, mas não de natureza. A percepção sendo definida como estado forte e a lembrança como estado fraco, a lembrança de uma percepção só podendo então ser essa percepção enfraquecida, parece-nos que a memória, para registar uma percepção no inconsciente, tenha tido de exonerar que a percepção se abrandasse em lembrança. E por isso que chamamos que a lembrança de uma percepção não poderia se criar com essa percepção nem se desenvolver ao mesmo tempo que ela. (BERGSON 2006, p. 50).

Sendo assim, ainda na ótica de Bergson (2006, p. 51), “a lembrança de uma sensação é a coisa capaz de *sugerir* essa sensação, ou seja, de fazê-la renascer, fraca primeiro, mais forte em seguida, cada vez mais forte à medida que a atenção se fixa mais nela.” Porém, há que se entender que a lembrança e a percepção caminham juntas e juntas se desenvolvem.

Debruçamo-nos sobre lembrança e percepção para que tomemos consciência do nosso processo de memória. Segundo Bergson (2006, p. 55), “[...] tudo acontece como se nossas lembranças se repetissem um número indefinido de vezes nessas mil e uma reduções possíveis de nossa vida passada.” Dessa forma, a sistematização da dinâmica da memória partindo de Deleuze (1999, p. 39) é de que

[...] a duração é memória, consciência, liberdade. Ela é consciência e liberdade, porque é memória em primeiro lugar. Ora, essa identidade da memória com a própria duração é sempre apresentada por Bergson de duas maneiras: “conservação e acumulação do passado no presente.

A memória se cobre por duas capas, sendo elas a lembrança e a percepção, mas também é feita de multiplicidade de momentos. Assim, Deleuze (1999, p. 39) nos diz que “há, portanto, duas memórias, ou dois aspectos da memória, indissolivelmente ligados, a memória-lembrança e a memória-contração.” Segundo o autor, estamos perante uma dualidade na duração, pois enquanto uma é orientada e ampliada em direção ao passado, a outra contraída, contraindo-se em direção ao futuro.

No entanto, sendo a memória uma dualidade Deleuze (1999) relembra que, o

[...] o passado jamais se constituiria se ele não coexistisse com o presente do qual ele é o passado. O passado e o presente não designam dois momentos sucessivos, mas dois elementos que coexistem: um, que é o presente e que não para de passar; o outro, que é o passado e que não para de ser, mas pelo qual todos os presentes passam. É nesse sentido que há um passado puro, uma espécie de “passado em geral”: o passado não segue o presente, mas, ao contrário, é suposto por este como a condição pura sem a qual este não passaria. (DELEUZE, 1999, p. 45).

Nesse sentido, olhando para os aspectos inerentes da atualização: a contração-translação e a orientação-rotação que se tem o seguinte argumento partindo de Deleuze (1999):

A memória integral responde à invocação de um estado presente por meio de dois movimentos simultâneos: um de *translação*, pelo qual ela se põe inteira diante da experiência e, assim, *se contrai* mais ou menos, sem dividir-se, em vista da ação; o outro, de *rotação* sobre si mesma, pelo qual ela *se orienta* em direção à situação do momento para apresentar-lhe a face mais útil. (DELEUZE, 1999, p. 49).

De acordo com Didi-Huberman (2005), Ausgraben e Erinnern – a língua explícita este fato:

[...] a memória não é um instrumento que serviria ao reconhecimento do passado, mas que é antes o meio deste. Ela é o meio do vivido, assim como o solo é o meio no qual as cidades antigas jazem sepultadas. Aquele que busca aproximar-se de seu próprio passado sepultado deve se comportar como um homem que faz escavações. Antes de tudo, que ele não se asuste de voltar sempre ao mesmo e único teor de coisa - que o espalhe como se espalha a terra, que o revire como se revira a terra. Pois os teores de coisa são simples estratos que só revelam o propósito mesmo da escavação ao preço da pesquisa mais minuciosa. Imagens que se levantam, separadas de todos os laços antigos, como joias nas câmeras despojadas de nossa inteligência tardia, como torsos na galeria do colecionador. Durante as escavações, certamente é útil proceder segundo planos; mas a pá prudente e tateante também é indispensável no solo escuro. E se engana completamente quem se contenta com o inventário de suas descobertas sem ser capaz de indicar, no solo atual, o lugar e a posição onde está conservado o antigo. Pois as verdadeiras lembranças não devem tanto explicar o passado quanto descrever precisamente o lugar onde o pesquisador tomou posse dele (DIDI-HUBERMAN, 2005, p. 175).

Diante disso, a relação intrínseca entre memória, lembrança e duração desenvolvida a partir de um olhar atual, considerando as lembranças buscadas no *Kuxa Kanema* revisitadas pela e na TVM, permitirá entender a construção do 'homem novo' pelo fato de que, a cada novo olhar há uma nova significação que está sendo vista, algo que pode ser entendido a seguir com a contextualização do cinejornal e a seguir da televisão.

CINEJORNAL KUXA KANEMA

Com a independência alcançada em 1975, uma das primeiras medidas tomadas pelo governo da FRELIMO, foi a criação do Serviço Nacional de Cinema (SNC), conhecido durante o período de 1976 a 1991 como Instituto Nacional de Cinema (INC). O instituto possuía

como principais objetivos a unificação do país e a transmissão dos valores socialistas do partido FRELIMO, modelo inspirado nos exemplos de Cuba e União Soviética com o cinema (VIEIRA, 2015). Entretanto, mais do que transmitir informações à população, havia o interesse em desenvolver meios pelos quais os próprios moçambicanos tivessem voz no processo de libertação de Moçambique.

O INC adotou o cinejornal para fazer chegar as informações ao povo moçambicano que contava com 10,17 milhões de habitantes em 1975, ano da independência, e 12 milhões de habitantes, em 1980, ano do primeiro censo populacional de Moçambique independente (VIEIRA, 2015). O projeto *Kuxa Kanema* surge na medida que se vê a importância da comunicação audiovisual no processo de luta contra o subdesenvolvimento e a criação da nação, isto é, união de Moçambique do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico. A concretização do *Kuxa Kanema* foi possível com base no cinema móvel, semanal e diariamente, nas salas de cinema espalhadas em todo Moçambique.

Sabe-se que o cinema (cinejornalismo) era a estratégia de comunicação adotada pelo governo da FRELIMO para a dinamização da sociedade do país recém independente. Assim, a nomeação de José Luís Cabaço em 1980 para Ministro de Informação trouxe mudanças, visto que em 1981, ano da criação da TVM, o ministro reuniu-se por vários momentos com os trabalhadores e colaboradores do INC e apresentou o discurso “Imagem: uma arma que aliena ou liberta”. Dessa forma, trouxe estratégias de comunicação e de educação, isto é, alfabetização tendo como recurso a imagem que, com base no audiovisual, contribuiria para mostrar uma perspectiva de desenvolvimento de Moçambique e do seu povo na globalidade. (VIEIRA, 2015).

De acordo com Vieira (2015, p. 73), José Luís Cabaço tinha no cinema um ‘explosivo político’ constatando que:

A imagem comunica, mas comunica aquilo que conhecemos.
Por exemplo, o camponês que não sabe o que são micróbios e
não tem essa noção no seu património cultural, só verá nessas

imagens a sua beleza ou a sua fealdade. (...) Antes de se dar um livro numa aldeia comunal é preciso ensinar as pessoas a ler, senão as pessoas vão pegar no livro ao contrário e tirar dele o que a sua imaginação quer e não o que ele diz. Com o cinema é a mesma coisa. Essa tarefa pertence ao INC.

Perante esta realidade, a autora destaca que na ótica do Ministro, “[...] informação é formação e deve dar-se à população uma quantidade de conhecimentos fundamentais para a compreensão da revolução.” (VIEIRA, 2015, p. 75). Uma percepção que nos leva a entender que a comunicação por via das imagens, deveria ser o reflexo da realidade dos moçambicanos e não um cinema estranho. Ainda se referindo a José Luís Cabaço, a autora diz que, nas palavras do ministro, “[...] O cinema não deve partir de uma categoria simbólica que não é a do povo, mas da Europa, da América, da União Soviética ou da R.D.A (...)”. (VIEIRA, 2015, p. 73).

Salienta-se que o *Kuxa Kanema* teve início em 1976 e estendeu-se, em sua primeira fase, de forma irregular e com uma média de 30 minutos, até 1978. Depois da reunião com o Ministro, a partir de 1981, passou a ser semanal com 10 minutos de duração. Eram produzidas cópias de 35 mm para o grande centro urbano do país (cidade de Maputo) e passavam nas salas de cinema, enquanto que cópias de 16 mm eram produzidas para as províncias e aldeias comunais, às quais chegavam via cinema móvel.

Neste momento, a sua produção era com base em uma linguagem simples, facilitando deste modo a compreensão das informações pelas populações. O espólio do *Kuxa Kanema* é de cerca de 397 séries produzidas no período de 1976/77 (*Kuxa Kanema* experimental) até aproximadamente 1986. (SEABRA, 2018, p. 19).

Há que destacar que com a conquista da independência moçambicana e a consagração da república, o cinema, isto é, a transmissão audiovisual teve um papel muito importante no processo de desconstrução dos ideais colonialistas de modo a construir um ‘homem novo’

sustentado por princípios marxistas socialistas.

Muitas vezes, recorre-se à busca de um passado glorioso, à valorização de um idioma ou às características naturais do país, recriando-as de forma a tornarem-se mais demarcadas. Em Moçambique, a preocupação da FRELIMO era, principalmente, com o âmbito cultural, pois a partir da experiência de outros estados africanos independentes, percebeu-se que não seria possível haver uma descolonização e independência política enquanto não houvesse uma emancipação cultural, além de econômica (MAZRUI, 2010). Dessa forma, a criação do INC que anos depois foi transformado em INAC (Instituto Nacional Audiovisual e Cinema) e, a partir do segundo semestre de 2019, passou a ser chamado de INIC (Instituto Nacional de Indústrias Criativas) foi fundamental nesse processo de emancipação. A criação do INC não era apenas mais um órgão público, mas um elemento crucial para a constituição de um imaginário sobre a nação.

Em Moçambique independente, o cinejornal *Kuxa Kanema* foi o primeiro e o principal veículo selecionado para a construção de um imaginário social sobre a nação em nascimento, pois era o meio que poderia superar as barreiras existentes no país, como já verificado anteriormente. No entanto, em 1981 a televisão (TVM) chegou ao território moçambicano como emissora estatal dando continuidade aos princípios do *Kuxa Kanema*.

TELEVISÃO EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, a televisão foi criada dentro de um processo de gestão centralizada do Estado e de guerra civil, com a denominação de Televisão Experimental de Moçambique (TVE). É significativo mencionar que as primeiras imagens em movimento produzidas em Moçambique aconteceram em 1979, durante a Feira Internacional de

Maputo (FACIM)². Tratou-se de uma experiência que permitia aos residentes de Maputo assistir, pela primeira vez, a programações de televisão produzidas e emitidas em Moçambique, por meio de uma centena de televisores colocados em diferentes bairros. (NHACUM-BA, 2011).

Após um interregno de 14 meses, em 3 de fevereiro de 1981, teve início um projeto de formação e a então chamada Televisão Experimental de Moçambique (TVE) passava a transmitir, apenas aos domingos, os trabalhos produzidos durante os cinco dias de formação, essencialmente notícias e reportagens.

Progressivamente, o número de dias de emissão foi aumentando, até passarem a transmissões diárias, durante cinco horas, em 1991. É neste contexto que a TVE passa a designar-se TVM e que sucede a Televisão de Moçambique – Empresa Pública (EP), criada pelo Decreto 19/94 de 16 de junho, que, no momento da sua criação, contava já com 148 trabalhadores. A Rádio Moçambique se tornou também uma Empresa Pública a partir do mesmo Decreto.

Com a finalidade de levar a emissão a todo o país, a TVM abriu uma delegação na Beira, em abril de 1992, e outra em Nampula, em setembro de 1994. Seguiram-se, embora distantes no tempo, Quelimane e Pemba.

O ano de 1998 marca um importante salto qualitativo na atividade da TVM. É a partir de 25 de setembro que entra em atividade o novo Centro de Televisão Central (CTC), o qual permite uma significativa melhoria das condições de trabalho e de qualidade das emissões com a passagem do sistema analógico para o digital. A partir de 25 de junho de 1999, a TVM passa a transmitir para todo o país, via satélite, podendo as suas emissões serem captadas em qualquer ponto de Moçambique, em quase toda a África e em parte da Europa.

² Feira Internacional de Maputo (FACIM) é organizada pelo Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique e ocorre todos os anos, no mês de agosto, com duração de uma semana

Neste momento, para além de ter delegações em todas as capitais provinciais a TVM possui emissoras, com diferentes potências, em Montepuez (Cabo Delgado), Alto Molócuè, Mocuba, Milange, Gúruè e Morrumbala (Zambézia), Manica, Maxixe e Mambone (Inhambane), Chókwè (Gaza) e Magude (Província de Maputo).

Ainda acerca da história da televisão em Moçambique, Nhacumba (2011, p. 49) diz que,

[...] a Televisão de Moçambique nasce num período em que o país estava mergulhado numa guerra civil, esta foi também uma das razões da sua criação. Passou a ser um instrumento importante para o governo no processo de propaganda. A ideia principal da criação estava ligada a dois conceitos: política de promoção do Governo e política da unidade nacional.

É olhando para da criação da TVM, que Nhacumba (2011) diz, que a partir do momento em que a Televisão de Moçambique foi designada Empresa Pública, com vista a prestar serviço público de televisão, passou a assumir um papel preponderante na sociedade moçambicana, como órgão de comunicação Social, tendo como objetivos principais: informar, educar, contribuir para a formação da sociedade e levar entretenimento aos moçambicanos. Algo que o *Kuxa Kanema* propunha e apresentava, mas com uma forte ligação à promoção dos princípios do governo da FRELIMO, em termos ideológicos.

O KUXA KANEMA E AS QUESTÕES DE MEMÓRIA QUE SE ATUALIZAM COMO LEMBRANÇAS NA TVM

A dinâmica do Cinejornal *Kuxa Kanema* era ligada à retenção de acontecimentos recentes na memória, visto como um elemento que se desencadeava na sociedade a partir do real. As questões de memória, sobre as quais procura-se refletir, estão implícitas e explícitas nos documentários e nas narrativas atuais da TVM. São suscitadas por meio

de algumas situações vividas pelas diversas imagens e contextos audiovisuais importantes que decorrem na sociedade moçambicana.

Considera-se que a memória é um fenômeno construído em nível social, há que abordá-la a partir dos diversos processos filmicos. Visto que a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode se atualizar.

Pelo fato de o principal objetivo do *Kuxa Kanema* ser a unificação e a consolidação da nação moçambicana, percebe-se que há capacidade de uma atualização de informações sobre a história em muitos discursos políticos e produção cinematográfica recente e expressões como “viva FRELIMO” e “a luta continua” se atualizam na televisão pública TVM.

A memória opera normalmente e entende o contexto no qual está inserida porque este é atualizado por sua própria memória. Dessa forma, vemos que ela nos ajuda a entender o presente porque organiza os acontecimentos passados e assim o torna inteligível. Presente esse que é visto em quase toda produção audiovisual em que até hoje o discurso é ligado à desconstrução da nova mentalidade neocolonial, focando na construção de homens e mulheres novos. Aqui, são trazidas imagens que, de certa forma, trazem lembranças do cinejornal, o uso de personalidades públicas e políticas como forma de elucidar e consolidar a nação moçambicana sobre a construção do ‘homem novo’.

Figura 1 – Dirigente do governo da expondo ideias ao povo em 1981



Fonte: imagem recortada pelo autor, a partir de vídeos do Kuxa Kanema.

As imagens que compõem a Figura 1 foram retiradas do *Kuxa Kanema* e correspondem a transmissão de um comício no ano de 1981, em que um dirigente do governo da FRELIMO (Marcelino dos Santos, à época, presidente da Assembleia da República) expõe ideias do regime, isto é, estamos perante um processo de propaganda e construção da sociedade por meio da política.

Figura 2 – Dirigente do governo expondo ideias ao povo em 2000



Fonte: imagem recortada pelo autor, a partir de vídeos da TVM

As imagens que constam na Figura 2 foram retiradas de programas transmitidos pela TVM e podem ser vistos como uma demonstração de que a televisão nos

remete a uma memória e lembrança na construção de Moçambique, ao continuar realçar líderes políticos. A imagem à esquerda, traz o ex-presidente Joaquim Alberto Chissano orientando comício.

Figura 3 – Festival nacional dos jogos escolares Maputo 1982



Fonte: imagem recortada pelo autor a partir de vídeos do *Kuxa Kanema*.

A Figura 3 mostra uma apresentação cultural e social dos Jogos Escolares de Maputo, em 1982. A imagem foi capturada a partir de uma emissão trazida pelo *Kuxa Kanema* como um processo da formação de identidade nacional valorizando a construção de homens e mulheres novos.

Figura 4 – Festival nacional dos jogos escolares, Tete 2013



Fonte: imagem recortada pelo autor, a partir de vídeos da TVM.

Nessa Figura 4 é apresentado o desfile dos Jogos Escolares de Tete, em 2013 e a imagem foi capturada a partir de uma transmissão realizada pela TVM. Pode-se dizer que a imagem retrata um processo de memória e lembrança buscado no *Kuxa Kanema* em que televisão procura dar o seguimento na construção do 'homem novo' instituído pelo governo.

No que tange à lembrança, é possível ver as atividades do governo (como as visitas presidenciais), atividades sociais, culturais, desportivas, trabalhos agrícolas e industriais, os comícios de mobilização e a transmissão dos valores socialistas do partido, antes organizados pelo partido FRELIMO como governo, que até hoje continua estando no poder, esses comícios se atualizam na TVM em um processo chamado presidência aberta. Porém, há que se dizer que o interagir dessas imagens como informações se consagram como memória e se reconstróem como lembranças a partir do diálogo com o tempo.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Fundamentalmente, no *Kuxa Kanema*, tem-se implícita a importância da memória como lembrança na vida da sociedade, visto que a memória não tem somente uma função psíquica, mas tem uma função social. Debates acerca da memória são pertinentes, assim acredita-se que o são, porque esclarecem o processo de formação das identidades e de pertencimento que constituem o sujeito. Possibilitando, dessa forma, que se possa refletir sobre a própria construção enquanto sujeitos, entendendo as lembranças, o que elas significam, porque determinados fatos, lugares ou fala são significativos, como são arquivados e viram lembranças de cada indivíduo. Não para controlar memória, porque isso nem mesmo possível é, mas para que se tenha consciência desse processo, muitas vezes inconsciente e que acaba por formar cada pessoa.

Sendo a memória seletiva e considerando que nem tudo é arquivado por ela, deve-se atentar às lembranças que a própria memória

reaviva e ao que é contado como sendo “verdades de um passado”. Nos filmes atuais e na programação da televisiva moçambicana têm chegado lembranças coerentes e verdadeiras, embora sejam interpretações das pessoas que as cercam, mas nem sempre as lembranças são contadas com tal preocupação. Desta forma, é possível entender e dizer que os audiovisuais, neste caso a TVM atualmente contribuí para contar e a entender as memórias como lembranças do povo moçambicano.

Em suma, percebe-se a influência que o *Kuxa Kanema* (Cinejornal) exerceu sobre o sistema de produção audiovisual/televisa, visto que diversas camadas da sociedade continuam se encontrando nos ambientes audiovisuais destacados para socialização, de tal forma que estes se tornam lugares da memória do cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aumont, Jacques. *A imagem*. 16. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- Baczko, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia*. Einaudi. Lisboa: Antropos, 1985.
- Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas vol. I*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987
- Bergson, Henri. *Matéria e memória*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 291 p.
Tradução de Paulo Neves.
- _____. *Memória e vida; textos escolhidos por Gilles Deleuze*; Tradução: Carla Berliner - São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- Cabaço, José Luís. *África lusófona: Debate com o Prof. Dr. José Luís Cabaço, sobre o cinema do país de Moçambique*. São Paulo: CINUSP Paulo Emílio, 5 nov. 2015.

Disponível em: <<https://goo.gl/GmyeXC>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

Deleuze, Gilles. *Bergsonismo*. Tr. Luiz Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 1999.

Didi-Huberman, G. *O que vemos, o que nos olha*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Ed.34, 1998.

Dubois, Philippe. *Cinema, vídeo*. Tradução: Mateus Araujo Silva. São Paulo. Cosac Naify. 2004.

Mazrui, Ali (Ed.). *História geral da África VIII: África desde 1935*. Brasília:

Unesco, 2010

Nhacumba, Vicente A. S. *O contributo da televisão de Moçambique na construção da identidade nacional: análise do programa ver Moçambique*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação Área de Especialização em Informação e Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Minho, p. 106. 2011.

Vieira, Silvia. *O nascimento do cinema moçambicano*. In: LOPES, Frederico;

Cunha, Paulo; PENAFRIA, Manuela (Eds.). *Cinema em português: VII jornadas*.

Covilhã: LabCom.IFP, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/XsisLd>>. Acesso em: 15 de jul. 2017

Seabra, Jorge (coord). *Cinemas em Português: Moçambique, Auto e Heteropercepções*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1395-6>. Acessado em: 25-06-2020 05:17:39